

Exploração Sexual
de
Meninas e Adolescentes
no Brasil



Este livro contém os anais do Seminário sobre Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil, realizado em março/1995 no Distrito Federal. Trata dos temas: aspectos históricos e conceituais do fenômeno da prostituição; redes de exploração; leitura jurídica e o papel do Estado, da sociedade civil e dos meios de comunicação.

O referido Seminário constitui-se em um espaço de denúncias e apresentação de novas alternativas para implementação de políticas públicas, articulado com Organizações Governamentais, Organizações Não Governamentais, Organismos Internacionais e com os Meios de Comunicação, com vistas à prevenção, ao atendimento e à capacitação de recursos humanos para o enfrentamento do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, bem como para o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente e outros mecanismos legais.

**EXPLORAÇÃO SEXUAL
DE MENINAS
E ADOLESCENTES NO BRASIL**

**EXPLORAÇÃO SEXUAL
DE MENINAS
E ADOLESCENTES NO BRASIL**

**Denise Bontempo
Enza Bosetti
Maria Auxiliadora César
Maria Lúcia P. Leal**

Organizadoras

UNESCO/CECRIA

A Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil

1ª Edição: 1995

UNESCO

CECRIA

Organização

Denise Bontempo

Enza Bosetti

Maria Auxiliadora César

Maria Lúcia P. Leal

Preparação dos originais e revisão

Denise Bontempo

Maria Auxiliadora César

Maria Lúcia P. Leal

Vera Maria Guimarães Sá

Coordenação editorial

João Carlos Taveira

Pesquisa e Seleção de fotografias

Regina Santos

Pedro de Moraes

Capa e Diagramação

Bernard Pirson

Editoração eletrônica

Maria Cláudia G. da Silva

E99s Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil / Org. Denise Bontempo, Enza Bosetti, Maria Auxiliadora César, Maria Lúcia P. Leal. — Brasília, UNESCO /CECRIA, 1995.

144p. ilust.

I. Prostituição - Crianças - Adolescentes - Brasil

I. Bontempo, Denise, Org. II. Bosetti, Enza, Org. III. César, Maria Auxiliadora, org. IV. Leal, Maria Lúcia P., org.

V. Título.

CDU 176.5-053.6 (81)

SEMINÁRIO SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENINAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Realizado em Brasília (DF) - 29, 30 e 31 de março de 1995

Organizadores

Denise Bontempo

CECRIA-DF — Coordenadora do Núcleo de Pesquisa

Enza Bosetti

UNESCO — Assessora de Ciências Sociais e Humanas

Maria Auxiliadora César

CECRIA-DF — Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos

Maria Lúcia P. Leal

CECRIA-DF — Presidente

Expositores/Debateadores

Ana Vasconcelos

Coordenadora da Casa de Passagem do Recife-PE

Antonio Durval F. Soares

Vereador de Fortaleza-CE, relator da CPI da Prostituição na Câmara de Fortaleza

Beto Almeida

Vice-Presidente da FENAJ

Débora Menezes

Delegacia de Atendimento à Mulher — DF

Ella Wieco Volkmer de Castilho

Sub-Procuradora Geral da República

Elizabeth Rondelli

Professora da UFRJ — Editora da Revista Comunicação e Política

Elizete Veiga

Representante do Movimento de Promoção da Mulher de Belém-PA

Filomena Emília Ramos
Coordenadora da Casa Rosa Mulher, Rio Branco-ACRE

Gabriela
Presidente da Associação Nacional de Prostitutas

Gilberto Dimenstein
Jornalista da Folha de São Paulo

Heleieth Saffioti
Socióloga — Professora PUC-SP

Jaqueline Leite
Fraülen Information Zentrum

Josiane Petri Veronesi
Advogada — Profª da UFSC-SC

Lourdes Bandeira
Socióloga — Professora da Universidade de Brasília

Lúcia Luiz Pinto
Coordenadora da Pesquisa Nacional da Diest. Extinta CBIA/94 sobre Exploração Sexual de Meninas/Adolescentes

Márcia Dangremon
Coordenadora da ONG Coletivo Mulher Vida — Recife-PE

Marlene Vaiz
Pesquisadora — Salvador-BA

Maria Lúcia Pinto Leal
Presidente do CECRIA-DF

Neide Viana Castanha
Diretora Executiva da FSS-DF

Vicente de Paula Faleiros
Assistente Social — Professor da Universidade de Brasília

Sebastião Rios
Comissão de Justiça e Paz

Tuca Preguinolatto
Coordenadora da Oficina de Desmitificação do Corpo-MA

Realizadores

Governador do Distrito Federal

Cristovam Buarque

Secretaria de Cultura do Distrito Federal

Maria Duarte

Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária

José Messias

Secretaria de Turismo

Maria de Lourdes Abadia

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO

Miguel A. Enriques — Representante da UNESCO no Brasil

Centro de Referência Para Estudos e Ações Sobre Crianças e Adolescentes no Distrito Federal — CECRIA-DF

Maria Lúcia P. Leal — Presidente

Federação Nacional de Jornalismo

Américo Cezar Nunes

APOIO:

Fundo das Nações Unidas Para a Infância — UNICEF

Embaixada dos Países Baixos

Partners of The Americas / USAID — Projeto Pommar

Banco do Brasil Viagem e Turismo — BBTUR

Sindicato dos Bancários de Brasília

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília — SER/UnB

Instituto Goethe — ICBA

Instrumental

PREFÁCIO

A idéia de um seminário sobre exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil surgiu da preocupação pelo agravamento de um fenômeno do qual não se conhecem as reais proporções e está relacionado com o aumento da pobreza e miséria, desemprego, violência doméstica, desagregação familiar, perda de valores culturais, carência do sistema escolar, tráfico e consumo de drogas que representam uma ameaça séria para as crianças e adolescentes brasileiros, especialmente das classes menos favorecidas.

A prostituição consiste para muitas meninas um meio de contribuir à precária renda familiar ou de ter acesso a bens de consumo que não estão ao seu alcance. Vítimas da violência de adultos aprendem a utilizar seu corpo como mercadoria de troca na esperança de mudar o curso de uma existência que parece já traçada, onde o sonho e a brincadeira deixaram precocemente seus lugares à dor e à luta pela sobrevivência. Mas o sonho das mulheres-meninas termina, na maior parte dos casos, na rede de exploradores sem escrúpulos ou na morte. Ademais não se deve esquecer que, associada ao tráfico e consumo de drogas, a prostituição é causa de graves infecções, e em particular da AIDS e essas crianças e adolescentes estão expostos a tais riscos.

O objetivo do Seminário realizado em Brasília nos dias 29, 30 e 31 de março de 1995 pelo CECRIA-DF, UNESCO, Espaço Cultural 508 Sul e FENAJ, com apoio e participação de vários outros organismos internacionais e embaixadas, foi traçar um quadro da real situação, no Brasil, sobre o fenômeno através de depoimentos de organismos governamentais e não-governamentais que atuam na área e elaborar diferentes propostas de ações concretas na luta contra a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Na abordagem dos temas sexo-turismo e organizações de redes de exploração sexual, em nível nacional e internacional, foi possível perceber uma disposição por parte de algumas representações diplomáticas para enfrentar o fenômeno em um clima de construtiva colaboração com as autoridades brasileiras. Finalmente, o Seminário apontou que a melhor forma para lutar contra um tráfico movido por vários interesses e com várias ramificações é abandonar a

posição de simplesmente vitimizar crianças e adolescentes, mas sobretudo buscar soluções de enfrentamento da questão.

É importante ressaltar a interessante intervenção de representantes da mídia que não poupam uma autocrítica às mensagens produzidas, assumindo sua responsabilidade na correta difusão de informações e procurando uma humanização de meios de comunicação.

O Seminário de Brasília não objetivou ser apenas um espaço de denúncia. Objetivou abrir um diálogo entre vários setores da sociedade civil e política brasileiras, introduzindo o debate no âmbito internacional. Finalmente, o Seminário teve o mérito de discutir as duas faces do fenômeno: a dos explorados-meninas e adolescentes vítimas de abusos sexuais e violência, e a dos exploradores.

UNESCO — Brasília

SUMÁRIO

Introdução	13
------------------	----

1º Painel

A Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes:

Aspectos Históricos e Conceituais

Heleieth Saffioti	17
Gabriela	26
Lourdes Bandeira	29

2º Painel

Painel Nacional sobre a Exploração Sexual de Meninas

e Adolescentes no Brasil

Lúcia Luiz Pinto	35
Marlene Vaiz	41
Elizete Veiga	50

3º Painel

Redes de Exploração Sexual e Sexo-Turismo

Márcia Dangremon	55
Jaqueline Leite	64
Dra. Débora Menezes	69
Antonio Durval Soares	73
Filomena Emília Ramos	77

4º Painel

A Leitura Jurídica da Prostituição

Josiane Petri Veronesi	83
Ella Wieco Volkmer de Castilho	90

5º Painel

O Papel do Estado e da Sociedade Civil na Questão da Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes

Vicente Faleiros	97
Neide Castanha	103

6º Painel

A Mídia e a Violência Sexual

Gilberto Dimenstein	109
Beto Almeida	115

A Oficina de Desmistificação do Corpo

Tuca Preguinolatto	121
--------------------------	-----

<i>Conclusão</i>	125
------------------------	-----

<i>Recomendações</i>	131
----------------------------	-----

<i>Seminário: Organizadores e participantes</i>	141
---	-----

INTRODUÇÃO

O fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes, especialmente do sexo feminino, torna-se hoje uma questão a ser tratada com seriedade e urgência.

No Brasil tal fenômeno foi denunciado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Prostituição Infanto-Juvenil em 1993, cujos resultados apontaram a necessidade de uma pesquisa sobre “Visibilidade da exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil”,¹ culminando em março deste ano com a realização do “Seminário sobre exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil”, realizado em Brasília de 29 a 31 de março, cujos resultados são objeto desta publicação.

Os objetivos deste Seminário foram os seguintes:

- a) Discutir e compreender o fenômeno da exploração sexual de meninas e adolescentes face à realidade brasileira.
- b) Mobilizar a sociedade para o enfrentamento do problema.
- c) Contribuir para a formulação de alternativas de intervenção por parte do Estado e da Sociedade Civil.

O Seminário foi dirigido a profissionais que atuam na área da infância e da adolescência, representantes de organismos governamentais e não-governamentais, de organismos internacionais, educadores, profissionais dos setores da cultura, saúde e jornalismo, cientistas sociais, juristas e pessoas interessadas no tema.

Sua organização se fez a partir de painéis temáticos seguidos de debates da plenária, exibição de vídeos, exposição de fotografias, oficinas de desmisti-

¹ Pesquisa realizada pelo DIEST/CBIA — Divisão de Estudos /Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência — 1994.

mistificação do corpo através da dança e apresentação de experiências de trabalho com crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual.

Optamos, visando o maior alcance didático, por dividir esta publicação a partir dos temas debatidos durante o evento, a saber:

Parte 1 — A exploração sexual de meninas e adolescentes: aspectos históricos e conceituais. Origem e evolução do fenômeno da prostituição.

Parte 2 — Painel nacional sobre a exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil. Apresentação da realidade no Brasil, na cidade e no campo e as seqüelas para as vítimas da exploração sexual.

Parte 3 — Redes de exploração sexual de meninas e adolescentes. Identificação dessas redes na cidade e no campo.

Parte 4 — A leitura jurídica da prostituição. Estabelecimento da relação entre a prostituição infanto-juvenil e as penalidades previstas para a prática do lenocínio no Brasil e sua aplicação, assim como as medidas propostas pelo Estatuto da criança e do adolescente.

Parte 5 — O papel do Estado e da sociedade civil frente a questão da exploração sexual de meninas e adolescentes. Abordagem da relação entre as políticas sociais e os direitos de cidadania na condução do atendimento às meninas e adolescentes vítimas da exploração sexual no país assim como das concepções e propostas políticas em curso.

Parte 6 — A mídia e a violência sexual. O papel da mídia na construção do imaginário social sobre a exploração de crianças e adolescentes.

Na parte 7 encontra-se o conteúdo da Oficina de desmistificação do corpo através da dança.

As propostas encontram-se na parte 8.

Como recomendações finais ressaltamos a importância do Seminário, os pontos polêmicos levantados e os resultados esperados.

1º PAINEL

A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENINAS E ADOLESCENTES: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

Heleieth Saffioti

Socióloga - Doutora em Sociologia - Professora da PUC-SP

Gabriela

Presidente da Associação Nacional de Prostitutas

Lourdes Bandeira

Socióloga - Doutora em Sociologia - Professora de Sociologia da UnB

Heleieth Saffioti

*Socióloga - Doutora em Sociologia
Professora da PUC-SP*

Vou começar por uma imagem que, embora pareça bastante precária, a meu ver ajuda a compreender a sociedade. Seguramente, vocês todos conhecem um galinheiro. Entretanto, como há gente que sempre morou na cidade, eu vou explicar como é. Digamos que num galinheiro há 20 galinhas e um galo. O galo tem o direito de bicar todas as galinhas e as galinhas não têm o direito de bicar o galo. Depois, há uma galinha número 1, que é bicada pelo galo e bica todas as demais galinhas. A número 2, que é bicada pelo galo e pela número 1, bica todas as outras galinhas. A sociedade é bastante parecida com um galinheiro. É mais complexa, porque no galinheiro só existe uma ordem de bicadas, e na sociedade, existem três ordens básicas de bicadas e, depois, múltiplas ordens secundárias. Então, vamos ver essas três fundamentais, e pelo menos uma das que não têm a mesma natureza. Uma delas é a de classe. O rico pisa no pobre, explora o pobre. A ordem das bicadas no eixo das classes sociais nós já conhecemos muito bem. No eixo da raça-etnia, no caso brasileiro, o branco bica o negro. E, no eixo do gênero, as mulheres são discriminadas, espancadas, assassinadas por homens.

Nessas três ordens de bicadas temos relações contraditórias. Os interesses do pobre não coincidem com os interesses dos ricos. Ao contrário, eles se chocam. Isso acontece entre as raças, etnias e entre os gêneros também. Então, são relações contraditórias, ou seja, elas só poderão se alterar a partir do momento em que houver uma transformação fundamental na sociedade que modifique radicalmente essas três ordens. Digo mais: esses três eixos de distribuição — que corresponde a uma forma de conquista do poder — não estão isolados. Ao contrário, a meu ver, eles se fundiram historicamente formando um nó, e esse nó traz as contradições originárias potencializadas. Para mim, trabalhar com a idéia de nó é bastante fértil, na medida que a natureza do nó é diferente da natureza de cada uma dessas contradições, tomadas de per si, isoladamente.

Acredito que algumas experiências socialistas — algumas, eu digo, porque eu acho que em outras houve componentes mais fortes — como é o caso Cuba, por exemplo, essa componente de não se levar em consideração o nó, responde amplamente, ou respondeu — no caso de Cuba, responde ainda — pelo insucesso da experiência socialista. Cuba atacou a questão do preconceito social e a questão feminina, mas não solucionou nenhuma delas. Por quê? Por-

que as atacou isoladamente. Não nessa fusão, nessa simbiose que essas três contradições constituíram ao longo da História. Dentre os eixos secundários de distribuição/conquista do poder, quero mencionar um, que não é da mesma natureza dessas três contradições que eu mencionei, mas que deve ser levado em conta, sobretudo, num painel como este sobre prostituição infanto-juvenil. Trata-se das relações inter-geracionais. Nós sabemos que o adulto tem poder sobre a criança e o adolescente. Mas, essencialmente, esse poder não é da mesma ordem que o poder que o rico tem sobre o pobre, o homem sobre a mulher e o branco sobre o negro. Porque a dominação do adulto sobre a criança e o adolescente é uma dominação transitória, enquanto que, nos outros casos, ela é permanente. É transitória porque a criança se torna adolescente, depois se torna adulta. À medida que esse processo vai se consistindo, ou seja, em que a criança vai-se transformando num adulto, o adulto vai-se tornando velho, e a dominação se inverte.

Há até uma peça que se chama “Uma relação tão delicada” que mostra a relação entre mãe e filha, exatamente nesse sentido. A filha enquanto adolescente mantinha uma dependência muito grande em relação à mãe. Mas, à medida que a mãe vai envelhecendo e a filha vai se tornando adulta, a relação de independência se inverte. Porque o velho pode se tornar um dependente físico, um dependente emocional, econômico do adulto. Então, essa é uma relação de dominação provisória e com esta característica de inversão. Mas, é importante nós sabermos que os adultos exercem muito poder sobre as crianças. Porque nós vamos trabalhar hoje, fundamentalmente, com aquelas três contradições simbiotizadas, que eu mencionei, e mais a relação inter-geracional, ou seja, esse domínio que os adultos exercem sobre as crianças e os adolescentes.

Existem situações muito extremas no caso da prostituição infanto-juvenil, que eu faço questão de separar da prostituição adulta, porque ninguém tem o direito de falar por adultos, mas a categoria de adultos deve ser o seu próprio porta-voz. Digo isso porque, em matéria de prostituição, muita gente se arvora em porta-voz de prostitutas e eu penso que prostituta adulta deve saber muito bem o que é melhor para ela. Então, ninguém deve se arvorar em reivindicador daquilo que será o bem da prostituta. Ela é capaz de definir aquilo que lhe convém e aquilo que não lhe convém. E em muitos países isso vem acontecendo, inclusive no nosso, de as prostitutas imporem a sua voz e dizerem. “Não. Basta de visão religiosa a respeito da prostituição. Nós somos adultas e sabemos aquilo que nos convém e vamos lutar por isso.” Temos a Associação Nacional de Prostitutas no Brasil, que vem desempenhando um papel bastante ativo e mudando quanto a correlação de forças nessa área.

No que tange, no entanto, à prostituição infanto-juvenil, as coisas são diferentes. É claro que, como o adulto exerce um poder muito grande sobre a criança, a criança está na mão do adulto, não existe prostituição infantil sem

que haja um adulto responsável. Ou ele é cliente ou é o explorador que se beneficia do ponto de vista econômico com a prostituição dessa criança, ou ele se beneficia de uma outra forma, não economicamente, porque é ele próprio que explora os serviços sexuais dessa criança. Enfim, o problema da prostituição infantil é um problema dos adultos e não da criança. As crianças não têm discernimento para decidirem aquilo que é melhor para elas. As crianças são tuteladas pelos adultos até os 18 anos. Por isso é que devemos defender as crianças. Então, eu penso que essa trama de relações de exploração em relação às crianças só pode ser rompida pelo adulto. Nós não podemos esperar um movimento social constituído por crianças levantando bandeiras. As crianças não têm essa capacidade. No caso das crianças de rua, isso é diferente. Mesmo assim, nós sabemos que o Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua contém um sem-número de adultos que auxiliam essas crianças a levarem adiante as suas reivindicações.

No que tange à prostituição infanto-juvenil penso que o adulto deva tomar todas as providências para garantir o direito a ter direitos respeitados — acho que nós já passamos daquela fase da reivindicação de direitos civis, políticos e sociais e estamos na fase da reivindicação do direito a ter direitos. E a criança está também nesse caso. Eu não gosto muito de trabalhar com a idéia da violência como tudo aquilo que fere a integridade física, sexual, emocional e até moral das pessoas, porque isso varia individualmente. Eu prefiro trabalhar com a noção de direitos humanos, que, pelo menos, varia por subestruturas, de classe para classe, de raça para raça, de gênero para gênero, mas não varia individualmente. Parece que o conceito de violência não encontra um lugar ontológico, por isso é impossível definir violência, enquanto os direitos humanos encontram esse lugar, e é possível trabalhar com eles, inclusive porque a classe, a raça-etnia e o gênero constituem parâmetros que nos permitem mensurar as variações de concepção de direitos humanos.

A criança, tanto quanto o adulto, é titular dos direitos humanos e esses direitos devem ser respeitados. E toda pessoa tem direito a um desenvolvimento equilibrado, integrado, sem interrupções, sem grandes choques, sem traumas. Essa é uma das razões pelas quais eu penso que nós, adultos, é que devemos romper essa cadeia de exploração em relação à criança. Diferenciados esses dois tipos de prostituição, eu diria o seguinte: com a prostituição infantil há sempre algum adulto ganhando. Ou ele ganha em prazer, porque é ele próprio que explora a criança, ou ele ganha em dinheiro, porque está usando a criança para fins prostitucionais, pornográficos. Enfim, sempre há um adulto faturando quando uma criança está sendo sexualmente vitimizada. Agora, dizer que existem interesses econômicos investidos na situação prostitucional de crianças é uma coisa diferente do que dizer que a prostituição infantil resulta sempre de condições econômicas deploráveis. Admito, e existem provas disso, no nosso

País e em outros onde a desigualdade sócio-econômica é muito profunda, existem famílias excessivamente pobres que, num ato de desespero, vendem as crianças, alugam as crianças, sobretudo meninas, mas os meninos também são objetos de prostituição, de forma que eu prefiro sempre dizer criança, embora as meninas compareçam com um contingente muito maior do que o de meninos.

É óbvio que condições econômicas muito precárias induzem pais e mães a venderem ou alugarem seus filhos para fins prostitucionais. Mas, se nós ficassemos apenas com essa idéia, estaríamos reduzindo excessivamente a realidade. Isso existe, mas são situações extremas, como é o caso do garimpo. A situação descrita pelo Gilberto Dimenstein no livro das meninas é uma situação extrema. São meninas escravas, mesmo, que dificilmente saíram de lá. Precisaria uma política pública dirigida a essas meninas, porque também fazer a denúncia depois deixar as meninas ao deus-dará não resolve coisa nenhuma. É preciso formular e implementar uma política pública que dê conta de encaminhar essas meninas. Tirá-las do garimpo e encaminhá-las, porque só tirá-las do garimpo significa que, uma semana depois, elas estarão no garimpo novamente.

Quero tratar de um outro fenômeno que encaminha muitas meninas, sobretudo, para a prostituição, que é a sagrada instituição da família. A família, eu costumo dizer, é muito mais um vespeiro do que um ninho de amor. Na família se dá a competição, a inveja, a trapaça, a rasteira, enfim, a família é, realmente, um embrião de uma série de condutas não muito elogiáveis em que a pessoa pode se empenhar no seu futuro de adulto. Não estou me referindo especificamente à prostituição, porque acho que não me cabe fazer nenhum juízo moral a respeito da prostituição, sobretudo nesse momento em que estamos tratando de prostituição infantil. Quero dizer, se alguém merece reprovação é o adulto que explora a criança, mas a criança não merece, absolutamente, nenhuma reprimenda. Eu não gostaria de me colocar como empresária moral, porque não é por aí que nós vamos resolver o problema. Por que eu digo que a família empurra meninas, sobretudo, para a prostituição? Porque, na família, existe muita violência.

A violência física pode ser vista através de alguns dados nacionais que estão publicados num livro que se chama "A participação sócio-política", editado em dois volumes, um deles se chama "Justiça e Vitimização", suplemento da PNAD de 88, publicado em 90, pelo IBGE. Temos agressão física, os dados desagregados por faixas etárias das vítimas, por relação entre o agressor e a vítima... Então, é possível separar a violência intrafamiliar daquela que é praticada por conhecidos, por desconhecidos. E eu digo a vocês que essa violência é imensa. É interessante verificar o seguinte: nas faixas etárias mais baixas das vítimas, a violência física é bastante pequena. Ela vai aumentando à medida que a vítima — a vítima aqui é mulher — vai chegando aos 20, 25 anos, e atinge percentuais da ordem de quase 40. Por exemplo, na faixa de 20 a 29

anos, temos cerca de 38%, arredondando. Na faixa de 30 a 49 anos, o percentual de violência física contra a mulher ultrapassa a casa dos 40, 43,4%, se não me engano. Isso significa que o homem é mais violento enquanto marido do que enquanto pai. É exatamente nas faixas etárias em que a mulher está, com toda certeza, casada, que a pancadaria é maior.

Outra coisa é que há uma rotinização da violência. Nessa pesquisa que o IBGE fez, verificou-se o número de vezes que a vítima era espancada, no caso das mulheres; no caso dos homens é muito mais freqüente que ele seja espancado uma única vez. As mulheres sofrem muito mais a violência doméstica do que a praticada por desconhecidos ou amigos, enfim, por pessoas que não são parentes. O homem sofre em geral uma agressão e a mulher sofre três agressões, mais de três agressões. Torna-se uma coisa crônica, o que caracteriza muito a relação violenta conjugal. Se, por um lado, o homem é mais violento como marido do que como pai no que tange à violência física, quando se toma a violência sexual é uma brutalidade. Na pesquisa que eu realizei em São Paulo sobre abuso incestuoso, dentre os agressores, eu detectei 71,1% de pais biológicos e mais 11,5% de padrastos. Os dois somados perfaziam 82,6%. Contrariamente ao que se pensa, o número de padrastos é bem menor do que o de pais biológicos. Isso também não quer dizer muito porque nós não sabemos qual é o número de famílias no Brasil com presença de padrastos. É bastante provável que esse número seja grande, na medida que houve uma liberalização dos costumes sexuais, e hoje é uma prática corrente casais se separarem e reconstituírem suas vidas com outras pessoas. É muito provável que os padrastos estejam sub-representados nessa história de violência sexual contra as enteadas ou os enteados. Porque parece que, pela literatura internacional, a figura do pai biológico é aquela que agride mais sexualmente, que vitimiza mais sexualmente.

Quero trazer a vocês essa experiência que eu tenho com o tema da vitimização sexual em família, mostrando como esse fenômeno é altamente responsável pela prostituição, mormente de meninas, porque incide muito mais sobre elas do que sobre meninos. O percentual de meninos vitimizados em família, do ponto de vista sexual, internacionalmente, é da ordem de 13. No Brasil, é bem menor o número encontrado. Eu encontrei 4,8. Mas acredito que, no Brasil, dado o grau de machismo, seja muito difícil denunciar a vitimização sexual do menino, porque na cabeça da família, se alguém souber, já vai chamar o menino de bicha, já vai dizer: "Esse aí não escapa, vai ser homossexual." Então, para não estigmatizar o garoto, não se denuncia, não se publiciza. Já no caso da menina, é difícil descobrir, denunciar, mas é mais fácil. Só para dar um exemplo, tenho um depoimento. O primeiro caso de abuso incestuoso que eu peguei foi de uma menina que estava grávida do pai, ela tem um filho do pai e agora tem um segundo filho do marido porque acabou se casando. Essa menina estava grávida e a mãe não sabia. Ela não conseguia contar para a

mãe. A mãe levou a menina ao médico, que percebeu, pediu à mãe para sair da sala, conversou com a menina, fez ultra-sonografia. A menina contou que o filho era do pai e, depois de terminada a consulta, o médico fez reintroduzir a mãe na sala e disse: “Olha, eu não tenho tempo de conversar com a senhora. A sua filha está grávida. Ela vai lhe contar quem é o autor dessa história. Eu só espero que a senhora tome todas as providências cabíveis porque eu quero ver o pai da criança transformado numa mulherzinha na cadeia.” Vocês sabem qual é a lei da cadeia, não é? Estuprou, é currado na cadeia. Tanto que, para que isso não ocorra, atualmente, em algumas prisões toma-se a providência de colocar o recém-chegado estuprador numa solitária, que é a única maneira de preservá-lo do estupro. Então, vejam vocês o discurso do médico. Ele disse que queria ver aquele homem transformado não numa mulher, mas numa mulherzinha. Porque ser penetrado é uma coisa de mulher, e quem penetra é o homem. Se o menino é penetrado por um outro homem, ele é transformado numa mulherzinha, e isso, obviamente, não fica bem que os outros saibam, porque o menino ficará estigmatizado. Calculo que o percentual de meninos sexualmente vitimizados em família seja muito maior do que aquele que temos encontrado, exatamente em razão dessas coordenadas que eu estou apresentando.

Freqüentemente, aponta-se para o alcoolismo como a causa, seja do espancamento, seja da violência sexual praticada por homens dentro da família. Quero afastar totalmente o álcool como causa. Ele pode ser um fator detonador da violência, um fator imediato, porque alcoolizada, a pessoa executa coisas que não executaria se não estivesse alcoolizada. Acontece que o que a pessoa é capaz de executar é aquilo que está lá dentro. Eu, por exemplo, se tomar uma gota além do que eu posso tomar, simplesmente durmo. Não bato em ninguém, não agrido, não dou risada. Cada pessoa reage de uma maneira, com aquilo que traz dentro. Como os homens contam com a complacência da sociedade, até da família — porque se o pai convive maritalmente com a filha, isso é uma vergonha e deve ser encoberto. Então, o vizinho não pode saber. O resto da família tampouco. Os amigos também não. Aquilo é fechado, e se forma uma conspiração do silêncio em torno daquele fenômeno. A filha continua a ser vitimizada sexualmente pelo pai, pelo tio, pelo avô, pelo cunhado, enfim, por “n” parentes que convivem ou não na mesma casa.

Vamos examinar rapidamente porque esse fenômeno é altamente responsável pela prostituição infanto-juvenil. De um lado, a menina pode fugir de casa para escapar à violência que sofre em família. Então, ela vai para as ruas e, aí, se junta o outro lado da história. Ela tenta sobreviver nas ruas. De que maneira? Da maneira como ela foi ensinada. Ela foi ensinada que o uso do corpo é a única maneira de que ela dispõe para obter atenção, “afeto”, enfim, ela aprende que o corpo é uma coisa mais ou menos assim como uma mercadoria, com a qual ela pode transacionar. E ela vai executar exatamente isso que

ela aprendeu em casa. Só que, ao invés de fazer a mesma coisa gratuitamente em casa, ela vai fazer por dinheiro nas ruas. Mesmo porque nas ruas ela não vai encontrar muitas formas de sobrevivência. Ou ela pratica pequenos furtos ou se prostitui porque, obviamente, se ela for se empregar como trabalhadora doméstica vai ser vítima novamente da mesma violência de que fora vítima na família. Vai ser o filho do patrão ou o próprio patrão que vai abusar dela sexualmente. Então, ela vai fazer por dinheiro uma coisa que ela vinha fazendo já a contragosto, gratuitamente.

O fato é que a criança aprende a usar o corpo para conseguir outras coisas. Na conspiração do silêncio que se forma na família há todo um jogo entre a criança e o adulto. Eu encontro algumas diferenças porque isso ocorre em todas as famílias — nas famílias ricas, nas famílias de classe média, nas famílias pobres, nas miseráveis, nas mais miseráveis ainda, ocorre em todas elas. Não pensem que violência sexual intrafamiliar é característica de pobre, não. Aliás, ainda ontem à noite eu conversava com algumas amigas, dizendo: “Para mim, é muito mais fácil entender a violência sexual, o abuso incestuoso quando as pessoas moram num cortiço, ou numa favela, em que nem mesmo um lençol existe para separar os corpos, do que entender esse fenômeno em famílias nas quais cada pessoa tem o seu próprio dormitório. Mas ocorre e muito. Só que a visibilidade desse fenômeno é muito menor do que a visibilidade que tem o mesmo fenômeno nas camadas mais baixas.”

Uma diferença que eu encontro, que é uma diferença de classe, no abuso incestuoso é a seguinte: nas classes mais pobres, o pai joga a filha numa cama, põe uma faca, um canivete, um revólver, a arma que tiver, ao lado da cama e estupra a filha e diz: “Se você abrir a boca, eu mato você, mato sua mãe, todos os seus irmãos.” A menina vive sob ameaça concreta. Agora, é muito pior nas camadas privilegiadas. Não se ameaça com revólver nem com faca. Não há ameaça. O que há é um processo de sedução que, a meu ver, é muito mais deletério para a saúde emocional da criança do que a ameaça grave. Porque o pai vai seduzindo, ele vai avançando nas carícias — eu digo o pai porque é a figura mais freqüente, mas isso não impede que seja o avô, o tio, o primo, o irmão, etc. — e é muito difícil para uma criança pequena distinguir entre a ternura e o afago com fins genitais. Porque o prazer é sexual de maneira geral. Entendemos a sexualidade como a definiu Freud. Todo prazer é sexual, de alguma forma. Mas, a sexualidade da criança não é generalizada como a do adulto. E o adulto vai generalizando seus afagos na criança, e a criança não se dá conta. E, quando ela percebe, já está envolvida.

Aproveito aqui para dar uma pincelada na política brasileira. Estamos vivendo agora a era do neo-liberalismo que está fundado no mesmo pecado que o liberalismo, porque, afinal, não há muita diferença entre eles. A premissa sobre a qual se assentam o liberalismo e o neo-liberalismo é absolutamente

falsa, que consiste em apresentar como dispendo da mesma parcela de poder patrões e empregados, ricos e pobres. O empregado consentiria, segundo essa ideologia, em ganhar salário mínimo, quando, na verdade, ele não tem capacidade para consentir, porque depende do patrão e do emprego. A mesma coisa ocorre com as mulheres, adultas também. Nós não desfrutamos do mesmo poder que os homens. Então se uma mulher é ameaçada por um homem na rua ou mesmo intrafamiliarmente com um revólver apontado para sua cabeça, ela não consente em ser estuprada, ela cede ao estuprador, porque ela quer preservar o bem maior que é a vida. Mas ela não consentiu no estupro.

Do mesmo modo, a criança não pode consentir, porque não tem capacidade de discernir. Então, o que vai acontecendo com a criança é um envolvimento emocional crescente, e, é claro, de prazer também. Nós precisamos deixar de lado o preconceito, dizendo que a menina que sofre abuso sexual é uma sofredora de cabo a rabo, ou seja, que não sente prazer nenhum. Isto não é verdade. Existem depoimentos publicados de meninas que tiveram vida marital com o próprio pai e que desfrutavam de um enorme prazer. Agora, sabiam que essa relação era proibida. O que acontece com essa menina ou com a criança que foi aos pouquinhos sendo seduzida pelo adulto? Num certo momento, ela percebe que aquela relação está se encaminhando para um sentido que é proibido, que é tabu, mas já está tão envolvida que não se percebe mais como vítima e sim como co-partícipe daquela relação. Aí, vem a culpa.

Há no livro de uma americana um depoimento: nesse caso específico, não foi o pai biológico, foi o padrasto que abusou da menina quando ela era muito criança e, depois, a coisa foi progredindo e eles viveram maritalmente durante muito tempo. Ela sentia tanto prazer na relação — e sabia que isso era proibido. Então, a culpa crescia a cada instante, porque, cada vez que ela sentia prazer, a culpa aumentava. Então, ela decidiu que, cada vez que tivesse relação com o padrasto, ela faria uma sessão de masturbação, com a expectativa de que não fosse sentir prazer com o padrasto. Mas, ainda, sentia. A masturbação piorou ainda o quadro porque a culpa aumentou. Na pesquisa que eu fiz obtive provas de que a sedução é um processo muito mais traumatizante do que a ameaça bruta, com armas ou tapas.

A vitimização sexual intrafamiliar deve ser pensada como um fator importantíssimo no encaminhamento da criança e do adolescente para a prostituição. Não penso que a prostituição constitua um fenômeno pontual — vamos lá e fazemos uma intervenção e resolvemos. Não. O problema tem raízes em muitas instituições. Uma delas, talvez a mais fundamental, seja exatamente a “santa família”. E toda vez que a gente fala mal da família — e são poucas as famílias que nos permitem falar bem — entra a religião, entra o deixa-disso. “Não mexe com esse vespeiro, porque isso só causa problema.” Mas enquanto nós não reestruturarmos a família, vai acontecer esse fenômeno. O homem

destrói o seu próprio fruto. Digo o homem porque a mulher é raramente uma agressora sexual. Não que ela não possa extrair prazer de uma relação com uma criança. Pode e muito. Não é o sexo feminino que impede isso. Existem muitas formas de fazer isso. Mas, internacionalmente, as estimativas de agressoras sexuais ficam entre 1% e 3%, ou seja, no mínimo 97% dos agressores sexuais são homens.

É preciso reestruturar a família e, junto com isso, reformular as relações de gênero. Enquanto formos fazendo isso, a longo prazo, temos que estabelecer, com o Estado, uma nova relação. Nós, sociedade civil, precisamos interferir de modo a ter o direito de formular e implementar ou, pelo menos, exercer a vigilância da implementação de políticas públicas que proibam a violência sexual contra a criança. Existe também a violência sexual contra crianças praticadas por estranhos, mas é tão pequena em relação àquela que os membros da família perpetram, que eu até a deixei de lado. Primeiro, porque é menos grave, causa menos traumas, segundo porque ocorre em muito menos quantidade.

A minha proposta para discussão é a seguinte: eu não vou entrar numa série de questões como tráfico de crianças, exportação de crianças para fins pornográficos e/ou prostitucionais. Não vou entrar na questão da droga. Porque, é claro que se a criança foge de casa porque está escapando da violência física ou sexual, ela pode entrar na droga, na rua, e daí, para conseguir dinheiro para comprar droga, ela faz qualquer coisa, inclusive, prostitui-se. Estou deixando de lado uma série de problemas, não porque eu não queira falar sobre eles, mas porque já extrapolei bastante meu tempo, e não é justo entrar no tempo das outras pessoas da Mesa. Convido-os então a entrar nas questões fundamentais da família, das relações de gênero e das relações entre a sociedade civil e o Estado.

Gabriela

Presidente da Associação Nacional de Prostitutas

Falarei sobre a prostituição colocando alguns conceitos sobre as várias concepções que existem sobre o tema em nível internacional.

Com relação à prostituição temos três grandes concepções internacionais. A primeira, mais antiga delas, é a **regulamentarista** que considera a prostituição um mal necessário. Esta sempre vai existir no sentido de iniciar os meninos em suas experiências sexuais e preservar as futuras esposas dessas experiências iniciais. Se é um mal necessário, o que a sociedade faz? A sociedade controla e fiscaliza e confina a prostituição pelo discurso médico, pela medicina e pela repressão policial. O regulamentarismo exige que toda mulher que está na prostituição tenha um cartãozinho e que faça um exame médico. O Brasil já realizou esse controle no que diz respeito às doenças sexualmente transmissíveis. No imaginário da sociedade, prostituta só tem doença sexualmente transmissível, não é mulher. Ela somente é reconhecida no mundo do trabalho se apresentar a carteira de saúde com o aval do delegado da região onde está atuando. Essa concepção está baseada na medicina sanitária do início do século e prevaleceu no Brasil até a década de 60. Existem ainda alguns países que são regulamentaristas como a Holanda, na Europa, o Estado de Nevada, nos Estados Unidos, o Paraguai, o Equador e o Uruguai, na América Latina.

A segunda concepção é o **abolicionismo**. Trata a mulher na prostituição como uma escrava. Como escrava, ela é uma vítima que precisa ser salva. Nessa concepção, a prostituição é um fenômeno que tem a ver com o consumismo, com a nossa sociedade capitalista ocidental, e com o machismo. É na França que essa concepção teve sua origem através da Federação Abolicionista Internacional e se projetou em outros países. O Brasil é, oficialmente, abolicionista. Assinou, em 1951, o Tratado Abolicionista. Essa concepção ainda é referência predominante seguida pela grande maioria das pessoas na sociedade, e, principalmente, pelos movimentos sociais, partidos políticos de esquerda. Por exemplo, o movimento feminista, até algum tempo atrás, era abolicionista. A Pastoral da Mulher Marginalizada é abolicionista.

A terceira concepção é a **autodeterminação** que considera a prostituta, enquanto cidadã e sujeito de direitos. Essa é a mais nova concepção, e teve sua origem na França, na década de 60, com umas prostitutas francesas, lideradas

pela americana Margot Saint James que fazia prostituição na França. Elas invadiram uma igreja, mascaradas, para dizer: “Todo mundo fala sobre nós. Nós queremos falar sobre nós mesmas.” Aí, começou um movimento que tem sede internacional, que é o Comitê Internacional para os Direitos da Prostituta. Esse Comitê, apesar das dificuldades, do estigma, e do preconceito, vem cristalizando um movimento de profissionais do sexo. Este é formado por prostitutas e por simpatizantes à causa...

A Associação Nacional de Prostitutas e a Rede Nacional de Profissionais do Sexo têm como referência de luta a terceira concepção. Estas duas entidades são articuladas ao movimento nacional e internacional. Essa concepção possibilitou a determinação do lugar de fala da prostituta, isto é, ela passou a ser sujeito de sua própria fala. “O sonho era estar, por exemplo — uma coisa que parece tão normal para todo mundo — numa Mesa como esta, com intelectuais ou não, mas que não fossem prostitutas, discutindo, do meu lugar de prostituta. Esse era o meu sonho e o de muitas colegas, que a gente está tentando, com muita dificuldade levar avante.”

Combinado a isso, essas Entidades de Defesa compreendem que a prostituição não é simplesmente uma falta de opção. “Em sã consciência, todas as pessoas na vida fazem opção. O leque de opções pode ser pequenininho ou grandão, mas todas as pessoas fazem opções. Tirar esse direito é uma maldade muito grande. Dizer que a prostituição é decorrente da pobreza, da desigualdade sócio-econômica, é de uma pobreza muito grande também.”

A prostituição é muito mais complexa. Tem a ver com a questão de como a sociedade encara a sexualidade, os tabus com relação a sexo, com a concepção cristã ocidental de que sexo é igual a amor, sexo sem amor é igual a animalidade, a fidelidade no casamento, e a monogamia. “É muito difícil você impor uma regra de que todo mundo é monogâmico porque o que sai disso é promiscuidade. Mas nós não somos, por natureza, monogâmicos. Então, você tem transgressões a isso.”

A partir dessas considerações, essas entidades preconizam a prostituição como um trabalho como qualquer outro.

Com relação à criança, em maio de 1995 realizamos o terceiro encontro nacional e tivemos uma mesa para discutir a questão da prostituição infanto-juvenil. As pessoas falam muito da prostituição infantil. Agora, falamos muito, muito, muito, sobre a prostituição, mas não falamos sobre o trabalho infantil. No nosso último encontro, decidimos lutar contra o trabalho infantil, em particular, a prostituição. Algumas pessoas nos acusam de reducionistas, que reduzimos muito a questão. É evidente que o trabalho sexual tem uma série de outras questões envolvidas. Mas todo trabalho infantil é terrível. É tão terrível

uma menina na prostituição, como é terrível uma criança que trabalha como escrava numa usina de açúcar lá em Pernambuco.

“Eu fui depor na CPI da Prostituição Infanto-Juvenil quando ela esteve no Rio de Janeiro e falei sobre isso. A presidente da CPI, quando terminou tudo, disse para mim: “Olha, gostei muito de tudo o que você falou, mas você não acha que está sendo radical demais sobre a coisa do trabalho? Você não acha que a criança tem que aprender uma profissão?” Eu disse: “Você tem filhos?” Ela disse: “Tenho.” Eu disse: “Seus filhos trabalham?” Ela disse: “Não. Meus filhos estudam.” Eu disse: “Então, estamos conversadas, certo?” Quer dizer, a criança da classe média tem que ser protegida; a criança pobre tem que aprender uma profissão para ir trabalhar logo cedo, assim, com 10 anos, 11 anos. Eu não acho normal. Tenho dois filhos, e eles nunca trabalharam, enquanto não era idade de trabalhar. Batalhei à beça para que isso não acontecesse. Esta é uma questão muito séria que a gente tem que estar discutindo: o trabalho infantil como um todo, e, é claro, a prostituição infantil, que é o que nós estamos tratando aqui é, dentro desse contexto, a pior forma de exploração da criança. A gente tem um grupo que está trabalhando nisso, para coibir essa coisa toda, com políticas públicas, e esse problema da família. Mas, a prostituição infantil precisa estar num contexto mais amplo que é o trabalho infanto-juvenil, pois isso só acontece numa sociedade doente.

Outra questão é sobre as pessoas e entidades que trabalham com meninas que fazem prostituição. Esse grupo que hoje existe em nível nacional, que trabalha com menina prostituta, virou um gueto e, como todo gueto, está viciado. Faz um discurso superficial e muito poucas ações concretas. Discursos, às vezes com fortes valores morais das próprias pessoas que estão fazendo, sem levar em conta a questão mais ampla. Assim: “Essas crianças aqui são minha propriedade. Vou trabalhar com elas e você não se meta com isso, não. E uma outra competição pelo dinheiro que se vai receber para trabalhar com essas crianças. Ontem, entre amigas, falávamos sobre isso: acaba que a criança já é explorada pela família, é explorada por quem está na rua, pelo cafetão, e, agora, tem mais um grupo de exploração, que é esse grupo que trabalha com criança.”

Uma das minhas propostas aqui é que a gente comece a pensar o que a gente quer com o trabalho que está fazendo; se a gente acredita mesmo nisso; se está realmente estarrecido com esta situação de crianças na rua; com o turismo-sexual. Vamos pensar essa coisa. Parece-me que esta não é uma proposta política, parece mais proposta de psicanalista. Mas, eu acho que temos que começar a pensar dessa forma, e pensar o quanto a gente também é explorador de criança. Só isso que eu queria falar. Muito obrigada.

Lourdes Bandeira

*Socióloga — Doutora em Sociologia
Professora de Sociologia da UnB*

Para pensar a prostituição no Brasil, como um fenômeno social, não podemos deixar de pensar no processo de construção social dessa categoria. Essa categoria é um problema social que se expressa em diferentes momentos da História do Brasil, está presente desde a vinda de D. João VI, e esteve antes, também. Se fizermos um resgate histórico, ela remonta, com peculiaridades próprias, ao tempo da Grécia antiga. Mas, o que tem de pertinente hoje e que me parece fundamental é pensar a prostituição, primeiro, por nós, porque é nossa obrigação social de cientistas, professoras, militantes ou intelectuais, não importa qual é o rótulo. Pensar isso, sistematizar, refletir não significa que nós somos as redentoras. Isso tem que ficar claro. Outra idéia fundamental é que há uma auto-reflexão por parte dessa categoria social, que é historicamente constituída, e que está aqui muito bem expressada na presença da Gabriela. Mais do que ninguém, quem vive a experiência, e eu sempre dou o exemplo aos meus alunos, quem sente fome é que pode melhor definir a experiência. A gente pode imaginar, fantasiar, caricaturar, mas quem sente tem as condições de pensar até melhor do que outras categorias.

Este encontro é o ideal que nós estamos fazendo dessa mediação. Acho que talvez juntos possamos pensar de forma mais adequada. E pensar não significa, necessariamente, trazer soluções. Essa eu acho que é a grande contribuição deste debate: essa interlocução que se faz, em princípio, com pessoas que, aparentemente, podem estar em posições opostas. Na verdade, estamos dentro do mesmo espaço. Eu levantaria dois conjuntos de pontos. Uns, que eu chamo “secundários”, não que sejam menos importantes no sentido da construção da categoria social da prostituição, em especial infanto-juvenil, mas apenas como uma forma talvez mais didática de levantar a questão. Seriam esses pontos que já foram colocados pela Heleieth e que, de certa forma, Gabriela também levantou, que é a questão da pobreza enquanto exclusão social. Quem não tem o que comer, onde morar, onde estudar, crianças que não têm infância, que têm que trabalhar. Quem não tem nada. Esse fato não dá para não ser relevante. É evidente que ele não é determinante, único, nem exclusivo, mas é fundamental.

Outro fato é a própria natureza do sistema escolar brasileiro que traz em si a exclusão, uma impotência que impossibilita o acesso e a permanência e manutenção. Nosso sistema escolar é uma ficção e, nesse sentido, contribui, direta ou indiretamente, para a questão da prostituição, tanto para as crianças quanto para os adolescentes.

O terceiro aspecto é a violência. Seja física, sexual, simbólica, emocional ou psicológica, ela não é descolada do conjunto de situações a que as meninas e adolescentes são levadas. Essa violência, que foi tão bem colocada pela Heleieth, tanto dentro da família, quanto no espaço do trabalho, na rua, etc. esses três elementos que ela citou seriam constitutivos também da inserção de crianças e adolescentes na prostituição. Eu poderia dizer que existem outros elementos, que já foram abordados, mas que eu queria retomar, que são os que chamo de mais essenciais. O primeiro é o papel da sexualidade na cultura brasileira e na cultura ocidental. A sexualidade tem um papel muito específico, muito próprio, na formação cultural, e tem que ser discutida. Ela é responsável, em grande parte, pela prostituição infanto-juvenil. Essa idéia da sexualidade está diretamente vinculada à idéia que se tem da dominação. Existe uma ética sexual que é embasada por uma prática da dominação, da coerção, e que faz com que essa dominação seja geracional, porque se manifesta de uma geração com relação a outra. Essa idéia da sexualidade está implícita na construção da família, na relação dos membros da família e na formação do que chamamos de adulto. E, quando chamamos de adulto, estamos, em princípio, tendo sempre esse modelo andocêntrico que é a figura masculina.

É claro que, quanto a tudo que foi dito sobre raça e gênero, eu concordo plenamente. Não vou discutir, porque esses elementos estão implícitos. Mas, a questão da sexualidade é vinculada a uma ética sexual, ao processo de dominação geracional e à noção de ausência de direitos — dos direitos humanos de que fala a Heleieth, e eu falo ausência de cidadania, ou seja, não há uma idéia de cidadania de criança e de adolescente. Claro que há agora o Estatuto, a Delegacia, e muitas coisas ao nível institucional. Nós temos a Constituição mais democrática do mundo ocidental, e nem isso significa que ela tenha o menor respaldo, em termos da realidade social. Então, ao pensar nessa realidade, temos que pensar na noção historicamente construída de família. Qual é esta ordem familiar que está posta? Vou me permitir ler para vocês um texto do Jorge Zimmel, de 1892, “Filosofia do Amor”. Ele diz o seguinte sobre a família e a natureza do casamento que ela tem, e a causa da prostituição, que está, entre outras, exatamente na Constituição dessa família monogâmica, que é a nossa ordem social de referência: “Um ponto, não há ilusão a se ter. Enquanto o casamento existir, a prostituição também existirá. É só com o amor plenamente livre, quando caducar a oposição entre legitimidade do casamento mono-

gâmico e ilegitimidade do casamento não monogâmico que não se precisará mais de pessoas especiais dedicadas a satisfação do gênero sexual masculino. Para não ser contraído levemente, com o risco de perder ambas as partes, o casamento monogâmico, com obrigação de fidelidade, pelo menos diante de si mesmo, deverá ser realizado numa idade em que o instinto sexual já se manifesta a anos.” Ou seja, a ética sexual que predomina na nossa sociedade, que determina essa construção familiar monogâmica, fiel e profundamente hipócrita, reconhece também a existência de figuras extraconjugais, a outra, a prostituta, a amante, a concubina, que fazem parte desse imaginário social da família brasileira, que está contribuindo e compondo o quadro de prostituição infanto-juvenil e prostituição, de um modo geral, no Brasil.

O grande avanço, que eu tinha chamado de direito autodeterminado, que a Gabriela está chamando de autodeterminação, dessa corrente que localiza a prostituição, eu tendo a pensar também que tanto a criança prostituída quanto a adulta têm que ser vista sem essa idéia de vitimização. Por que a pessoa não tem o direito a optar na vida e de se decidir a ser prostituta? Mesmo que as categorias socialmente privilegiadas o façam e que, com elas, o olhar social seja bem mais condescendente, bem menos duro, bem menos preocupado, bem menos vitimizador. Nesse sentido, acho que se há um avanço em termos da construção dessa cidadania, da ausência de exclusão, é a autodeterminação, a opção como profissão, como escolha, como desejo, como vontade, como alguém escolheu ser médica, ou escolheu ser professora, ou ser prostituta, mesmo considerando que é uma possibilidade ainda tida como marginal na nossa sociedade.

É claro que essa racionalidade não é contemplada nas meninas de cinco, 10, 15 anos. A Heleieth colocou bem quando esse processo de sedução é colocado em determinados segmentos sociais e que faz com que as adolescentes acabem cedendo — mas aí, talvez, o que tivéssemos que pensar seria numa frase do Foucault: “É no sexo que devemos procurar verdades mais secretas e profundas do indivíduo. É nele que se pode melhor descobrir o que é aquilo que o determina. E, se durante séculos, acreditamos que fosse necessário esconder as coisas do sexo porque eram vergonhosas, sabemos agora que é o próprio sexo que esconde as partes mais secretas do indivíduo. A estrutura de suas fantasias, as suas raízes, e as raízes do eu são as formas da relação com o real. No fundo do sexo está a verdade.”



Pedro de Moraes ©
Rio - Brasil

2º PAINEL

**PAINEL NACIONAL SOBRE A EXPLORAÇÃO
SEXUAL DE MENINAS E ADOLESCENTES
NO BRASIL**

Lúcia Luiz Pinto

*Coordenadora da Pesquisa Nacional da DIEST/CBIA
sobre a Exploração Sexual de Meninas Adolescentes*

Marlene Vaiz

Pesquisadora de Salvador-BA

Elizete Veiga

Movimento de Promoção da Mulher de Belém-PA

Lúcia Luiz Pinto

*Coordenadora da Pesquisa Nacional da DIEST/CBIA
sobre a Exploração Sexual de Meninas Adolescentes*

Vamos fazer um relato de como a pesquisa “Visibilidade da Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil” se desenvolveu.

A pesquisa visou a atender uma demanda muito precisa da CPI. Quando a comissão se instaura e percorre os Estados e ouve depoimentos, depara-se com uma dança de números bastante absurda sobre a questão das meninas exploradas. Eu trabalho com exploração sexual de crianças e adolescentes. Porque, como já foi dito aqui, prostituição é uma opção do mundo adulto, como qualquer outra opção, não podendo crianças terem a dimensão, a consciência plena do que significa, a médio ou longo prazo, esse tipo de inserção.

Vou pedir licença a Heleieth para usar um pouco o tripé que ela usou, um pouco adaptado ao tema que eu vou desenvolver. Quando recebemos a demanda da CPI, pedimos a Fiocruz — na época fizemos um seminário — que nos passasse todas as notas taquigrafadas. São 1600 páginas de depoimentos, ação da CPI, que nós lemos e fichamos, para poder organizar o nosso trabalho. Como nós, na condição de órgão de política pública, não tínhamos o direito de fazer pesquisas meramente acadêmicas, mas encontrar soluções, apontar referências e articular ações necessárias em nível federal, organizamos o trabalho da seguinte forma: primeiro, partimos da premissa de que é um fenômeno que não se quantifica. E a quantificação, quando trata da exploração sexual, tem dois problemas: ou subestima, como é o caso de alguns Estados, que não querem que apareça a existência da exploração sexual de crianças e adolescentes, nem na Imprensa, nem em nível de programas de política pública, ou superestima, o que também funciona como uma inviabilização de ações.

Não se trata de ter 500 mil ou 50 crianças na prostituição. Usando uma frase de Marlene Vaiz bastaria apenas uma criança prostituída para que a sociedade e o Estado se mobilizem para prevenir tal situação.

Existe uma rede de exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil. Esta rede foi denunciada nos depoimentos da CPI de 1993 sobre prostituição infanto-juvenil, onde a menina virou mercadoria. As palavras que vou usar não são minhas, são de depoentes da pesquisa. O mercado de “carne fresca” hoje, no Brasil, tem uma rede de agenciadores e usuários.

Com relação a metodologia da pesquisa elaboramos um levantamento de dados usando três fontes: a imprensa, nos últimos três anos, em todas as unidades federadas, na Capital e em cinco municípios de maior porte, onde o fenômeno existe. Foram levantadas as reportagens da Imprensa de 92, 93 e primeiro semestre de 94. Construímos uma grade de leitura para essas notícias, porque a notícia não sai dizendo: “explorada sexualmente...” Sai sempre destacando: “blitz”, “batida”, “aids”, “boite”, “ação da polícia”, “ação da Justiça”. Então, incluímos as categorias “rede”, “exploração por terceiros”, “delitos”, “violência”, “ação da polícia”, “ação da justiça”, “ação da sociedade civil” e “relatos de meninas”. Contratamos universidades e centros de pesquisa, inclusive o CECRIA fez o diagnóstico no Distrito Federal, e, para mim, é muito prazeroso estar aqui. Entendo que este seminário decorreu do mergulho que elas deram nesse tema ao pesquisar a Imprensa.

O segundo indicador desse diagnóstico é a produção escrita, existente na unidade federada de qualquer ordem: folhetos de ONG's, teses de mestrado, teses de doutorado, panfletos, qualquer coisa produzida por escrito sobre o tema “exploração sexual infantil”. O terceiro foi o levantamento exaustivo das entidades de atendimento governamentais e não-governamentais de meninas — recorte de gênero. Com isso, queríamos cruzar a visibilidade do fenômeno, no sentido do externo — o fato, que ocorre; como ele é simbolizado pela Imprensa; e como a unidade federada trata dele, através da rede de atendimento. Já intuíamos que, ou teríamos Estados da Federação sem nenhuma notícia, sem nenhuma produção de entidades, ou teríamos Estados onde o problema é gritante, sem nenhuma entidade.

Como a nossa proposta era fazer articulação e política de intervenção, entendemos que era fundamental fazer o levantamento das entidades. Construímos uma ficha que analisa desde o tipo de entidade, quantas meninas, capacidade ocupada no dia da visita, até programas desenvolvidos à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse material começou a ser produzido em setembro. Começamos a receber os relatórios finais em dezembro. Alguns não foram mandados porque, com a extinção do CBIA, as entidades que fizeram levantamento não sabiam o que fazer com aquilo. Mas mandamos um fax dizendo que apesar de o governo, apesar de tudo, o compromisso com a defesa de direitos é maior do que até uma medida provisória da Presidência da República. E, enquanto não fecharem as portas e nos botarem no meio da rua, vamos continuar trabalhando na pesquisa.

O que vou trazer é um relatório ainda parcial porque imaginem o volume de informações que temos nas mãos. Para dar uma noção peguei uma amostragem de 11 estados da Federação, com que foi possível trabalhar de fevereiro até março, e, só nesses Estados tenho 4600 notícias de jornal, fora as entidades

de atendimento, que vão derivar em sub-projetos, em que queremos também analisar a ideologia que perpassa a entidade, a fonte financiadora, por que não dá certo ou por que dá. É um trabalho que vai botar o dedo no que está acontecendo em nível de política pública e de organizações não-governamentais de execução, em relação à questão da menina.

Algumas considerações nacionais puderam ser tomadas a partir dessa amostragem de 11 Estados que é bastante significativa porque abrangeu todas as regiões. Vou ler e, depois, fazer o corte em profundidade sobre os temas de que vou falar, principalmente, a rede de exploração, a questão do usuário, a questão da convivência, da complacência cultural, que não é só masculina, mas também feminina, com a utilização sexual de crianças, e como isso reverte contra essas crianças e também informa o atendimento — principalmente, o atendimento pontual, que é muito mais calcado na boa vontade, do que no despir-se de preconceitos, para entender uma coisa que está na base desse conjunto de violações de direitos que a população brasileira sofre sistematicamente.

Diferença não é desigualdade. O diferente de mim não é o desigual. No Brasil, nas últimas décadas, todas as políticas se pautam na desigualdade. Não é à-toa que temos apenas 10% da população donas da renda nacional. Isso não é aleatório, não é por acaso, isso, que hoje culmina com essa política neoliberal, elevada aos pincaros, vem acentuar isso. Isso se reflete, exatamente, na questão de que estamos tratando, vamos ver por que. Apesar de a análise de dados ter sido iniciada, algumas afirmações podem ser feitas para reflexão e posterior aprofundamento. A exploração sexual infanto-juvenil se apresenta em todas as unidades federadas do País. Embora com formas diversificadas, que se relacionam, inclusive, com a organização local e com a economia local, ela está presente nas 27 unidades federadas. A faixa etária mais visível é entre 12 e 16 anos. No entanto, temos presença confirmada, especificamente, nas regiões Sul, Sudeste, no Espírito Santo, Norte, no Acre e no Amapá, e em Pernambuco, de meninas de quatro, cinco, seis e sete anos, usadas sexualmente das mais diversas formas, porque tem a ver também com o desenvolvimento físico, e com o que elas podem fazer.

É constante a omissão, convivência, complacência dos órgãos de segurança locais com a exploração sexual de crianças, incluindo-se aí o Judiciário e o Ministério Público. O uso sexual de crianças é praticado por homens de todas as classes sociais. Esse fato encontra forte respaldo cultural, baseado na discriminação e dominação de gênero, na impunidade e nas condições sócio-econômicas que vulnerabilizam esse grupo populacional, tornando-o ainda mais passível de dominação e uso. A retaguarda de atendimento é desproporcional à magnitude do fenômeno. É despreparada, não sabe o que está fazendo e

tem vagas ociosas, tanto organizações governamentais, como organizações não-governamentais.

Ao contrário do que se vem afirmando, a exploração sexual, embora gere lucros para a rede delituosa que vai desde o caminhoneiro que transporta e vai “amaciando” a menina no caminho, até o dono de boate ou a cafetina, não modifica a baixa condição de vida das meninas e adolescentes. Elas estão permanentemente endividadas, porque recebem roupas, cosméticos, remédios, preservativos, quando o lugar é razoavelmente organizado. A porcentagem é de 40% para a casa, ou para quem explora, 15% para manutenção, e o que sobra seria da menina, mas ela está sempre endividada em atividades anteriores e com os vendedores de roupas e cosméticos que, normalmente, pertencem à família, ou são as mulheres dos donos das casas, ou são pessoas do próprio local de exploração sexual.

Meninas que ganham três, quatro mil dólares, acredito que possa ter uma ou outra, mas não me parece que sejam as de que estamos tratando. Duas coisas que quero deixar claras: não vou tratar de relações intrafamiliares, porque foram brilhantemente tratadas pela Heleieth, e nem de classe média e classe média alta.

Vou tratar da grande população brasileira, que são os que ganham até cinco salários mínimos e os 60% que ganham até dois, e os milhões que ganham até um e que não ganham nada. Não me interessa, neste caso, fazer um corte amplo de classe social, porque vai desvirtuar a questão fundamental de propostas de intervenção e de função de política pública, seja estadual, municipal ou da União, como prega a Constituição Federal.

A rede delituosa, que se estende desde motoristas de táxi a donos de bares, a pacotes turísticos vendidos no exterior, shopping centers, agências de modelos, tem a complacência, a conivência e a participação, em muitos casos, dos poderes instaurados — que vai desde o Poder Legislativo, no caso do DF, até os poderes de fiscalização, os juizados de menores, as pessoas que deveriam estar entrando nisso cumprindo o que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece. Ao contrário do que se fala — e vou dizer isso de modo geral, porque falo de um grupo grande, e não estou abrindo para situações específicas — não se pode culpabilizar as famílias *latu senso* de venderem, empregarem, agenciarem suas filhas para a prostituição porque incorremos em três riscos. Primeiro: atribuir à questão econômica a questão moral. Ausência de valores, ausência de conduta, que não são privilégios da classe de baixa renda. Segundo risco: isentar o Estado, porque é muito fácil para os poderes públicos e para as políticas públicas dizerem assim: “Não, a gente faz tudo, mas as famílias vendem as meninas, entregam as meninas, é uma coisa pavorosa.” Terceiro ponto. o que isso acarreta? A inviabilidade de políticas de intervenção mais ampla,

porque, se você já considera a família, de per si, culpada, já vai tratá-la quase punitivamente, e não vai ver aquele conjunto onde ela se insere. Está comprovado pela pesquisa e pela CPI que nós temos uma rede de agências de emprego para crianças, em casas de família e lanchonetes; uma rede de rádio, ouvida nos acampamentos dos sem-terra, onde as pessoas estão morrendo, literalmente, e oferecem emprego na capital de babá, de empregada de restaurante, com promessa de escola. O programa é veiculado na segunda-feira. Na quarta, chega uma senhora muito bem vestida, com um senhor muito bem vestido, intitulado-se responsáveis por aquilo. Levam as crianças, dão endereço para os pais se corresponderem, e nunca mais essas crianças são encontradas.

Então, é o pai que entrega? É isso? Vamos ter cuidado com essas afirmativas, tomadas como verdade absoluta e, pior do que isso, como parâmetro de intervenção. Outra coisa que fazem com as famílias também, que é pavorosa, é o seqüestro. “O caso do Rio de Janeiro que, no final do ano passado, uma mãe, de baixa renda, estava no supermercado, na Praça da Bandeira. Quando olhou para o lado, a menina sumiu. Sumiram 11. E a menina, de nove anos, conseguiu ser localizada, por telefone, no interior da Bahia. Não existe rede? Como uma menina de nove anos sai da Praça da Bandeira e é encontrada no interior da Bahia, em casa de exploração de crianças.”

Esse tipo de afirmativa, nesse ponto específico da exploração sexual, é uma outra coisa que tem que ser pensada na hora de intervenção, principalmente quem está no atendimento. A exploração sexual de meninas e adolescentes é sempre associada a demais delitos, como violência física: Acre, garimpo, 10 meninas engravidaram. Barriga aberta a faca, assistida pelas outras, que conseguiram fugir, e jogou-se futebol com o feto, nas frente das meninas; Espírito Santo, *A Gazeta*, 1993, menina de quatro anos, em bar, sendo utilizada para manipulação genital pelos freqüentadores. Não vou fazer circo dos horrores, porque acho que não precisa, porque todos que estão aqui sabem do que estamos tratando. Apenas, isso supera um pouco as coisas que, normalmente, a gente quer ver.

A questão da sexualidade tem esse viés que impede até uma leitura mais correta. Porque se você assume que homens brasileiros de todas as unidades federadas fazem uso abusivo de crianças, e esse abuso é encarado como deve ser, gera um desconforto muito grande. As notícias todas da região Sul (Sudeste, só no Espírito Santo), principalmente, Santa Catarina e Porto Alegre que falam de estupro, é o pai biológico. Já no Amapá, Roraima, Rondônia, são pessoas de fora. Nós somos mulheres, temos filhos homens, temos companheiros, ou já os tivemos — com que olhar encaramos isso? Com que olhar você encara um companheiro, um pai e um filho, se sabemos do uso abusivo de crianças, seja para fins lucrativos, seja para fins de exploração sexual de crianças? Estou

falando de exploração sexual de crianças e adolescentes, com fins lucrativos para terceiros, e fins sexuais para os usuários. Suporte cultural fundamentado na utilização histórica sexista de crianças, baseado na dominação de gênero, de etnia e de menor idade e, mais ainda, baseado na convivência da sociedade civil.

A base dessa contradição está na ausência, omissão ou convivência dos agentes responsáveis pela política pública, dentre outros fatores.

Última conclusão a que chegamos em nível nacional: que a exploração sexual de meninas e adolescentes mais do que um problema pontual é a face do conjunto de violações dessa ausência de conhecimento, dessa ausência de interesse em se garantir uma infância digna e saudável.

Marlene Vaiz

Pesquisadora de Salvador-BA

Realizamos uma pesquisa em Salvador, através do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, cuja coordenadora executiva estará neste seminário. Em Aracaju, realizamos a pesquisa através do governo do Estado. Ambas as pesquisas tiveram o apoio do Unicef.

A primeira pergunta que nos fazem é: “Como começaram a pesquisa?” Fizemos uma pesquisa anterior para o Centro de Defesa, sobre o extermínio dos meninos, a impunidade dos homicídios contra a criança e o adolescente. Verificamos que 99% das crianças e adolescentes assassinadas eram do sexo masculino, o que nos faz levantar a hipótese de que as meninas estariam sendo usadas não apenas no trabalho doméstico, mas, provavelmente, “preservadas” para serem exploradas sexualmente. Essa foi a idéia do Centro de Defesa, que trabalha com a impunidade, que nos havia proposto uma pesquisa sobre a prática da prostituição. Outra pergunta que nos fazem é: “Quantas são essas meninas?” Aproveito para dizer que a nossa experiência de pesquisa em Aracaju e Salvador nos fez levantar dois modelos de cenário de prática de prostituição. No modelo de Aracaju, as meninas estão confinadas nos prostíbulos, tornando mais fácil a contagem. Contamos, numa noite de quinta-feira, 289 meninas e, numa noite de sábado, contamos 308 meninas. Isso não significa que existam 308 meninas na prática da prostituição em Aracaju.

No modelo de Salvador, a prostituição está ligada mais significativamente ao turismo, o que nos mostra uma rede altamente diversificada, que dispersa as meninas, tornando praticamente impossível essa contagem. Imaginem-se na terceira capital mais populosa do País, Salvador, segundo os dados do IBGE, caminhando pelas ruas, perguntando às meninas, de alguma forma: “Você é prostituta?” Por isso, essa pesquisa também desmitifica os números e, volto a repetir, isso não é importante, porque bastaria uma só menina na prática da prostituição na rua, para que todos nos uníssemos para socializar. Abordamos, na pesquisa, três tipos de conceito: o conceito emocional, que é aquele em que nós perguntamos às pessoas o que elas pensavam do tema, e as pessoas dizem sempre: “Coitadinhas dessas meninas. A causa disso tudo é a pobreza. Mas se chamarmos para ela lavar uma roupa em casa, lavar um banheiro, para tomar conta de criança — criança tomando conta de criança como nossos prédios estão cheios — elas não querem porque estão viciadas nessa vidinha.”

Nossa pesquisa concluiu que elas não estão viciadas “nessa vidinha”. Querem sair da prática da prostituição, têm sonhos e, como bem definiu uma menina, “isto não é vida. Eu tenho vontade de meter uma faca em mim mesma”. Entrevistando pais de meninas — aliás, fomos expulsas, ameaçadas, saímos debaixo de tiros, em algumas áreas —, o pai de uma menina gritou: “Olha aqui, minha filha não é puta. Quem é puta já nasce puta, tem o sangue quente. Quem troca o corpo por um prato de comida não é puta.” E as meninas, o que pensam disso? Elas dizem sempre: “Fazer o quê? Temos que dar as carnes para uns homens que a gente nem conhece, se não, a gente morre de fome.”

Abordando o conceito intelectual, rapidamente fizemos opção pelo conceito do sociólogo Gilberto Velho que trata do fenômeno da prostituição como um comportamento divergente. Isto é, para que uma sociedade exista ela estabelece normas, e, para que os indivíduos façam parte dessa sociedade, tem que cumprir essas normas, definidas pelo sistema. Só que esse mesmo sistema não contempla a todos com a igualdade de oportunidades no cumprimento dessas normas. Como se isso não bastasse, excluem essas pessoas não contempladas. Estou tratando, nessa pesquisa, de um tipo de excluídos, que são as meninas na prática da prostituição.

Então, pensamos: “Como construímos um conceito para pesquisa?” Porque teríamos que tratar a questão da prostituição infanto-juvenil. O Gilberto Velho considera o fenômeno, de modo geral, como um fenômeno de comportamento divergente. Há uma tendência dos excluídos — não é determinante — de ter um comportamento de se afastar da norma. É um movimento horizontal. Ele diverge da norma. Ele não faz um comportamento que ultrapasse a norma. Ele não transgredir a norma, no caso da prostituição. Quem transgredir a norma são os exploradores, crime previsto por lei. No caso da prostituta, ela se afasta da norma, num movimento horizontal. Mas existe um frágil argumento, que Gabriela tratou aqui, e eu trato disso também na pesquisa, de que mulheres adultas poderiam ter outra opção. É um frágil argumento, primeiro porque uma pessoa adulta, já foi dito aqui, tem todo direito de fazer do seu corpo o que bem entender. Além disso, conversei com inúmeras mulheres, prostitutas adultas, e a maioria me dizia que começou na prática da prostituição aos oito, aos 10 anos de idade.

Ainda se considerarmos o pensamento conservador de que mulheres adultas teriam oportunidade de fazer outras opções, pensamos que uma criança ou adolescente não está preparada, não está amadurecida para fazer esta opção. Portanto, ela não se afasta da norma. Ela é afastada, é empurrada. Ela não diverge, ela é divergida. Por isso, insistimos na terminologia: **não meninas prostitutas, mas, sim, meninas prostituídas**. E esse é o tratamento do nosso conceito, nas duas pesquisas. A Imprensa na Bahia, felizmente, e em Sergipe

também, assimilou esse conceito, e vocês podem verificar na imprensa que nunca mais está escrito “menina prostituta”. Pelo menos, já é uma vitória.

Entrevistamos 74 meninas em Salvador e 76, em Aracaju. Em Salvador, imaginem o que foi fazer essa pesquisa. Ficávamos noites inteiras, eu e os entrevistadores, e não conseguíamos. Tivemos que pagar informantes. Conseguimos, de fato, estabelecer um vínculo com 74 meninas, o que é muito difícil dentro de uma rede de meninas dispersas.

Todo mundo sabe, pelo menos na nossa área, que somente através do perfil de um determinado segmento ou categoria, nós poderemos compreender a situação sócio-cultural desta. E uma vez compreendendo essa situação, poderemos apontar algumas políticas de ação.

Encontramos — entrevistando meninas de 12 a 17 anos em Salvador e de 8 a 17, em Aracaju —, por incrível que pareça, nos bares de Salvador, meninas de cinco a oito anos vendendo amendoins na noite, com pessoas adultas alisando as partes sexuais dessas meninas, partes sexuais ainda em formação. E, o que é mais incrível, as pessoas presentes no bar não se indignavam. Ninguém reagia. É uma sociedade cúmplice e permissiva, que aceita. Todo mundo em silêncio. Eu não cheguei a compreender como é que você não se indigna, não pensa: “Meu Deus, aquela poderia ser a minha filha.” Verificamos a questão da cor, que é um dado importantíssimo, na Bahia, e eu gostaria de sugerir que, nesse documento, tivesse uma mensagem para que o IBGE reveja a questão da variável cor — que, aliás, não é tratada como raça, e, sim, como cor. Lá estão as pretas e as pardas. Parda não é raça, nem é cor. É uma epiderme social que inventaram, para estimular o branqueamento da raça. Verificamos, nessa pesquisa, que tratamos como negra e como mestiça, que o número de negras foi maior do que os obtidos pelos dados do IBGE. Porque, na Bahia, o maior número é de mestiças, em segundo lugar, de brancos e, em terceiro lugar, de negros. Assim estão os dados, porque quem diz a cor para o IBGE é o informante. No nosso caso, pedimos que os entrevistadores colocassem. Claro que poderemos errar, mas, com certeza, o erro será menor, menos emocional.

As meninas eram na maioria pardas, negras e pobres. Claro que existem meninas prostituídas em outras categorias sociais. Observamos como o processo da migração por etapas da pobreza continua. A escolaridade: em Salvador, detectamos um número maior de meninas alfabetizadas, mas, quando chegamos em Aracaju, eu já tinha uma maior experiência, apliquei uma técnica interessante. No final das entrevistas — porque o prostíbulo facilitava também mais isso — pedíamos que a menina escrevesse uma frase de despedida, e aí identificávamos que ela não era alfabetizada. Então, teríamos um número maior de analfabetas. Incrível que, entre as analfabetas, muitas nunca foram à escola,

mas muitas passaram cinco, seis anos na escola, e não sabiam ler nem escrever. Pergunto: que escola é essa, em que uma menina passa cinco, seis anos, e não sabe ler nem escrever?

Quanto à religiosidade, interessante na Bahia, todas são católicas, mas todas vão ao candomblé, não vão à Igreja. Levanto a hipótese de que, provavelmente, a Igreja, apesar de ser a instituição que mais tenha se aproximado da questão da prostituição, por vários motivos, inclusive históricos, que não me convém aqui comentar, para não entrar em choque de repente, quis resgatar, talvez, esse passado, tentando salvar essas meninas para o Reino do Céu. Por mais que você tenha uma Igreja avançada, em determinados pontos desse País, no interior, eu conversei com meninas, e vi o trabalho das freiras, tão laboriosas, com tanta boa vontade, mas, sempre, com a idéia de salvá-las do fogo do inferno. Isso, provavelmente, espanta as meninas da Igreja. E elas vão ao candomblé porque, ali, cobram-lhes um ritual, mas não lhes cobram comportamento. Sugiro aqui, também para esse documento, que em determinadas áreas, onde as meninas fazem escolhas da sua religiosidade, por que não ser aí um local de socialização para as meninas — assim como em outras áreas, culturalmente identificadas em outras partes do País. Eu vi a questão das crenças, dos medos. As meninas têm medo de escuro. Acreditam em Deus, na mãe, e morrem de medo do escuro e da polícia.

Local de moradia: verificamos, é incrível, que muitas meninas de 12 anos alugaram quarto de pensão. Está lá no Estatuto que não é permitido. Então, onde está a fiscalização do Estado, que se permite que essas pensões e hotéis aluguem apartamento. Gostaria de sugerir isso também para o documento. Quanto à saúde e a sexualidade, verificamos, na Bahia, que havia algumas meninas que nunca ouviram falar em Aids. Nem se comenta sobre as 14 doenças sexualmente transmissíveis catalogadas pelo Ministério da Saúde, de que ninguém sabe nada. Em Aracaju, o quadro é diferente. Existe um médico — e até saiu naquele **Gente que faz** — que é o Dr. Almir Santana. Todas as meninas dos prostíbulos diziam que o Dr. Almir ia lá dentro. Em alguns prostíbulos ele não conseguia entrar. Ele me cumprimentou porque eu consegui entrar em alguns que são, como ele chama, barra pesada. Conseguimos porque dizíamos que estávamos fazendo uma pesquisa sobre a sexualidade do adolescente. Isso facilitava. Em Aracaju, por ser uma cidade pequena, tem que ser feito muito rápido. E nos acompanharam, em Aracaju, policiais femininas, o que foi ótimo, porque elas estavam desesperadas. Perguntavam às entrevistadoras: “O que vai ser de vocês amanhã? Esta cidade é pequena. Minha vida está acabada, todo mundo vai saber que eu estive num prostíbulo.” Mas foi um treinamento ótimo porque, ao final, essas policiais femininas já pensavam diferente do susto inicial.

A respeito da sexualidade, nos dois lugares, sobretudo em Aracaju, onde eu havia amadurecido mais, pude observar o seguinte: as meninas não permitem o beijo. Beijo é só para o amor. Quem viu o filme recente, “Quatro mulheres e um destino”, pode observar a história da prostituta que não permitia o beijo. Analiso isso pensando que, veja, são os dois extremos do corpo da menina. E, ao contrário do que se imagina, o instrumento de poder de uma menina não é a vagina. É, na verdade, a boca. Na questão da saúde, elas se queixam porque não têm acesso, quando procuram, são tratadas de forma discriminatória, pois os médicos imediatamente, sem que elas digam o que têm, vão logo mandando tirar a roupa.

Em Aracaju aconteceu um fato incrível. As meninas confessaram — vejam que coisa impressionante — que o grande sonho delas era fazer um exame ginecológico. Existe o Pró-Mulher, que é um programa muito bom, em Sergipe. Consegui, após a pesquisa, que a mulher do ex-governador, que idealizou esse Pró-Mulher, desse um ônibus e fôssemos pegar as meninas. Na noite anterior, tive que negociar isso com os cafetões e as cafetinas, porque as meninas estão confinadas. É incrível, porque, no interior da Bahia, paguei a algumas cafetinas para conversar com meninas, pois elas só saem pagando pedágio. Mas, em Aracaju, nem pagando pedágio saem, tal é o sistema de escravidão. Conseguimos conversar com esses cafetões e cafetinas. Dizíamos que éramos da Universidade. Por causa disso, os cafetões foram bastante sinceros. Contaram, por exemplo, que um ex-juiz de menores era bastante ligado à rede.

Conseguimos, com muito esforço, que o comissariado de menores permitisse que as meninas fossem fazer o exame. Os Comissariados estão envolvidos com o tráfico das meninas e essa prática ainda não foi coibida nem pelo Estatuto e nem pelas Instituições executoras das políticas de atenção à criança e ao adolescente.

Para descobrir a rede de prostituição “eu levei um ano inteiro na prostituição, mesmo. As pessoas me chamavam para jantar e eu dizia, não posso, tenho um encontro ali com o cafetão. E aí, consegui descobrir que existe, em Aracaju, o intermediário do cafetão. O cafetão ganha uma bobagem. Eu vi quanto ele ganha — aquele que é dono da praça, da rua. Ricos são os que tem os prostíbulos montados. Mas, esses que estão na rua ganham uma parcela. Eles passam para um intermediário — eram vários ex-comissários de menores, com carros do ano. Inclusive, conversei com alguns e cheguei a pegar negociações algumas vezes. A menina conta que, às vezes, ela nem ganha, porque o cafetão recebe antes, o intermediário recebe antes. Mas, quando elas são levadas para um matagal, para algum lugar, depois que eles transam com elas, batem e não dão dinheiro nenhum. Um dos comissários de menores — depois o

encontramos como cliente — estava lá dançando com as meninas e contou que era uma pesquisa sobre prostituição e que era o governo que estava fazendo.

Então, no dia em que chegamos, era uma transformação. Os cafetões e as cafetinas queriam me matar, enlouquecidos, me disseram uma porção de coisas. Eu, tentando acalmar, fui entrando. O local onde as meninas recebiam os clientes eram lugares bastante sofisticados e arrumados, mas o local para falar com as meninas, era o contrário. Era um socavão. Para entrar na casa, ao invés de subir, você tinha que descer degraus. E, lá no fundo, um escuro. Aquelas meninas lindas, arrumadas à noite, completamente transformadas. Os cabelos desgrenhados, todas sentadas no chão, com uma camisolinha, irreconhecíveis. Aquelas meninas que tinham sido tão simpáticas conosco, que tinham contado as suas vidas, nos confidenciado e tinham escrito no final recadinhos de amizade para a gente... uma tigela enorme de comida, e as meninas comiam todas juntas naquela tigela. Nisso, vinha um cachorro para pegar a comida. Elas empurravam com a perna. Uma cena extremamente primitiva. E elas empurravam com a perna aquele cachorro que vinha para a comida. Quando eu comecei a falar uma série de coisas, as meninas começaram a se levantar. Algumas se revoltaram e diziam que iam fazer o exame ginecológico. Os cafetões terminaram concordando e disseram uma expressão que eles usam em Aracaju: “Tem que riscar aqui em 15 minutos”, ou seja, tem que voltar em 15 minutos. Imaginem um exame ginecológico em 15 minutos. As meninas entraram chorando, e diziam: “Ai, meu Deus, quando voltar eu vou sofrer as conseqüências disso.” Uma das meninas chorou todo o percurso. As demais pareciam crianças indo a uma festa, a um circo, completamente transformadas, como se diz no Nordeste, tomando fresco na janela. Olhavam as coisas e, elas, analfabetas, pediam àquela que sabia ler, para ler os *outdoors*, que elas nunca tinham visto. Passou um *outdoor* de um motel e a menina leu “Motel não sei o quê”, e as outras gritaram: “Ah, mais isso aí não é para o bico da gente.” Vê-se, nitidamente, como elas percebem a diferença de classe, nessa hora.

Duas meninas estavam com restos de parto. No retorno, uma delas disse: “Esperem aqui por mim, que eu volto já.” Foi lá dentro, apanhou a bolsa e disse: “Eu vou-me embora.” Nós providenciamos a volta dela — ela era de Recife —, telefonamos, fizemos todo o acordo com o Juizado de lá, para recebê-la. Eu me preocupo muito com o destino dessa menina, lá em Recife, porque, se ela veio para cá, é porque não tinha do que viver lá. E eu ainda perguntei muito: “Você quer sair, mesmo? Porque não sai por nossa causa.” Insisti muito nisso. Mas pudemos perceber aí um fato: bastou um único direito, um simples exame ginecológico, concedido a uma menina, para que sua autoestima fosse reconstruída e ela desejasse sair da prática da prostituição. Penso que, se a pesquisa não servir para mais nada, já serviu.

O uso de drogas é uma consequência. Utilizamos a técnica de análise de conteúdo de Max Weber e analisamos vários discursos. Um relato dizia: “A coisa melhor desta vida é cheirar cola, porque faz esquecer a fome e a saudade de mãe.” O álcool também está muito ligado. Em Salvador, onde não há o confinamento dos prostíbulos, as meninas tinham outras atividades. Vendiam fitinhas do Senhor do Bonfim. Porque, quando comparei os rendimentos, ela tinha mais era que estar na prática da prostituição. Até porque, na época da alta estação, ganhavam em dólar dos turistas estrangeiros. Também esse é um problema a ser discutido. Eu concordo com a Gabriela quando ela fala da questão do trabalho, porque discute-se neste País a ideologia do trabalho como se a virtude da criança residisse no trabalho. Em pesquisas que fiz na Paraíba e em Sergipe, sobre os meninos de rua e seu trabalho, perguntando qual era o desejo deles, ninguém deseja uma bicicleta, uma bola nem uma boneca. Os nossos meninos estão desejando um trabalho para fazer o supermercado de um mês, um trabalho para levar dinheiro para casa. Trabalhar, trabalhar, trabalhar.

Sobre os bens duráveis gostaríamos de comentar uma coisa interessante que também gostaríamos de sugerir para o documento. “É que as meninas têm uma bonequinha ou um ursinho. Quando elas gostam, mostram a gente o quarto. Algumas meninas que são expulsas dos prostíbulos esquecem lá o ursinho e a outra chega e aquele ursinho passa a fazer parte da vida dela. Todas elas compram um radinho de pilha. Então, sugerimos, por que não o rádio, para ser utilizado na socialização dessas meninas. Quando falamos em socialização é porque elas não têm direito de ter direitos — direito à escola, direito à saúde. Aquele direito que ninguém está oferecendo — apenas um emprego doméstico. Pensamos que o rádio é um veículo. Aliás, o Unicef vem desenvolvendo na Bahia e em Sergipe um trabalho de treinamento dos radialistas, no qual eu venho sendo convidada para fazer palestras. É o projeto “O Rádio pela Criança”, que tem feito ótimos programas. Inclusive fez um, recente, sobre prostituição infanto-juvenil.

Sobre o papel da mulher na sociedade, diríamos que o pensamento das meninas não difere do conceito tradicional, mas algumas até dão alguns avanços. Mas há uma necessidade enorme de ser polida, bem-comportada, aquela polidez que é um apanágio do poderoso, mas que nas meninas é uma polidez subserviente. Há muitas coisas também nesta linha, que eu analisei. Não fizemos uma pesquisa de caráter social. Analisamos um problema sociológico, por isso, não analisamos a questão da pobreza. Vimos o que estava em torno da prostituição: — a questão da violência, a relação das meninas com as entidades governamentais e não governamentais. Dessas últimas, elas conheciam bem, na Bahia, exclusivamente o Projeto Axé. O Centro de Defesa, hoje, na Bahia, é a instituição mais preparada para fazer denúncias, porque está se apoiando na

pesquisa. E, pelo trabalho que vem desenvolvendo está apto, realmente, a coordenar uma campanha.

Analisamos a questão das redes: o cais do porto, os caminhoneiros, os motoristas de táxi, os apartamentos de luxo — sai debaixo de balas de um edifício de luxo, todo alugado para meninas —, as agências de turismo, barracas de praia, lanchonetes, restaurantes, hotéis, inclusive de luxo, Aeroporto 2 de julho, os prostíbulos, o Pelourinho, os bares novos do Pelourinho, as invasões, as casas de massagens, os shopping, os postos de combustíveis. Em Aracaju, acho que ainda há uma fase em que se pode tomar muitas providências e medidas preventivas, considerando que vai-se mudar a face do turismo com a inauguração da nova orla e a construção do novo porto.

A prostituição no cais do porto, que descobrimos com a pesquisa: a Polícia Federal não permite a entrada das meninas nos navios. Então, existem uns barquinhos — claro que há um intermediário junto ao barqueiro — que levam as meninas, e, quando chegam próximo ao navio, jogam as cordas e as meninas sobem por elas. É uma cena surrealista. As meninas subindo pelas cordas, com as saínhas curtas, imaginem. Elas têm que voltar num determinado horário, porque a Polícia Federal dá batida. Só que, quando os marinheiros oferecem para dobrar o valor em dólar, elas ficam. Até então, a Polícia Federal está cumprindo bem o seu papel. Só que, quando ela entra aí, em vez de chamar o comandante à responsabilidade, bate nas meninas. Por isso, os barqueiros pedem o pagamento adiantado.

Um aspecto que queríamos comentar é o dos hotéis de luxo de Salvador, em cujas proximidades eu fiquei, nas madrugadas, e vi quando essas meninas desciam desses hotéis, machucadas, drogadas, e ainda tendo que ouvir as piadas dos motoristas — ali tem sempre final de linha de ônibus — “e aí, como é que é, como foi a noite?” Toda sorte de piadas, de humilhações. As meninas me contaram que, para que entrem no hotel, o gringo paga duas vezes o valor do aluguel do cofre onde ele guarda os pertences. Esse é o preço de uma menina de um hotel de luxo, em Salvador.

Outro aspecto é a questão das agências de turismo — naturalmente não são todas. O funcionário nos contou que é mandado para o exterior um book com várias fotografias dessas meninas, em todas as poses, vestidas ou não, e lá, existe um intermediário, um advogado brasileiro, que intermedia com o gringo, que assina o contrato e já paga lá e escolhe a menina com quem ele quer ficar. Quando ele chega, a menina já está esperando. Na segunda parte do contrato, ele pode renovar com aquela menina, ou escolhendo uma outra. Na terceira parte, são os famigerados casamentos para o exterior, em que a agência vende, literalmente, a passagem e as meninas.

Não podemos imaginar que se possa compreender a questão da prostituição infanto-juvenil, pelo menos nesses dois modelos, sem que se considere as condições da população de baixa renda. E porque a história dessas meninas é a história da classe social a que pertencem. Eu peço para que aos exploradores se aplique o rigor da lei, mas que também se socialize, porque, graças aos resultados dessa pesquisa e à campanha que o Cedeca desenvolveu em Salvador, foi fechada, semana passada, uma casa famosa, Chale Drinks, freqüentada, segundo as meninas, em seus depoimentos à Imprensa, por deputados, por juizes, por toda a sorte de pessoas importantes, representativas do poder na Bahia. E essa casa foi fechada. Agora, fechada como? Foi multada. Provavelmente, daqui a um mês, como essas pessoas são muito poderosas, vai abrir novamente. Então, eu penso que não adianta prender o explorador, pô-lo na cadeia, mas também socializar. Creio que o trabalho, o documento deve tratar disso: não só punir, mas socializar. Não só socializar as meninas, mas socializar os seus exploradores. Mas, para que todas as meninas, realmente, sejam socializadas, é necessário que se faça acontecimentos coletivos. Por isso, não me canso de repetir as pesquisas, porque, quanto mais eu repetir, mais, com certeza, as pessoas irão fixando. Um acontecimento coletivo como este, para que entidades governamentais e não governamentais rompam com as amarras que fizeram da prostituição infanto-juvenil uma válvula de escape das tensões sociais, um mal necessário, um mito indestrutível. Eu espero que esses dados não fiquem aprisionados em relatórios de pesquisa, em publicações, mas que passem a fazer parte da vida de cada um dos senhores, e que este seminário, ao seu final, tenha, realmente, políticas de ação. Eu gostaria, para me estimular, de não vermos criar mais uma indústria sobre meninos e meninas e, agora, uma indústria de prostituição de meninas. Eu fico muito feliz de ver que este seminário está muito eclético, muito diversificado nas discussões, e, espero que os senhores, também, denunciem todas as formas de prostituição infanto-juvenil, porque quem cala, consente.

Elizete Veiga

Movimento de Promoção da Mulher de Belém-PA

Estou aqui representando o Movimento de Promoção da Mulher, que é uma entidade que atua dentro da área metropolitana de Belém (PA). Atualmente, nós estamos numa articulação de mulheres que engloba todo o Estado do Pará. Para não ser repetitiva, vou relatar algumas coisas específicas que a gente vem discutindo na preparação da Conferência Mundial da Mulher. Quero me referir particularmente ao encontro que tivemos no Estado do Pará, que aconteceu em dezembro de 94 e que tocava na questão da violência sexual e doméstica, a prostituição e tráfico de meninas. Como resultado desse seminário, nós tiramos esse documento que está aqui, em minhas mãos. É um relatório que apresenta o posicionamento de todos os movimentos, não só os que são ligados à questão específica da mulher, da prostituta, da criança, mas outras ONG's que trabalham com assuntos afins participaram desse debate. Uma das coisas que a gente discutiu nesse encontro foi a prostituição infanto-juvenil, tema de uma mesa-redonda.

Verificamos que a incidência da prostituição infanto-juvenil no Maranhão e no Pará está ligada às áreas de garimpo e às áreas dos grandes projetos de mineração. Acho que é do conhecimento de todas aqui presentes que o Estado do Pará tem projetos de garimpagem, grandes projetos como o Carajás, Albrás-Alunorte. O destino dessas meninas são os garimpos, sendo que os principais estão em Itaituba, S. Félix do Xingu e na região do Jari.

Dentro desse quadro também foi realizada, no ano passado, uma pesquisa pela Prefeitura Municipal de Belém para contar as crianças que estavam nas ruas e os adolescentes. Os dados que se obteve nessa pesquisa em relação ao número de crianças e adolescentes são muito interessantes. O total foi de 3521 crianças, só na área metropolitana de Belém. Só que dessas 3521 crianças e adolescentes, 405 são do sexo feminino, 3116, do sexo masculino. Existe uma reflexão nesse dado para a gente tentar entender a participação maior do sexo masculino que está na rua, na questão da prostituição. Uma reflexão que existe nesse fato seria assim: as meninas ficam mais difíceis de quantificar, porque muitas dessas meninas não estão na rua, estão nas casas de prostituição.

Existem crianças que vão para a rua e voltam para suas casas, existem crianças que trabalham e o seu trabalho sustenta a família, sustenta a sua mãe, sustenta seus irmãos mais novos. Existem as famílias que tanto o pai, a mãe e

a criança estão totalmente na rua e existem crianças que estão na rua, e que perderam toda a ligação com a família. Dentro desse quadro, 256 crianças estão nessa situação de completo abandono da família, do Estado, da sociedade. E as 3265 estão nos dados anteriores, ou seja, passam o dia todo na rua, passam semanas na rua, mas ainda têm um vínculo com a família. Esses são os dados.

Para não ser mais repetitiva, a gente quer colocar o caso de Altamira, a questão da emasculação. Eu gostaria que dessem um espaço, porque é uma coisa que saiu nesse encontro e que a sociedade brasileira tem que tomar um pé, para que isso não fique na impunidade. Porque, da forma como está se dando, o processo vai ser arquivado. Por que? As crianças foram emasculadas por um médico de Altamira. Altamira é uma região que fica na área de garimpo, afastada da capital, fica na Transamazônica. É um lugar isolado, inclusive, neste período, agora, só tem comunicação através da via aérea, porque as estradas estão todas bloqueadas. Aconteceu isso e esse processo foi para Belém. Inclusive, no dia 10 de dezembro, esse processo estava sendo julgado se iria continuar ou não a tramitação, porque o advogado das pessoas que são acusadas alegava que o processo tem falhas, que não tem provas, que os médicos foram envolvidos, que essas pessoas foram envolvidas. Então, a gente fez o maior barulho em Belém. Todas as entidades fizeram vigília, e a gente conseguiu que o processo continuasse, que retornasse para Altamira, e desse continuidade até chegar ao julgamento.

Foi todo mundo acionado, só que a gente sabe que existem interesses, há um jogo de interesses ali, com a questão de que é um caso de tráfico de órgãos de crianças. Inclusive, ligado em nível internacional. Então, a gente sabe a máfia que existe por detrás disso. Então, esse encontro tirou o seguinte: uma moção de apoio aos familiares, aos movimentos, inclusive o Conselho Tutelar de Altamira é o que está dando mais pé para que essa questão seja ampliada e essa discussão que as mulheres e as entidades estão fazendo, a nossa idéia é de que isso tem que tomar um rumo nacional e internacional, para que isso não fique na impunidade. É esse o nosso grande medo, que aconteça essa impunidade, e o caso seja arquivado. É isso que eu tenho de contribuição nesse espaço de tempo, para que não seja repetitivo das companheiras que me antecederam. Muito obrigada.



Pedro de Moraes ©
Rio - Brasil

3º PAINEL

REDES DE EXPLORAÇÃO SEXUAL E SEXO-TURISMO

Márcia Dangremon

Coletivo Mulher Vida-PE

Jaqueline Leite

Fraülen Information Zentrum - FIZ

Dra. Débora Menezes

Delegacia de Atendimento à Mulher do Distrito Federal

Antonio Durval Soares

Vereador de Fortaleza-CE

Filomena Emília Ramos

Coordenadora da Casa Rosa Mulher

Márcia Dangremon

Coletivo Mulher Vida-PE

Acho que primeiramente temos que dar uma explicação ao plenário de um acordo que nós fizemos no sentido de que seria importante, ao discutir a questão das redes de exploração, que se fizesse, anteriormente, uma abordagem sobre o turismo sexual. Segundo o combinado, vou me prender à questão do turismo sexual e aquilo que acontece do lado de cá do Atlântico. E Jaqueline Leite vai contar como é o paraíso, do lado de lá do Atlântico, para as mulheres brasileiras que conseguem casar, passar três meses, etc. Em agosto de 92, uma argentina chamada Marta Aparício, que vive há muitos anos na Alemanha, participou de um encontro da *Rede Feminista Latino-Americana e do Caribe contra a violência doméstica e sexual*, que nós sediávamos lá em Olinda. Ela estava fazendo uma pesquisa financiada pelo Estado alemão sobre o turismo sexual. Ao chegar em Pernambuco, sugeriu, como não existia um trabalho específico dentro do campo do turismo sexual, que nós, que trabalhávamos com violência doméstica e sexual, fôssemos a Boa Viagem, tentar fazer esse trabalho.

Aceitamos e passamos praticamente um ano não fazendo outra coisa, senão ir à praia, à partir das 11 horas, quando as meninas começam a chegar, ficando lá, conversando com elas, até mais ou menos três, quatro horas, e, depois, freqüentando as casas onde elas moravam, conversando, trocando experiência como uma amiga a quem contavam suas histórias e, à noite, nas boates, para conhecer que realidade é essa do turismo sexual. E, depois que a gente achava que dava para pensar alguma coisa, sugestão das próprias meninas, elas pediam que existisse uma casa. Uma casa onde elas pudessem morar, que se desse alguma coisa em troca, por exemplo, elas tinham um interesse muito grande na língua alemã, ou que tivesse algum momento em que servisse comida, porque, apesar de toda essa história do turismo sexual, dos dólares que dizem que elas ganham, a gente sabe que a realidade no cotidiano dessas meninas é bem diferente.

Alugamos uma casa. Três meses depois fomos expulsas da região, pois quando descobriram por que e para que era a casa, toda a vizinhança disse “é um absurdo, em Setúbal, um bairro chique, residencial, uma casa cheia de putas” E a pressão foi tal com polícia na porta, com gente sem farda também,

com carro cheio de armas na porta e, antes que a coisa acontecesse — no Nordeste a gente tem muito mais medo de gente que usa arma e não usa farda, porque são os exércitos particulares — abandonamos a casa para, posteriormente, alugar um apartamento, cujas condições vou contar.

Gostaria de, primeiro, dizer o que nós nesse período todo chamamos de turismo sexual. Turismo sexual que essas meninas desenvolvem, e tem uma área bem específica em Boa Viagem. Quem conhece Recife, vai do Recife Palace Hotel até a Praça de Boa Viagem — é um quadrilátero freqüentado pelos alemães e as meninas, e onde mora, inclusive, o vice-presidente do Brasil. Um bairro de alta classe, onde estão também os usineiros, os donos de latifúndios, e as meninas, naqueles apartamentos menores, nos apartamentos mais velhos, pagando absurdos de aluguel e, por um único motivo — e é isso que distingue essa menina, e falo menina por que a idade varia, o grosso, de 15 a, no máximo, 25 anos. Com 25 anos ela é supervelha. Depois dos 20, ela já está pensando em dar um rumo a sua vida, porque 19, 20, 21 anos é um tempo em que ela diz que não pode mais casar.

O objetivo dessas meninas não é ser prostitutas. É, claramente, arranjar um gringo de preferência alemão, casar com ele e morar na Alemanha. Isto é o que vai marcar, nitidamente, essas meninas. No alto verão, neste último, elas deviam ser mais ou menos 2000, 2500 meninas — nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, até o final do Carnaval e mais um pedacinho de março. Esse número cai sensivelmente no período que, no Nordeste, nós chamamos de inverno — que estamos agora iniciando — que é o período das chuvas. Cai para umas 500 meninas. As que de fato residem, conseguiram, já, uma forma de morar em Boa Viagem. Evidentemente, no alto verão, é a caça a marido. Quando marco essa posição de procurar um homem para casar, é isso que vai me permitir entender todo o comportamento dessa menina, durante as diferentes situações que ela vive.

Eu queria discordar do Chico Vigilante — é pena que ele não esteja aqui — quando ele, ao apresentar o relatório da CPI, disse: “A coisa é igual em tudo quanto é lugar. Tanto faz Amazônia, Porto Alegre, são meninas exploradas.” Digo que nada é igual. E se a gente quer interferir na realidade, mudar uma situação, a gente tem que descobrir as diferenças, porque são elas que nos permitem conhecer, de fato, aquilo em que a gente está trabalhando; e o que quer transformar, e se pode ou não.

Essas meninas de 15 a 19, 20 anos chegando até aos 25, estão atrás de um homem para casar. Isso marca uma diferença também do Nordeste brasileiro para Bangkok e Manilha. As duas outras cidades começaram a ser pólos do

turismo sexual (parece que Bancoc continua em primeiro lugar, disputando, quase cabeça com cabeça com Recife. Alguns dizem que Recife já é o principal pólo) a partir de bases militares que estavam lá. Aquelas mulheres, meninas que foram prostituídas, serviam aos soldados americanos. Com a retirada desses soldados, foi preciso cobrir rapidamente esse bom mercado, estruturado, organizado, para um novo cliente. Como sempre, parece que lá também, a maior proporção, entre os europeus que iam para a Tailândia e as Filipinas, era de alemães, em segundo lugar, austríacos, suíços e italianos.

Na realidade nordestina, nunca fomos base militar e, portanto, eles estão chegando, e, cada vez, o número aumenta. Não tanto quanto se esperava nesse verão, porque, com o dólar abaixo do real, foi atingida aquela camada de europeus considerados de uma classe média — aqueles que vivem mais ou menos com três mil marcos, que é um piso, não é um grande salário. Essas pessoas, para virem para cá, são caminhoneiros, operários especializados, mecânicos. Agora, também estão chegando médicos, alguns engenheiros, outro tipo de população masculina, com curso superior. Nós temos que entender, do ponto de vista da nossa cultura, e do ponto de vista da cultura deles. Para nós, engenheiros são poucos. É uma categoria mais elitizada. Na Europa, a facilidade do curso superior é muito grande. Então, ser médico ou engenheiro não é uma novidade tão grande, quanto é ser médico ou engenheiro na nossa terra.

Alguns vêm para um fim de semana de sete ou de dez dias, prazeroso, com mulheres muito quentes, porque lá é essa a propaganda que fazem — de que vão viver uma experiência exótica, muito bem tratados, muito bem acolhidos pelo povo nordestino, tratados como autoridades e estão todos num hotel cinco estrelas. Se existe o sonho da Cinderela, existe também o do príncipe encantado, que, quando chega à Alemanha, vira sapo. Quando vem aqui, ele é um rei, cercado por mulheres que ele nunca poderia imaginar estar cercado, mulheres que o disputam para casar — portanto, com todo o charme para conquistar um marido. Isso já mostra uma diferença, entre o que se passa em Bancoc, e o que se passa em Recife.

Vivemos hoje num modelo econômico que, até que me provem o contrário, aumenta, cada vez mais, a lista dos excluídos da nossa sociedade. Se a situação econômica não melhorou no Brasil todo, é evidente que no Nordeste é mais grave. Segundo as pesquisas, 44% da população nordestina estão abaixo da linha da pobreza. No grande Recife, temos 43% de desempregados, vivendo das mais diferentes formas de trabalho — biscate, venda de coco, amendoim. Dentro desse grande grupo de excluídos do consumo, evidentemente, estão as meninas que praticam o turismo sexual.

Essas meninas são de classe pobre e vêm de todas as partes. Não são só do Recife. No começo eram de Recife e Grande Recife. Mas hoje um grande número vem do interior. Vem gente do sertão, de Alagoas, de Sergipe, da Paraíba, não só da capital, mas do interior desses Estados acreditando piamente que casando com um alemão vai morar num lugar maravilhoso, que ela não precisa trabalhar, que vai ser aquilo que ela sempre sonhou: uma dona de casa. Vamos inverter o papel: a escrava da senzala sonha em ser iá-iá. Ela não pensa em ir para a Alemanha trabalhar, nem acredita que isso vá acontecer. Ela acredita que vai ter empregados, que todo mundo na Alemanha é muito, muito rico. Porque, evidentemente, a imagem que ela tem do dinheiro e das pessoas é que todos que vêm aqui têm muito mais dinheiro do que todo mundo que ela conhece.

O que significa o alemão para ela, mesmo que por dez dias? Significa ascensão social, quando o alemão chega e dá a mão a ela e passeia pelas praias de Boa Viagem, coisa em que ela era rejeitada. Esse homem não se envergonha de ela ser negra, não ser mais virgem e anda com ela de mãos dadas, frequenta os melhores hotéis, os melhores restaurantes, vai ao shopping center e compra as marcas da moda da calça comprida, da blusinha de malha — todas as griffes que saíram na televisão, que disse a ela a vida toda que ser feliz é ter. A gente liga a televisão o dia inteiro e a mensagem que nos passam é essa: para você ser feliz, é preciso ter. Ter carro, ter calça jeans não sei de onde, ter o cigarro tal, ter a blusa tal, o apartamento em tal lugar, ter. E ela quer entrar nesse mercado de consumo, e através daquele alemão, ela entra, mesmo no Brasil, mesmo que seja por dez dias. Ela ganha uma outra coisa importante: torna-se visível. Ela agora não é mais uma das negrinhas de Boa Viagem, como a população branca e rica do lugar se refere a ela. Passa a ser uma pessoa de um grupo. Primeiro, porque foi desejada, escolhida, entre tantas, por aquele alemão. E aquele alemão, que lhe trata muito bem.

Então, uma das causas é essa: a causa econômica, a exclusão desse grupo do mundo do consumo. Há também a causa de buscar segurança econômica. Outros problemas, é evidente que vocês já abordaram aqui de sobra: a questão da famosa família patriarcal. Não encontramos nem uma dessas meninas que tivesse dito para nós: “Por um tempo eu vivi na rua depois que a minha mãe me abandonou, meu pai me botou para fora” ou “eu fugi de casa.” Não, elas nunca foram meninas de rua. Elas saem de seus cantos direto para Boa Viagem, através de uma amiga, de uma senhora bondosa que as recebe em casa e depois sugere: “Você é tão bonita, por que não vai fazer um programa para ganhar dinheiro?” Enfim, ela vem para o lugar certo. Tanto, que o número

cresce muito na época do verão, porque vem muito alemão. Depois, elas voltam para os seus cantos. Elas mantêm uma relação com a família, é muito interessante. Apesar de que, até agora (não gosto de dizer todas, porque não sei se são todas), mas todas aquelas com quem conversamos, foram vítimas de violência sexual de pai, padrasto ou vizinho muito próximo. Alguma coisa que identifica com o núcleo familiar, alguns casos assim: “Eu tinha 10, 11 anos, aí papai me deu para uma família, e eu fui trabalhar como empregada doméstica. Aí, o filho do patrão transou comigo, eu, com medo, porque ele disse que, se acontecesse isso, me matava, fugi para cá.” Mesmo com essa questão, elas têm uma profunda ligação com sua família. É normal, assim: “Eu estou aqui porque vou conseguir muito dinheiro. Vou arrumar uma casa para minha mãe. Vou ter dinheiro para dar para minha família. Meus irmãos vão poder estudar.” Sempre tem uma história que as faz voltar para a família. Mesmo quando elas dizem: “Eu vou para a Alemanha, caso e vivo lá um bocadinho de tempo. Eu fico rica, volto para cá e aí posso ajudar minha família.”

Na medida que ela tem que ficar em Boa Viagem por que esse laço afetivo se mantém? Porque ela consegue em Boa Viagem, sem a família saber como — a família sabe que ela trabalha, mas não sabe em que — mandar dinheiro. É normal visitar a família, quando está mais perto, toda semana. Se é num bairro da periferia, ela vai num sábado, passa o dia com a família, leva 50 reais e isso é uma grande coisa. Se ela mora em Pesqueiras, se ela mora mais para o sertão, ela vai uma vez por mês, ou de 15 em 15 dias, levando sempre presentes. Então, ela é sempre muito bem vista. Conversei com uma menina, a Marianinha. Era cearense de Juazeiro e fugiu porque o patrão tinha transado com ela e o pai disse que encheria a cabeça dela de balas no dia em que descobrisse que ela não fosse mais virgem. Fugiu para Boa Viagem para ser empregada doméstica e, a partir daí, começou a fazer programa. Ela ganhava tanto dinheiro, ganhava dólares. Era analfabeta e entregava tudo a essa bondosa senhora que cuidava dela. Até que um dia ela descobriu que aquele “dinheiro verde”, como ela chamava, era dólar, e na época em que o dólar valia. Ela fazia, em cada parceiro, 70, 80 dólares. Era dinheiro que não servia para nada. Ela dava para a moça que, depois, lhe dava dinheiro que servia para ela. Comprava cigarro, esmalte, batom, porque não tinha noção de quanto entregava e quanto recebia de volta. Quando teve noção, tentou pressionar a mulher que catou as roupas e apresentou-lhe uma lista: almoço, janta, café da manhã, etc. Foi aí que ela fugiu para a casa do Coletivo e, depois, negociamos a retirada da roupa dela.

Marianinha conta sempre: “Meu pai sempre me odiou, não queria me ver.” E sabia, porque ela deixou uma carta ao fugir de Juazeiro, que ela não era mais virgem e por isso sumia para não deixar vergonha para eles. Ela viajou para a Alemanha com o atual marido dela, chamado Joaquim, que é um médico e quando ela voltou depois de seis meses, a primeira coisa que fez foi ir a Juazeiro do Norte levar a passagem, mostrando que esteve na Alemanha. Isso lhe deu um status social tão grande que o pai não perguntou mais como ela conseguiu dinheiro naquele período do Brasil. Ela devia ter um emprego muito bom, tanto que esse alemão tinha encontrado com ela, e agora estava apaixonado e queria casar-se com Mariazinha. Ela resolveu o trauma familiar. Isso acontece com quase todas.

Tenho aqui uma matéria de jornal, sobre uma pesquisa feita no Grande Recife, segundo a qual 52% da população investigada na pesquisa, portanto, 52% dos recifenses, disseram que a virgindade era um acessório muito importante para o casamento. Mulher que não é virgem teria dificuldades de casar no Grande Recife. Logo, ao casar com um homem que não se importa, diz assim: “O alemão é muito legal. Ele não se importa com essa bobagem de virgindade. Ele até respeita a gente.” E aí, o sonho, que é evidente, do casamento dela, é o sonho do casamento, pelo menos alguma vez, de nós todas. Porque minha mãe sempre me criou para casar com um homem trabalhador e honesto. Nunca me disse: “Procure um cara que goste de você.” E também me disse, muitas vezes: “Minha filha, tome cuidado, casamento é loteria. Uns dão certo e outros não, mas todo mundo tem que agüentar a cruz até o fim.” Foi essa a educação que nós recebemos. Na nossa sociedade, diz-se que mulher que não casa deve ter algum problema. Porque é da natureza da mulher — é assim que se diz na sociedade — casar e ser amparada, protegida, educada por um senhor, uma pessoa que cumpra esse papel de nos dar um nome.

Portanto, o que essas meninas querem é o casamento patriarcal — elas não pensam em trabalhar na Alemanha, isso não passa pela cabeça delas. Ela se submete à prova dos três meses. Para você casar com um deles, tem que passar três meses na Alemanha para ver se serve. Isso é normal, tanto nas meninas de Boa Viagem, quanto nas agências de casamento, onde se diz que estão universitárias, bancárias, comerciárias. Quando eu delimito o campo de trabalho do Coletivo, eu não delimito uma coisa: dizer que hoje, no Grande Recife, é um prêmio qualquer mulher conseguir um alemão para casar. Vou contar um fato em cuja discussão tivemos que entrar, há pouco tempo. Uma menina, estudante de Serviço Social, negra, simpática, que nunca fez turismo sexual, mas que por acaso nas ruas encontrou um alemão. Era uma monitora em que todo o

corpo docente estava investindo, porque era uma menina inteligente, capaz. Os professores achavam que ela ia ser uma excelente profissional e até, quem sabe, ingressaria na carreira acadêmica. E, no final do curso, ela encontra o tal alemão e diz que vai morar os três meses com ele. Essa menina fez uma reunião com as monitoras da escola e os professores para que opinassem sobre a viagem para a Alemanha. Somente os professores foram contra. Todas as colegas dela disseram: “Imagine se ela é louca de perder a grande oportunidade de sua vida de ir para a Europa.” Nós ainda estamos no período colonial. Ir para os Estados Unidos dá ibope, porque você sai do País, mas ir para a Europa... isso eu senti nos meus amigos mais próximos. Já viajei para os Estados Unidos, para encontros; quando viajei, no final do ano passado, para aceitar esse convite de discussão sobre turismo sexual na Inglaterra, Alemanha e Holanda, todo mundo dizia: “Puxa, que legal. Você foi para a Europa.” Nós ainda comemos, lá em Pernambuco, farinha do reino, e não farinha de trigo. Ainda entendemos que o reino, lá da Europa, é uma coisa muito importante. Dá status.

Outro aspecto que nunca foi abordado nas nossas falas: além da família patriarcal, além da virgindade, eu colocaria outro ponto que considero fundamental e que muitas vezes tentamos discutir com o financiador e ele não entendia. Todas essas meninas têm uma baixa auto-estima porque não são mais virgens, porque seu cabelo é pixaim, porque são negras e não correspondem ao modelo da Xuxa e o nosso modelo de estética sempre foi louro, alto, de olho azul. Vocês lembram das nossas histórias de Cinderela? O nosso príncipe nunca saiu um negrão forte. Não. O príncipe das nossas histórias infantis era sempre louro, alto, de olho azul. Portanto, os príncipes estão chegando lá e encontram um terreno propício, para que elas aceitem qualquer justificativa para ir para a Europa.

A primeira coisa que tem que ficar clara, aqui, é que a grana do tráfico não está no Brasil. Está na sede. Até lá fica a grana do tráfico. Por exemplo, a agência de matrimônio mais famosa, tenho uma matéria em que ela diz que se dá muito bem com o consulado alemão e que gostaria muito que Recife tivesse um consulado holandês, porque casa-se mais com alemão porque fica mais fácil, pois o consulado é ali mesmo. Checamos essa informação. Ficamos um dia sentadas na porta do consulado, só contando quem entrava. Entrou negra, dizia, “foi pedir visto” E todas novilhas. Entraram 60 num dia. E, evidentemente, saíram todas com visto. Pela agência de matrimônio, é facilímo conseguir um visto. Elas tem vários esquemas: aumentam um pouquinho a sua idade. Mês passado viajou Brena que tem, de verdade, 16 anos. Foi estuprada no

Ceará, veio de caminhão para Recife, transou com um policial e tem uma documentação de 21 anos. E elas conseguem isso com muita facilidade.

Por isso, acho que nós precisamos discutir aqui — da mesma forma que Gabriela levantou a questão do trabalho — a questão da idade. No Nordeste brasileiro, mulher direita, no caso, é aquela que casa de papel passado, casa com 13, 14, 15, 16 anos, ainda hoje. No campo, casa-se cedo. Essas meninas são filhas de camponeses. Aos 15 anos, elas têm corpo e cabeça de 18. E, aos 15 anos, a família acha que ela tem que trabalhar. Aqui se falou muito em necessidade concreta de propostas. Nós temos uma experiência de três anos que está dando certo. Nós previnimos, através de uma interferência junto às escolas, a seleção através de um questionário, identificamos os casos mais graves de violência doméstica, e trabalhamos com essas adolescentes para que, no momento em que venha a acontecer a violência física ou sexual, ela nos procure, e não a rua e a prostituição. E esse trabalho nós estamos fazendo há três anos, dando resultado. Hoje, damos atendimento a 200 meninas desse tipo. É um trabalho preventivo, porque, na hora que vai para a Boa Viagem e que faz o primeiro programa, e ganha 100 reais, porque é o primeiro, “carne nova” no mercado, nessa hora, você não tem condição de concorrer. Porque surge a necessidade econômica, o carinho que a família passou a dar a essas meninas, porque agora ela ajuda dentro de casa, e, ou você arranja emprego que tenha um razoável salário — o que não é o caso porque são praticamente analfabetas ou com poucos recursos de estudo. A coisa só muda quando elas chegam aos 25 anos. Aí, elas perdem a esperança de casar. E, hoje, o Coletivo cumpre esse papel de discutir alternativas.

Há algumas que estão voltando a estudar, que já disseram: “Essa vida não dá para mim. Cansei. Não tenho mais esperança de casar. Estou velha e, por isso, quero outra vida.” Nessa hora, a gente chega. Mas, também encontramos algumas que disseram: “Agora, não tem essa história de ser boazinha para gringo, não. Se gringo quiser, é pago, porque agora, se me chamaram de puta a vida toda eu agora vou ser puta mesmo.”

Tenho algumas propostas de encaminhamento desse trabalho, e algumas denúncias graves, com provas da cumplicidade, principalmente dos governos. Por exemplo, no governo passado, em outubro, houve a Exposição Nacional do Livro, em Frankfurt. O estande brasileiro foi aberto pelo embaixador, com sete mulatas desnudas em pleno outono, portanto, fazia até frio, dançando e se mostrando. E, durante toda a exposição, o que valeu foi Carnaval no Rio de Janeiro, bunda e peito de mulher negra, e dizendo sempre: “Temos muito mais.”

Segundo, trouxe uma revistinha que me caiu nas mãos exatamente há uma semana. Uma menina da casa — hoje temos uma casa com nove meninas, que estão desenvolvendo uma pesquisa. E elas estão, também, aplicando questionários — tinha nas mãos essa revistinha que se chama Itinerário Touristic Guia. Diz aqui que é uma revista de utilidade pública. E tem informações sobre o Recife novo, propaganda da Secretaria de Turismo de Recife e, também, onde você pode encontrar belas recepcionistas. “Atendemos a domicílio. Existem também shows eróticos, etc., etc., etc.” Se você precisar, também, existem — conhecida, essa denúncia — dessas termas, onde existem massagistas. Inclusive, consta que são para homossexuais, o que não quer dizer que não tenha meninas trabalhando. “Free girls”, que servem para serviço de acompanhantes para homens, mulheres e casais. “Termas Center, um paraíso masculino, bem próximo de você. O lugar ideal para uma boa higiene mental.” E por aí vai.

Este governo, além de omisso... endosso tudo o que Marlene e Lúcia falaram. Hoje, vendem-se no exterior as mulheres brasileiras. Agora, já é auto-propaganda. Mas, a colaboração real, principalmente, dos governos federal e estadual... que tipo de turista eles estão buscando? Eles trazem o turista para fazer sexo, aqui. É o grande bordel da Europa, o Nordeste brasileiro. É isso que eles querem: a costa dourada, onde as meninas vão ser levadas. E aqui ainda tem uma desvantagem, primeiro porque essas meninas estão fechadas, não se sabe que idade têm. Mas sei de uma, porque agora foi aniversário da cidade e a Rita Lee foi lá, num show maravilhoso, cantou e — tenho propaganda nos jornais, em alemão, anunciando quartos; tenho propaganda de alemão. Vou mostrar essa: essa menina tem 17 anos e ganhou, simplesmente, o prêmio de Miss 2000, ganhou 200 reais para se apresentar no espetáculo, nua, em pleno palco (mostra a foto no jornal). É a menina com uma capa aberta, nua, e a imprensa colocou uma tarja preta na xoxota. E o jornalista perguntou: “E você não ficou nervosa de abrir a capa e ficar nua?” Imagine, num show de Rita Lee, o que tinha de gente. Ela disse: “Não. Eu me emocionei e fiquei muito mais nervosa de chegar perto de Rita Lee.”

Jaqueline Leite

Fraülen Information Zentrum — FIZ

Morei nove anos fora do Brasil, e quatro anos eu trabalhei na Suíça, num centro de informação para mulheres do chamado Terceiro Mundo. Nesse centro tive oportunidade de vivenciar muitas histórias. E eu também, pessoalmente, vivi muitas coisas com minha família, com minha filha, que passou também por dificuldades lá na Suíça. O meu papel aqui é o de desmitificar essa coisa maravilhosa que se espera da Europa. Inclusive, eu imaginava que na Europa todas as mulheres eram feministas, e que não existia nenhum homem machista. Essa era a minha idéia, quando eu fui para lá em 1985. Quando cheguei lá a realidade era outra. Foi uma coisa que me chocou demais.

Vou falar um pouco sobre como a propaganda é feita sobre o Brasil. O Fraülein Information Zentrum (FIZ) tem três linhas de trabalho. Uma delas é o atendimento direto às mulheres. Outra forma de trabalho é político, junto ao Parlamento, para ver se mudam algumas coisas nas leis. Vou falar sobre essa lei específica da Suíça, que discrimina a mulher e é racista. Temos uma outra forma de trabalho, que é de sensibilização à sociedade suíça.

Abordarei mais especificamente da Suíça, porque foi onde eu tive a experiência maior. Mas este fato é mais ou menos parecido na Europa, mudando algumas coisas nas leis. A Suíça tem uma lei bem especial, pela qual nós não podemos trabalhar lá. Nós, do Terceiro Mundo, da Ásia, África e América Latina, só podemos trabalhar na Suíça como artistas. Dentro da categoria de artista, tem músico, artista de circo e bailarina de cabaré. Resumindo, só temos chance de trabalhar como bailarinas de cabaré. Isso facilita — e dissemos também que o governo suíço é conivente com o tráfico de mulheres e com a prostituição de mulheres latino-americanas.

Não vamos falar das prostitutas que vão para o exterior trabalhar. Existem muitas que vão e se dão muito bem. Vamos falar das mulheres que são, muitas vezes, enganadas com propostas de trabalho que não aquilo que se imagina. Vou falar das mulheres e meninas que nós atendemos no FIZ, que procuram a organização, quando têm algum tipo de problema — seja de divórcio, espancamento, ilegalidade, clínicas psiquiátricas.

A maneira pela qual o Brasil é vendido lá fora é terrível. Vou mostrar a vocês um cartaz que eu recebi há pouco tempo. É assim: “Você vai para o

céu...” Aquela coisa toda de vir para o Brasil, e, em baixo, em letras bem pequenas, diz assim: “Este piloto se chama Pedro”, diz o nome das duas meninas e informa, entre aspas, que elas estão na universidade. Depois, ao lado, como vai haver um sorteio, você tem que assinalar de que cidade elas vêm e advinhar o nome delas, e mandar para lá para ganhar uma passagem para o Brasil. Esta é uma das maneiras. Você vai para um bar comer comida brasileira e encontra uma folhinha destas. É tipo você ganha uma passagem e, quem sabe, até uma menina.

Outra forma de propaganda, que foi feita no ano passado pelo correio suíço, na Suíça inteira, são os outdoors. Vou explicar como a foto é. Diz assim: “O correio leva o catálogo de férias a sua casa.” O catálogo de férias é um carteiro carregando uma mulher de tipo exótico, olhos puxados, com roupa de havaiana, bem tropical. A associação que se faz é de que nas férias você vai poder ter uma mulher dessas. O próprio carteiro a carrega, como um objeto. Então, você pode tirar suas férias, e até trazer uma coisa dessas. Quero colocar essa relação entre Primeiro e Terceiro Mundos. Coloco sempre primeiro e terceiro entre aspas, porque são denominações completamente européias. Existe uma relação de colonizado e colonizador, que continua até hoje. Desmitificando um pouco essa estória da beleza exótica, a maioria das mulheres que vão é de negras, saindo o Brasil, da Tailândia, e da República Dominicana, que é um lugar que exporta bastante.

As mulheres latino-americanas perderam um pouco o espaço dentro do mercado, porque as do bloco leste desceram. Existe agora uma briga muito grande entre as latino-americanas e asiáticas com as do bloco leste, que são as russas, búlgaras e polonesas, que tomaram o espaço. A maioria das meninas que vão para lá, como Márcia já falou, está em busca de um casamento. Muitas vezes vão de maneira ilegal, como turistas ilegais, ficam em casa de amigos, ou vão com namorados. O namorado vem aqui e manda a passagem para ela depois. Ela vai com essa prova de três meses para ver se o produto é aceito ou não. Já aconteceu de mulheres no aeroporto com as malas e quem pediu, o fez por um catálogo — porque existem catálogos. Então, ele pediu o número 145. Quando ele olhou, e disse: “Não foi assim que eu imaginei, não. A foto está diferente. Não quero mais.” A mulher ficou no aeroporto com as malas, sem a passagem de volta, porque ele iria comprá-la na Suíça. Foi uma revolução, porque tinha uma mulher dentro do avião que a levou para sua casa. Chegamos até essa mulher, e ela conseguiu voltar para o Brasil.

Mas voltou amedrontada porque o pai e a família estavam contentíssimos, porque não precisariam mais trabalhar, preocupar-se em ganhar dinheiro, pois ela iria casar-se com um suíço. O que se imagina, quando se fala em Suíça? Banco suíço, muito dinheiro, claro. A preocupação dela é ter que voltar

para o Brasil sem o casamento, sem o papel, e sem a possibilidade de a família sobreviver. Por que sabemos que são meninas de menor idade? Porque quando perguntamos a idade delas, dizem: "Você quer a idade do passaporte ou a verdadeira?" Aí, você detecta que são meninas de 16, 17 anos, que chegam lá. muitas vezes o próprio policial da aduana nem percebe que ela... por exemplo, temos o caso de um suíço que casou com uma africana que conseguiu o passaporte suíço. Ele pegou esse passaporte e entrou com mais cinco africanas, porque, para eles, todas as africanas são iguais, são negras.

A polícia é conivente com tudo. Existem dois policiais, que são os que cuidam dos cabarés dentro de Zurique, que têm prostíbulos de meninas de oito a 15 anos, na República Dominicana. Isso nós ficamos sabendo por intermédio de uma mulher. Muitos policiais fazem parte dessa rede. Quando a mulher vai para lá e consegue permissão como artista, tem o direito de trabalhar oito meses durante o ano. Nos outros quatro meses, ela vai para a Itália, para a Alemanha, para a Áustria, onde existem prostíbulos fechados para onde são levadas por empresários, para que possam ficar. Quando consegue a permissão de bailarina vive, praticamente, em sistema de cárcere. Têm que dançar de 10 a 15 vezes por noite, fazer *strip tease*, beber em torno de dois litros de champanhe.

Bebem champanhe porque têm que fazer com que o cliente compre a champanhe, para poder prendê-lo e o cabaré ganhar em cima disso. Ela seduz o cara para comprar essa champanhe. Não pode tomar cerveja. Ela tem três dias de prova, em que pode ser posta para fora do cabaré, sem direito nenhum. Tem que se esforçar, nesses três dias, para tomar o máximo de champanhe possível, porque senão ela é considerada uma trabalhadora ruim. E, no próximo mês, não terá contrato de bailarina. Elas se esforçam ao máximo para tomar esses três litros de champanhe, mais ou menos, por noite. O interesse do cliente é que ela fique bêbada para que ele possa fazer com ela o que quiser. A prostituição para estrangeiras é proibida na Suíça. Isso faz com que eles tenham a chance de ameaçá-la o tempo inteiro, porque se ela não fizer o que eles estão querendo, eles ameaçam com a polícia, de que ela vai ser deportada. Logicamente, ela adquiriu uma dívida. Quando saiu do Brasil, ela já se endividou com a passagem que pagaria com o trabalho. Isso, no caso das bailarinas que saem com empresários. Elas têm o compromisso de pagar a ele essa passagem.

Outra coisa: o passaporte e a passagem ficam com eles (os empresários). Elas não têm condição nenhuma de sair do país por conta própria. Cada mês, ela vai trabalhar num cabaré diferente, dentro da Suíça. Não fica os oito meses no mesmo cabaré, para que ela não crie laços com as outras trabalhadoras, para que não se organizem. Isso tudo é super mentalizado. Trabalham num mesmo cabaré uma brasileira, uma russa, uma dominicana. Cada uma de um

lugar, para que ninguém se entenda. Porque existe uma rivalidade muito grande entre elas, também. Claro, eu quero ganhar o mercado, já que estou ali. Elas dizem depois, para mim: “Já que estou aqui, e a minha família não fica sabendo, eu vou trabalhar, vou ficar rica. Vou ganhar muito dinheiro e volto para o Brasil, compro a casa para a minha mãe.” Muitas vezes o pai nem aparece nessas histórias. A figura importante é a mãe. 90% das mulheres e meninas já são mães e deixam os filhos sob a custódia da mãe, da irmã, ou da cunhada. Passa a família toda a viver em função dela, porque ela vai mandar dólar. Seja lá como for. Dentro dessa rede de empresários, ela fica completamente dependente.

Existem as que vão com proposta de casamento. Esse noivo propõe a ela mil coisas. Ela vai ter uma casa, vai ter isso, vai ter aquilo. Chega lá, não tem nada disso. Muitas vezes elas têm um quatinho, com um colchonete, quando tem, sem calefação, porque lá é muito frio. Muitas vezes são drogados, são homens que vêm para cá, levam as mulheres, para quando chegarem lá elas poderem trabalhar e mantê-los na sua droga. Vocês sabem que a sociedade européia é decadente nesse sentido. A Suíça, principalmente, tem um problema de drogas muito sério. Muitas meninas dessas servem de “avião” — transportam a droga para a Europa. Existe até uma prisão em Berna, onde há uma ala que é só de latino-americanas que transportam drogas e lá ficam presas durante muito tempo.

Nessas casas que são mais chiques o grande “tchan” é ter meninas mais novas. Mudar a mulher todos os meses de cabaré é também para que o cliente tenha sempre carne fresca, coisa nova. As mulheres de 20 anos já são consideradas velhas, também pelo consumo de álcool, pelo próprio trabalho de dançar a noite toda. Fala-se em emprego para dançar até as duas da manhã, mas muitas ficam até as seis horas, tratando dos clientes, porque se não ela não vai ser considerada uma boa trabalhadora e vai ser posta para fora.

Quero me concentrar um pouco mais em como as autoridades tratam o assunto. Primeiro, que a polícia bate, espanca, igual ou pior do que a polícia brasileira, porque a coisa lá é muito sutil. O europeu é muito sutil, até em seu próprio machismo. Trabalha muito mentalmente para que você fique destruída. Existe toda uma perversão psicológica em cima das mulheres.

Vou citar o caso de uma mulher que sofreu um acidente. O dono do cabaré bateu nela, porque ela não queria se prostituir. Disse que foi contratada para dançar e não iria se prostituir. Então, ele a jogou de uma escada, ela quebrou uma perna. Ela queria ir para um hospital, e ele não queria levá-la. No final das contas, ela foi levada para o hospital numa ambulância. Ela queria colocar a perna em cima da maca, e o cara que estava dirigindo disse que não. Ela colocou por conta própria. O enfermeiro e o motorista pararam a ambu-

lância, espancaram a mulher e deixaram-na no meio da neve, no meio da rua, às duas horas da manhã. Ela não tinha como sair dali, porque estava com a perna quebrada. Pediu, pelo amor de Deus, que um táxi parasse e a levasse ao hospital. Só que o hospital não aceita ninguém que não venha de ambulância. Disseram a ela que teria de passar primeiro na delegacia para registrar a queixa e depois ir para o hospital. Quando ela chegou na delegacia, o motorista e o enfermeiro já tinham feito queixa, dizendo que ela havia batido neles, havia espancado os dois — ela com a perna quebrada na parte de trás — e, por isso, eles a haviam deixado no meio da rua. E você sabe de uma coisa? Ficou por isso mesmo. Entramos com um processo, mas não deu em nada, porque não havia provas. Era a palavra dos dois contra a palavra dela.

Quero citar a questão dos vídeos pornográficos que fazem com crianças. No ano passado, foi preso um suíço que estava fazendo vídeos pornográficos com crianças. No final do vídeo, era matar a criança. Então, a criança morria, literalmente. O grande “tchan” no final era matar. Essas crianças, depois de mortas, eram postas dentro de um tanque de ácido sulfúrico para que se deteriorassem. Isso é um senhor suíço, um cidadão considerado normal. Porque normal é quando você trabalha, produz e ganha dinheiro. Na sociedade suíça, você é considerado normal. Deduz-se que essas crianças que foram usadas para esse vídeo — em torno de seis crianças — são crianças estrangeiras levadas para a Suíça para esses fins. Porque é claro que não pode sumir criança suíça sem que os pais fiquem sabendo.

Outro porém é o tráfico de crianças supostamente para adoção. Só que não se sabe, exatamente, que final essas crianças levam dentro desse contexto. Existem muitas outras coisas que funcionam em volta disso, mas que eu, infelizmente, não vou poder falar. Queria pedir, por favor, que nós atentássemos, um pouco, para a exploração que o Primeiro Mundo não só faz com as multinacionais, mas que está fazendo agora, como sempre fez, mas, talvez, agora esteja um pouco mais visível, que é com as crianças. Antigamente, eles tiravam o ouro e levavam. Hoje em dia, estão levando meninas. Temos que atentar bastante para isso e ver toda essa relação entre Primeiro e Terceiro Mundo, até que ponto nós vamos ser coniventes, continuar aceitando esse tipo de imperialismo em cima da gente, esse tipo de colonizador, que não terminou até hoje. Vamos analisar bem isso e encontrar estratégias, não somente para combater, mas fazer com que essas pessoas entendam que nós não somos, eternamente, seres para serem usados. Obrigada.

Dra. Débora Menezes

Delegacia de Atendimento à Mulher do Distrito Federal

Sou a delegada-chefe da Delegacia da Mulher. Em Brasília, a realidade é um pouco diferente dessas realidades que foram ditas aqui, até agora. Em Brasília, nós temos cerca de 70% da violência contra meninas e meninos ocorre no seio da família. Ou seja, é o pai, é o avô, é o padrasto ou o tio quem estupra. Normalmente, a faixa etária é muito baixa. Hoje mesmo, estou com uma menina de quatro anos na delegacia, que foi violentada, ou seja, o tio manteve coito anal e estuprou-a, inclusive passou-lhe sífilis e uma série de doenças. A menina está na delegacia e precisa, inclusive, de socorro médico. Nós já a encaminhamos.

Isso, em Brasília, é muito comum. 70% da violência sexual ocorrem no seio da família e é nessa faixa etária: dois anos, três anos, até sete, oito. Por que essa faixa etária? Porque é justamente quando a menina quase não tem nenhuma capacidade de reação. Ela é facilmente induzida. É levada, sem ter noção do que está ocorrendo. E aquele pai, que deveria proteger, normalmente é o autor. O pai ou o padrasto. E, para mim, em Brasília, a prostituição começa dentro de casa. Porque essa menina é violentada, todo mundo sabe que isso deixa seqüelas terríveis — rejeição, baixa auto-estima — e ela, com, 10, 12 anos, enraivecida com o pai, às vezes grávida dele, como há várias, de 12 anos, grávidas do pai. O nosso Código Penal tem um artigo que diz que se a gravidez for resultante de estupro, pode-se fazer o aborto. Só que o aborto demora tanto, que quando a menina vai, já está com oito meses. E quem vai fazer o aborto aos oito meses? Impossível. Então, ela fica revoltada, com o filho do pai ou do padrasto e parte para a rua. Ela não tem para onde ir, não tem parentes, não tem uma casa de meninas, não tinha, não tem nada. Então, ela vai para a rua, e lá, não tem como sobreviver. Não tem onde dormir, não tem o que comer. Então, é obrigada a se prostituir para sobreviver.

Ela fica aqui e ali, com um e com outro, nos bares e botecos, as de baixa renda. As de mais alta renda, às vezes, vão para a rua porque querem um carro melhor, roupas da moda, então freqüentam aqueles bares mais sofisticados da Asa Norte, Asa Sul, Gilberto Salomão. A prostituição em Brasília não é só da classe baixa: é da classe média, dessas meninas que tem um certo grau de educação. Acontece, também, só que o local é diferente. Enquanto as que não têm nada ficam naqueles botecos do setor O, da expansão, da Praça do DI, essas

outras vêm para esses bares mais sofisticados. Todas com o mesmo objetivo. Um querendo um prato de comida, outras querendo uma roupa de marca.

Me ocorrem alguns casos. Vou contar um triste, mas até engraçado, se você for examinar, de um pai que estuprou quatro filhas — sete, oito, nove e dez anos. Quando foi estuprar a mais nova, ela já tinha 13. Não aceitou e foi encaminhada ao Escritório de Advocacia Modelo, nem sei mais se ainda existe na UnB. E o professor me procurou. E eu mandei prender esse homem, ele com 60 anos, velho, cheio de rugas, um chapelão. Olhei para ele e achei-o com uma cara tão séria, que eu nem acreditei. Aí, virei para ele e perguntei: “O senhor não tem vergonha de estuprar suas quatro filhas e já ia pegar essa outra, a mais nova?” Ele olhou para mim e disse assim: “É doutora, eu não tenho vergonha. Acho que quem não tem é a senhora. A senhora acha que eu vou criar franguinhas para os outros comerem? A senhora acha que eu vou trabalhar para sustentar essas meninas, para depois os homens comerem na rua, é? De jeito nenhum. Primeiro, eu vou ficar com elas, depois, se quiserem ir para ajudar a mãe e os irmãos pequenos, tudo bem. Mas agora, não.” Então, vejam bem a mentalidade. Tem vários homens aí, e, inclusive, a Delegacia da Mulher em Brasília é muito procurada por pessoas que moram no Entorno, com esse pensamento: ele sustenta a filha; o primeiro tem que ser ele. Depois, a filha pode até ir para a rua, porque tem vários irmãos que precisa sustentar, e ele não está dando conta. Existe uma coisa terrível que é aquela cumplicidade silenciosa das mães, que vêem a filha passando por isso e ficam caladas, como essa mãe que está lá na Deam, hoje, para quem quiser ver. Que está com a filha lourinha, pequenininha, de quatro anos, pela mão, mas que não queria denunciar o irmão, porque ele ajuda, porque mora com ela, porque ele enche a panela. Meu Deus do Céu, é uma vergonha para a mulher, sabia? Essa mulher tem que ter coragem de denunciar, de cortar esse cordão umbilical e trabalhar. Emprego não é só de delegada, jornalista, professora, não. O emprego é passar roupa, também. É sair pela rua e colher o lixo, também. É tão digno quanto o meu ou o de uma professora da universidade. É passar roupa, é lavar roupa e nunca essa passividade calada de sofrer toda essa violência e ver a sua filha também sofrer.

Estou vendo várias meninas de oito anos que sofrem toda essa violência do pai. Meninas totalmente ingênuas, que não sabem nem se expressar direito, chegam na delegacia pelas mãos das professoras, porque as mães sabem, compactuam, e deixam. E ela não tem a quem denunciar. Depois de passar anos e anos se sujeitando ao pai tendo relação com ela, atormentando, a cada dia, ela conta para a diretora. Aliás, as diretoras de colégio estão de parabéns, porque estão pegando essas meninas pela mão e levando até a delegacia para denunciar. Temos que dar parabéns para essas professoras que, corajosamente, depois

sofrem ameaças. Quando encontram qualquer tipo de violência, elas denunciam.

Outra coisa que eu acho que poderia ser discutida neste seminário. A prostituição em Brasília é através de anúncio de jornal, todo mundo sabe disso. Por que não combater isso? Não sei ainda como, mas, por que não se unir? Outro dia, autuamos em flagrante, na Asa Norte, uma casa de prostituição, através de jornal. Querem moças louras, de olhos azuis, novas, que aparentem até 20 anos. E tem “n” casos, na Asa Sul, na Asa Norte, nas satélites. E todas através de anúncios de jornal. Acho que também esses movimentos poderiam ir aos jornais solicitar, por meio de alguma lei, ou de um consenso, que jornal, em lugar de estar favorecendo a prostituição, poderia estar educando. Só através da educação e da conscientização é que vamos acabar com isso. Porque senão a própria mulher não quer acabar com isso. Vejam só os exemplos das mães que estão vendo as filhas serem escorraçadas e prostituídas e aceitam. Só existe um caminho: a conscientização. A divulgação dessa conscientização. Ontem, quando cheguei aqui, estava falando uma senhora, cujo nome não sei, mas que falou na importância do rádio. Para mim, é o maior. Porque a polícia não entra nos lares, primeiro, porque eles não querem. Muito da informação não entra, às vezes, até, porque a pessoa não sabe ler. Mas o rádio entra, e pode haver uma ampla conscientização através do rádio, que é chegar e informar. As meninas, todas as que estão sendo informadas e têm um pouquinho de conscientização, não aceitam e se rebelam. Mas, só que elas não têm consciência, não têm esclarecimento. Elas não sabem agir, porque não tem nenhum meio. Acho isso altamente importante.

Outra coisa que acho de muita importância, além dessa conscientização, é a impunidade. A mulher vê que todos esses criminosos estão na impunidade. Então, ela tem medo até de denunciar. A prova disso é que, quando eu assumi a Delegacia da Mulher, tinha 800 ocorrências em um ano. No ano seguinte, foram para seis mil. Porque agora, pelo menos enquanto eu estiver lá, cada denúncia é rigorosamente investigada. E, se o infrator realmente cometeu aquele crime, ele é preso. Nós prendemos, no ano passado, mais de 80 estupradores e todos — eu tenho a sentença para quem quiser ver — com condenações de até 27 anos. Os promotores da Infância e da Juventude ligam diariamente para a gente, por casos iguais ao dessa menininha de quatro anos, que está lá com a mãe, cheia de gonorréia e tudo quanto é doença, e que a mãe não quer denunciar. A gente tem aí a Justiça a nosso favor, nos ajudando, porque só eu não poderia fazer nada. Temos que acabar também com esse grau de impunidade. Hoje em dia a mulher está acreditando e está indo à delegacia denunciar.

Tem também o caso do assédio. A mulher vai trabalhar e o patrão acha que ela é obrigada a manter relação sexual com ele, a dar beijinho e a passar a

mão. Não temos, no Brasil, uma lei que trate do assédio. E em Brasília, tem “n” casos de assédio. O patrão — alguns — obriga a funcionária a manter relações, quando não querem. Quando não aceitam, ele despede, transfere para um lugar pior de trabalho. Impunidade, não é verdade? Famosa impunidade, que não tem nem lei que catalogue isso como crime.

Em Brasília, quando eu disse que é diferente dos outros lugares, é porque não temos aqui esse famoso turismo sexual. Aqui é ao contrário. Os homens daqui pegam aviões e vão para S. Paulo e Goiânia. Essas são as informações que me chegam. Sabe por quê? Porque têm alta posição e temem que, ao chegar lá, vá haver uma divulgação. Então, acham mais fácil ir para o Rio, S. Paulo e Goiânia. Comprovei isso porque estava no Rio de Janeiro, em uma palestra, e vi, no hotel, até bom, na Zona Sul, meninas de oito, 10 anos, subindo lá — desce, sobe, desce, sobe. Falei para o porteiro: “Nossa, isso aqui é assim, livre?” Ele disse: “É. As meninas sobem e descem, tudo agendado ali, pelo telefone, a idade, a cor, a maneira que quer.” Em Brasília, não temos isso. Se tiver é uma ou outra, não chega a ter estatística. Mas, o que temos que combater? É essa violência terrível dentro do lar, que chega a 70%, e que leva à prostituição das meninas, que jogam na rua. Em Brasília a realidade é essa.

Antonio Durval Soares

Vereador de Fortaleza-CE

Vou começar com as bem-aventuranças do padre Adolfo, que é um grande colaborador da gente lá no Ceará. O padre Adolfo é um médico ginecologista. E a irmã Elizabeth é uma pediatra. Pessoal maravilhoso. Como esse pessoal ajuda a gente a crescer e a refletir naquela luta pelas crianças, lá no Ceará. Na última reunião do Fórum, padre Adolfo levantou algumas questões que, praticamente, deram uma reviravolta no nosso trabalho, no que toca ao pacto. E, como acho que o seminário, até agora, denunciou demais, acho que as denúncias se sucederam de uma forma importante e maravilhosa, vou entrar agora por um outro caminho. O porno-turismo já foi suficientemente dissecado, aqui, para vocês.

A primeira “bem-aventurança” do padre Adolfo, ele faz em nome das meninas. Padre Adolfo faz um trabalho de empatia incrível. Ele se coloca no lugar da menina prostituída. Ele diz assim: “Bem-aventurados os marinheiros, porque eles nos trazem o pão de cada dia. Bem-aventurados os turistas, porque nos pagam em dólar. E bem-aventurados os agenciadores, porque nos arranjam clientes.”

Meus amigos, tudo o que vocês atacaram até agora, que nós atacamos, esse padre, sabiamente, chama de bem-aventurança. Parece contradição, mas ele está colocando claramente a situação sob a ótica da menina prostituída. Porque é do mar, do avião que vem o seu trabalho, o seu dinheiro, a sua profissão, a sua forma de sobreviver, e de ajudar a família. Isso nos desconcertou, porque, inicialmente, nós fizemos uma CPI para apurar a prostituição infanto-juvenil em Fortaleza, sobretudo tentando desmontar a rede de agenciadores.

Saiu, então, este documento vermelho, que é o documento da denúncia. Recebemos, inclusive, uma crítica muito importante da universidade, porque estava muito panfletário o relatório da CPI. Estava muito panfleto. Nós achamos a crítica procedente, mas vamos continuar produzindo panfletos. Porque, para vocês terem uma idéia, os originais da CPI davam uma média de dois palmos de papel, e foi enviado para o Ministério Público. Pergunto a vocês: quem é que ia ler uma pilha de papel dessas? Então, pedimos a dois jornalistas, amigos nossos, que traduzissem aquilo num folheto, numa linguagem popular, que facilitasse a leitura. Já estamos na quarta edição desse documentozinho: 20 mil exemplares. Lido por estudantes universitários, secundaristas, professores.

Massificamos o relatório da CPI, não só através desse documento, como através de uma fita. Produzimos o relatório visual e o relatório escrito. A fita já está com cerca de 500 cópias reproduzidas.

Então, vocês podem imaginar o efeito dessa CPI, quando nós tiramos o documento que estava só numa elite, e massificamos o documento e a informação. E a sociedade tomou conhecimento do problema e começou a pressionar os órgãos públicos. Isso foi um papel fundamental. Veio um seminário, depois. Denunciamos, denunciemos, e, no final das contas, dissemos: “E agora, vamos acabar a CPI com a denúncia?” E a Bené colocou uma coisa muito importante ontem. Precisa uma comissão de direitos humanos da Câmara para desdobrar a CPI. Se não ela esgota-se em si mesma e não vai levar a nada. Ficar só na denúncia é muito pouco. E a situação vai continuar como está?

Veio um seminário, no mesmo ano de 93, que colocou algumas diretrizes para uma política de atendimento. Primeiro, colocando o que a prefeitura estava fazendo, o que o Estado estava fazendo, algumas ONG's. Condensamos e escolhemos quatro eixos: educação, saúde, geração de emprego e renda e justiça e segurança. Mas, só eleger eixos também não resolvia. Saímos com o documento verde, da esperança, e, agora, estamos com o documento azul, que é o documento já viabilizando esses quatro eixos, transformando isso em projetos factíveis.

Estou aqui com o esboço do documento azul. Deixei algumas cópias com a coordenação do seminário, mas ele vai ser impresso. Creio que, daqui a dois, três meses, estará saindo a impressão do documento azul e também em panfleto, graças a Deus. Estamos querendo produzir a teoria na medida que vamos desenvolvendo a prática. Porque não adianta você produzir documentos e mais documentos volumosos, que a sociedade devora, se compraz diante do documento, mas não transforma o documento em ação concreta. Queremos que a teoria vá acontecendo com a prática. Por isso, estamos caminhando de uma forma diferente.

O que aconteceu foi que conseguimos organizar um comitê chamado Comitê Interinstitucional para cuidar da questão da Justiça e da Segurança. Conseguimos colocar em torno da mesma mesa a Secretaria de Segurança, o Comando da Polícia Militar, Polícia Federal, DRT, o setor de turismo, a secretaria que expede alvarás, OAB. Colocamos, também, em torno da mesma mesa, o Ministério Público, o Juizado da Infância e da Juventude, a Delegacia da Mulher, sobretudo, ligada à questão da Delegacia da Criança e da Juventude, a Secretaria de Justiça, a Associação Cearense de Imprensa, o Centro de Orientação Jurídica à Mulher, o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, a Febem, que é um órgão do Estado, da cidade, Fundação do Bem-Estar do Menor e o Conselho Estadual e Municipal. Formamos um Comitê Interinstitu-

cional, do qual devem sair duas comissões: a de Justiça e a de Segurança. A Comissão de Justiça, para cuidar de ações de Justiça, para encaminhar, dar uma assessoria jurídica às entidades e a Comissão de Segurança para cuidar da parte mesma de prevenção na beira-mar.

Quando estávamos com esse comitê já na segunda reunião e estávamos propondo, também, uma rede de atendimento, escolhemos quatro entidades-piloto, entidades não governamentais que iriam fazer todo o atendimento e orientação a essas meninas nas áreas de educação, saúde, geração de emprego e renda. Só que, veja bem: o pessoal da Segurança já estava com uma grande operação à beira-mar para começar a inibir a ação da prostituição infantil, tanto da parte dos agenciadores, quanto da parte das meninas. O Ministério Público já estava encaminhando a ação para o Judiciário, no sentido de punir os motéis, os hotéis que estavam recebendo os turistas, punir os barraqueiros, toda uma ação de repressão, tanto jurídica, quanto na área de segurança, já tudo engatilhado. E o Comitê Interinstitucional a todo vapor, todo mundo integrado. Foi um grande avanço, porque estava tudo separado. Era a polícia de um lado, o Ministério Público de outro, a gente já conseguiu unir. Só quatro entidades articuladas para atender.

Aí, o padre levantou e disse: “Mas, espera aí, e se vocês acabarem com esse turismo sexual, e se vocês acabarem com a ação dos agenciadores, e se vocês inibirem a prostituição, essas meninas vão ficar como? Essas quatro entidades vão conseguir absorver tudo?” Essa questão começou a gerar uma polêmica incrível na reunião do Fórum, e vai ser tema de um futuro seminário que nós vamos fazer em Fortaleza: como criar condições para que a demanda da área de Segurança e Justiça possa ser coberta pelo atendimento. Para que quem for excluído da primeira opção possa ter uma segunda. Porque não adianta acabar com a prostituição e produzir a fome. A gente quer acabar com as duas coisas. Então, meus amigos, é fundamental o trabalho desse seminário, em que a gente vai se debruçar em cima de uma ação que seja eficiente e responda à demanda da Segurança e da Justiça. Caso contrário, é melhor a gente frear a primeira, para não superexigir da segunda, porque a gente não tem estrutura para isso.

Esse é o grande desafio que está sendo lançado hoje em Fortaleza e é a partir daí que a gente pretende construir esse pacto em defesa da criança e do adolescente em situação de risco. Já fomos ao prefeito, vamos ao governador, vamos aos empresários, comerciantes, à Igreja, todos os setores da sociedade, para que esse pacto vá se ampliando, através de uma coordenação técnica que vá assessorar essas entidades. É um trabalho pequeno, miúdo, mas é a forma concreta que nós encontramos para dar repostas. Eu, pessoalmente, não agüentava mais como vereador de esquerda, do PT, ficar só denunciando vio-

lência lá da tribuna da Câmara. Eu não agüentava mais, eu já tinha cara de denúncia. A minha cara só aparecia na televisão com amargura, raiva, revolta. Então, de repente, eu tinha que passar alguma esperança para o povo. Porque o povo precisa ser motivado, precisa ser balanceado, não só negando, mas afirmando alguma coisa. Eu acho que o pacto vai ser a grande provocação, hoje, para a sociedade de Fortaleza e do Estado do Ceará. O pacto vai ser uma forma de dizer: “Tudo bem, isso existe, mas tem também um caminho de superação. E nós queremos uma resposta de vocês. Nós queremos a adesão de vocês.” Eu espero que o terceiro documento, brevemente, chegue a 50 mil exemplares. Nós queremos que o documento do anúncio da proposta supere, duas ou três vezes mais, o documento da denúncia para que, com isso, a gente possa mexer com a potencialidade do povo. E, o que mais me deixa emocionado, quem mais está lendo isso é a juventude, sobretudo universitários e secundaristas. E eles começam a querer fazer movimentos. Muitos colégios já estão querendo fazer abaixo-assinado ao prefeito para apoiar o pacto. Uns estão provocando abaixo-assinado ao governador, passeata de estudantes, não só para chamar o governador de ladrão, mas para dizer ao governador: “Nós queremos apoio para o pacto. Queremos passeatas para propor, e não só para fazer zoadas e criticar.” É claro que nós aceitamos a crítica, claro que nós achamos importante a pressão. Mas aceitamos tudo isso, se vier acompanhado de proposta alternativa, para que a agente não caia no vazio da denúncia, que deixa o povo desesperado, sem saber por onde caminhar.

Esse é o recado que a gente quer deixar para vocês. Sou um homem no meio de seis ou sete mulheres que fazem a coordenação do pacto e como é bom, depois de toda uma tradição machista, eu, que sou do interior da Bahia, me colocar no meio de seis ou sete mulheres, e deixar que essas mulheres nos eduquem e nos ajudem a trabalhar com as meninas prostituídas. Eu estava dizendo, aqui, para a Jaqueline: “Nós temos uma relação de irmãos, de amigos, uma relação tão íntima que a gente, às vezes, faz reunião no sítio. Vamos marcar no sítio, para passarmos a tarde juntos.” E lá, a gente passa como amigos, com uma relação tão fraterna, tão profunda que a gente sente prazer de estar juntos. A gente trabalha, não com cara de raiva, mas com cara de alegria, de satisfação, porque a gente está produzindo o que gosta. A gente, de repente, está sentindo um prazer quase sexual de ajudar as meninas prostituídas. Um abraço para todos vocês.

Filomena Emília Ramos

Coordenadora da Casa Rosa Mulher

A Casa Rosa Mulher fica localizada em Rio Branco, capital do Estado do Acre. Rio Branco tem, aproximadamente, 200 mil habitantes. Grande parte da população é de funcionários públicos, empregados no comércio ou autônomos. 90,7% da renda familiar são de até dois salários mínimos. O Acre não tem garimpo — a Lúcia falou hoje de manhã, mas as meninas vão do Acre para os garimpos em Rondônia.

No início de 93 começaram a se intensificar as denúncias sobre o tráfico e a prostituição de meninas do Acre para Rondônia. Elas estavam sendo enganadas. As histórias que todo mundo conhece: falsas promessas de que iriam ser manequins, que iriam ter uma vida boa, lá em Rondônia, tanto nos garimpos quanto nas zonas de prostituição. A realidade não é bem essa. Elas já chegam endividadas e como todas elas são vendidas como mercadorias, principalmente as virgens, que têm um preço altíssimo. Quando pegam malária, doenças, são abandonadas. Se tentam fugir, muitas vezes são mortas. Há alguns casos de denúncias gravíssimas.

A partir daí, quando começaram a se intensificar essas denúncias e a cobrança da sociedade para que fosse feita alguma coisa, foram criadas duas CPIs: uma na Câmara Municipal, que tratava da prostituição de crianças e adolescentes, em Rio Branco, e outra na Assembléia Legislativa. A CPI da Câmara entrevistou 120 meninas, fez uma série de análises, com relação à situação econômica, o nível de escolaridade, a iniciação na vida sexual, o nível de conhecimento sobre as DSTs. 90% não usavam camisinhas. Não sabiam dos riscos e cuidados com relação às DSTs. Traçou um perfil dos agentes, dos proprietários de bares, dos hotéis de periferia, dos próprios meninos de rua, traficantes (o Acre fica localizado em uma rota de tráfico de drogas constante. Entra facilmente da Bolívia para o Brasil) e estimou, numa população de 200 mil habitantes, de 3000 a 5000 crianças e adolescentes prostituídas ou sob risco iminente de prostituição no município.

Já a comissão da Assembléia viajou até Rondônia, visitou alguns garimpos, entrevistou juízes, delegados, conversou com meninas — realmente, há muitas meninas acreanas lá — e chegou à constatação, realmente, da rede consolidada de empresários de boates, tanto nos garimpos quanto nas zonas de prostituição, dos donos de bares, aliciadores e narcotraficantes. Inclusive em

Guajará Mirim tem uma rota conhecida do tráfico de drogas e venda de carros roubados.

Não existe nenhuma fonte oficial, no Acre, com relação à prostituição. Em 92 a Universidade Federal do Acre publicou um estudo sobre a situação da criança no Acre, e estimou, também, a presença de 3000 meninas prostitutas, entre 10 e 16 anos e envolvimento com o uso e o tráfico de drogas. A partir dessas denúncias, o que aconteceu de novo de 93 para cá? Foi criada, em nível estadual, a Casa da Adolescente, que é uma casa-abrigo, funciona muito dentro dos moldes tradicionais. As autoridades, juízes encaminham para lá meninas que têm histórico de delinqüência, meninas que foram trazidas do garimpo e meninas que, simplesmente, fugiram de casa.

Existe esse trabalho lá, mas que é questionável por causa dessa realidade, desse tratamento. Foi criada, em nível municipal, a Casa Rosa Mulher, da qual eu sou coordenadora. A casa é um espaço de atendimento integral à mulher porque, além da prostituição, existem altos índices de violência doméstica em Rio Branco. O Acre está nos primeiros lugares em índices de lesão corporal junto com outros dois Estados — se não me engano, Santa Catarina e ... não me lembro o outro Estado.

A casa foi uma vitória do movimento de mulheres, que já vinha com a proposta de criação desse espaço de atendimento à mulher e juntou com essa conjuntura de cobrança. Tem um atendimento integral, não é uma casa-abrigo, tem uma equipe de psicóloga, advogada, assistente social, arte-educadora. Nós trabalhamos com grupos de adolescentes e com mulheres prostitutas. Distribuimos camisinhas, fazemos oficinas de sexualidade, de conhecimento do corpo. Damos alguns cursos profissionalizantes.

Acho que foi uma vitória a criação desses dois espaços. A maioria dessas mulheres (a gente não pergunta se é prostituta, quando chega, é lógico. A gente funciona numa zona de prostituição, numa zona tradicional, que já está em decadência, em Rio Branco. Temos um ano de existência. A maioria dessas mulheres é chefe de família, elas cuidam da casa, sustentam muitas vezes, pai, mãe, parente. Quatro aspectos merecem atenção na convivência com essas meninas e mulheres. É a desinformação sobre os direitos básicos de qualquer pessoa, do conhecimento do corpo, das doenças. Algumas são alfabetizadas, na maior parte mal sabem ler e escrever. A auto-estima é baixíssima. Nós trabalhamos muito no resgate da auto-estima, na descoberta das potencialidades, da capacidade que a gente tem de mudança.

Mulher pobre, além da prostituição, só tem como opção de trabalho ser faxineira, lavadeira. Então, carregam todo um preconceito que só a gente trabalhando de perto é que consegue perceber. A maioria tem história de violência doméstica. E tem sonhos e esperanças, como qualquer um de nós. Além da

criação da Casa, foi reativado o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, e foi criado também um Fórum da Criança e do Adolescente. Nós também procuramos o Ministério Público, antes de vir para cá, para saber se, daquelas denúncias que surgiram nas CPIs, tinha havido algum resultado. Nada. Ninguém soube informar nada, nada foi apurado, porque a Assembléia fez uma série de denúncias de envolvimento de figuras da alta sociedade, inclusive de juizes. Nada foi apurado. Procuramos a Delegacia da Mulher, a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente, também não nos deram nenhuma informação.



Pedro de Moraes ©
Rio - Brasil

4º PAINEL

**A LEITURA JURÍDICA DA
PROSTITUIÇÃO**

Josiane Petri Veronesi

Advogada - Professora da Universidade Federal de Santa Catarina-SC

Ella Wieco Volkmer de Castilho

Sub-Procuradora Geral da República

Josiane Petri Veronesi

*Advogada — Profª Universidade Federal de
Santa Catarina-SC*

Para introduzir-nos neste tema, foi um marco importante a realização da CPI sobre a Prostituição Infantil, que é de conhecimento de vocês todos. Porque essa CPI tornou mais explícito o que vinha sendo denunciado através dos meios de comunicação, da literatura, obra importante, do livro do Gilberto Dimenstein, sobre meninas da noite, a respeito dessa prostituição que atingia crianças e adolescentes brasileiros.

O relatório final dessa CPI afirma que tal situação antes de ser um choque, um escândalo social é, na verdade, um crime, pois não é fácil para nossas consciências sequer acreditar que há crianças de apenas seis anos de idade sendo usadas em práticas sexuais remuneradas, ou meninos de cinco anos contracenando com meninas de 12 em filmes pornográficos. Numa idade em que seria normal essas crianças estarem brincando de bonecas e bolas, já são brutalizadas por seus pais, parentes e exploradores.

Agora, vamos fazer uma introdução como o nosso sistema jurídico aborda essa questão da exploração infantil. A nossa Constituição Cidadã, de 1988, prescreve, em seu artigo 227, que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, todos os direitos que vocês conhecem. Além do que, colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. E, ainda, o parágrafo 4 desse artigo 227 da Constituição Federal preceitua: “A Lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.” Diante de tal prescrição constitucional, podemos indagar se a atual legislação penal consegue atender esse preceito constitucional.

Antes de analisarmos como a matéria é apreciada pelo Código Penal Brasileiro, convém colocar que esse código contém arcaísmos e distorções, sobretudo, ao revelar uma indisfarçável opção pelas classes sociais mais abastadas. Só para termos uma noção disso, para vocês terem idéia, o crime de lesão corporal, que é um crime citado em nosso Código Penal, artigo 129, e o de roubo mediante violência ou ameaça — eu quero comparar esses dois delitos. O primeiro, artigo 129, que seria lesão corporal, e esse do roubo, que é o artigo 157. Vejam, enquanto que, para o primeiro, a pena é de detenção de três meses a um ano, para a lesão corporal, para o roubo mediante a violência ou

ameaça é de reclusão de quatro a 10 anos e multa. Isso revela que o patrimônio, segundo a ideologia de tal código, tem um valor maior que a vida. Dessa forma, percebe-se que o Código Penal de 1940 é, todo ele, imbuído de um cunho patrimonialístico extremo. Assim, é inegável o fato de que se torna imperiosa uma reforma das normas penais, com a adoção de princípios mais modernos, seja no que diz respeito à tipificação dos atos entendidos como anti-jurídicos, seja na quantificação e espécie de pena a ser aplicada no caso concreto.

No que tange a esta matéria da exploração sexual, o Código Penal trata deste assunto praticamente nos crimes contra os costumes. Bem, o primeiro tipo penal que, entendemos, está relacionado com a prostituição infantil, ainda que indiretamente, é o estupro, que é considerado pelo código como um crime contra a liberdade sexual. O crime de estupro é colocado no artigo 213 do Código Penal, e diz o seguinte: "Constranger mulher a conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça." Pena: reclusão de seis a dez anos. Antes de mais nada, uma breve crítica: este dispositivo é um exemplo do arcaísmo do nosso Código Penal, pois entendemos que não há que se falar em mulher, no caso de estupro e, sim, em pessoa.

Ao se estudar o artigo 213 do Código Penal, convém que saibamos, de início, que o Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei 8069, em seu artigo 263, tinha acrescido à redação original do Código Penal o seguinte parágrafo único: "Se a ofendida é menor de 14 anos, pena: reclusão de quatro a dez anos." No entanto, ocorre que, pelo artigo sexto da Lei 8072, esta lei que classificou e disciplinou os crimes hediondos, a pena do caput do artigo 213, ou seja, do estupro, e do 214, que trata do atentado violento ao pudor, passou a ser de seis a dez anos. Isso gerou uma série de confusões, a princípio, mas, na realidade, tratou-se de uma falha do legislador dos crimes hediondos, que não expressou a revogação desse parágrafo único do artigo 213, bem como do artigo 214, reformulado pelo Estatuto da Criança. Inclusive, essa questão é referendada e elucidada pelos expoentes do Direito da Criança e do Adolescente, Dr. Munir Cury, o Paulo Afonso Garrido e Paula, os quais esclarecem que o artigo 263 do Estatuto, na parte que comina aumento de pena aos delitos de estupro e atentado violento ao pudor, descritos nos artigos 213 e 214 do Código Penal, encontra-se revogado pelo artigo nono da Lei 8072, uma vez que esta Lei posterior à Lei dos Crimes Hediondos, ela regulou essa mesma matéria, inclusive prevendo um agravamento dessas penas, de seis a 10 anos. Além do que, se não aceitássemos a revogação do artigo 263 do Estatuto, ter-se-ia as seguintes e absurdas hipóteses: primeiro, o estupro contra a vítima adulta trata-se de crime hediondo, apenado, no mínimo, com seis anos de reclusão, não sendo permitidos indulto, graça, liberdade provisória, devendo a pena ser executada inteiramente em regime fechado, com livramento condicional com cum-

primento de dois terços, e prescrição mínima de pretensão executória de 12 anos. E, para a criança, o estupro, portanto, contra a vítima de 13 anos de idade, não seria crime hediondo, apenado com quatro anos de reclusão, permitidos os institutos do indulto, graça, liberdade provisória, progressão na execução da pena e livramento condicional com cumprimento de metade ou um terço, e prescrição mínima de pretensão executória em oito anos, o que seria um verdadeiro absurdo. Então, é lógico que se entende que esse artigo 263 encontra-se revogado, tendo em vista o surgimento da lei mais nova, a lei que tratou dos crimes hediondos, a lei 8072. Em seguida, o Código Penal trata do atentado violento ao pudor, artigo 214. Constranger alguém, mediante violência, ou grave ameaça, a praticar, ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal. A pena é a mesma, de seis a dez anos.

Outro crime intrinsecamente relacionado com a exploração sexual é o delito denominado corrupção de menores, artigo 218 do Código Penal: “Corromper ou facilitar a corrupção de pessoa, maior de 14 anos, e menor de 18, com ela praticando ato de libidinagem, ou induzindo-a a praticá-lo ou presenciá-lo. Pena: reclusão de um a quatro anos.” Percebe-se, pela leitura do dispositivo legal, que o objeto jurídico deste artigo, tal qual todos os crimes contra o costume, trata-se, na realidade, da moral sexual dos maiores de 14 e menores de 18 anos. Porém, não há crime, vejam o absurdo, não há crime, e aí, reside, justamente, a primeira crítica que podemos tecer sobre esse artigo que trata da corrupção de menores, no caso de menor de 14 anos que for levado a presenciar, a assistir um ato de libidinagem, tendo em vista esse limite legal da lei, que é de 14 a 18. Então, se for uma menina de 13 anos que assiste o ato, o sistema não considera como crime. Não o será também o artigo 214, o atentado violento ao pudor, porque este tipo, a descrição deste tipo legal não prescreve essa assistência de ato libidinoso. Portanto, o fato é atípico, não é crime.

Outra crítica é a que diz respeito ao entendimento que vem sendo dado pela jurisprudência no sentido de se excluir o crime, quando o menor já se encontra corrompido. O menor já se encontra corrompido, portanto, não há o que se falar em corrupção de menores. Mas há que se lembrar que essa questão da corrupção é algo escalonável. Diante dessas colocações, faz-se necessário que o sistema legal não se preocupe apenas em punir aqueles que corrompem o menor, como, também, aqueles que se omitem perante a lei. Ela omite esse aspecto. E punir também aquele que mantém este menor na corrupção. Ou, ainda, aquele que impede a saída do menor desse meio degradante. Então, duas coisas também esquecidas pelo nosso sistema penal: quem mantém esse menor na corrupção, ou quem impede a sua saída são esquecidos. E mais, a corrupção do menor de 14 anos que presencia o ato de libidinagem, como já falamos, também deveria integrar esse tipo, hipótese, portanto, em que deveria haver agravamento de pena por estar presumida a violência a menor de 14 anos —

todo o sistema do Código Penal, e seu artigo 224, alínea A, diz que presume-se a violência.

Quanto ao rapto violento ou mediante fraude, artigo 219: “Raptar mulher honesta mediante violência, grave ameaça ou fraude, com fim libidinoso.” Reclusão de dois a quatro anos. Primeira falha do dispositivo em apreço está nesse “mulher honesta”. Advogamos a tese, como já colocamos anteriormente, de que a legislação penal deveria se preocupar com o rapto da pessoa, não com a mulher honesta, que é um conceito extremamente subjetivo. Então, vejamos, alerte-se que essa norma não contempla a questão do menor de 18 anos e maior de 14, não dando a mínima importância à idade da vítima, o que é um grave erro. Esse dispositivo do Código Penal, que trata do rapto violento ou mediante fraude, esqueceu do jovem entre 14 e 18, porque, se for menor de 14, presumiria violência, mas, entre 14 e 18, ficou esquecida, também.

Há um capítulo especial, que seria o do lenocínio e do tráfico de mulheres. Ele aponta algumas espécies de delito que são de extrema relevância nesta abordagem, quais sejam: mediação para servir à lascívia de outrem, favorecimento da prostituição, casa de prostituição, rufianismo e tráfico e mulheres. Bem, o primeiro delito: mediação para servir à lascívia de outrem, artigo 227. O que significa isso? Induzir alguém — ainda bem que aqui está “alguém”, não está nem mulher, nem homem — a satisfazer a lascívia alheia. Pena: reclusão de um a três anos. É o crime de lenocínio. Diferencia-se este delito dos demais contra os costumes porque o agente, aquele que manipula, ao invés de satisfazer a sua própria lascívia, a sua própria libidinagem, ele procura satisfazer a luxúria alheia. Este tipo penal tem, justamente, ao penalizar tais condutas, o objetivo de evitar, dizem os doutrinadores, o desenvolvimento da prostituição, do interesse da comunidade, da corrupção moral. O parágrafo primeiro nos é especial, pelo fato de considerar qualificado o delito, se praticado contra vítima maior de 14 anos e menor de 18. Em se tratando de vítima menor de 14 anos, como já foi colocado, a violência será presumida, consoante o que dispõe o artigo 232, combinado com o 224, alínea A, do Código Penal, que implica, portanto, no agravamento das penas. E, nos termos do parágrafo segundo desse artigo 227, do lenocínio, quando o crime for cometido com emprego da violência, grave ameaça ou fraude, também, o crime é igualmente qualificado.

O segundo delito seria o favorecimento da prostituição, artigo 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone. Pena: reclusão de dois a cinco anos. Parágrafo primeiro: se tratar de menor entre 14 e 18 anos, reclusão de três a oito. Se o crime é cometido com violência, reclusão de quatro a 10. E, se o crime é cometido com fim de lucro, aplica-se também a multa.

Terceiro delito: casa de prostituição, artigo 229: Manter, por conta própria, ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para

fim libidinoso, haja ou não intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente. Reclusão de dois a cinco anos, e multa. Há os que definem a casa de prostituição como local onde as prostitutas exercem o comércio carnal. Ora, no entanto, o próprio tipo diz, claramente, “haja ou não intuito de lucro”, sendo que, existindo lucro, aplica-se a pena, além da prevista, a pena de multa, não é? Parágrafo terceiro do artigo 228. Este dispositivo é praticamente ineficaz, tendo em vista a orientação dos nossos próprios tribunais. Porque os motéis e os hotéis de alta rotatividade, licenciados, não são alcançados pela norma penal, mesmo que constituam locais em que exista a prática de libidinagem, alega-se que a sua manutenção não é dirigida à prostituição. Deu para entender? Então, a jurisprudência retira. O mesmo se dá com os drive-ins, com as casas de massagens, esses anúncios que a gente vê toda hora nos jornais. Portanto, vejam só a crueldade do sistema, esse licenciamento conduz à presunção de licitude de suas atividades. É vergonhoso.

É neste ponto que vem o grande problema do porno-turismo, pela dificuldade do seu enquadramento num tipo penal, a não ser por corrupção de menores. Há que ressaltar, ainda, que o artigo 229 não aborda o problema da vítima menor de 18 anos e maior de 14 anos. Também aqui, nessa matéria dedicada à prostituição, o Código Penal, novamente, silenciou nesse aspeto. Outro crime é o rufianismo, artigo 230: Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça. Pena: reclusão de um a quatro anos, e multa. Parágrafo primeiro: se for menor entre 14 e 18, pena de três a seis anos. Se houve emprego de violência ou grave ameaça, reclusão de dois a oito além da multa e sem prejuízo da correspondente violência, o concurso material de delitos.

E, por último, o tráfico de mulheres, artigo 231: Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha a exercer a prostituição, ou saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro, pena de três a oito anos. Se ocorre de ela ter entre 14 e 18, pena de quatro a dez anos de reclusão. Se houve violência, grave ameaça ou fraude, reclusão de cinco a 12 anos, além da pena correspondente à violência. E, se houve lucro, ainda aplica-se a multa.

Como podemos constatar, o Código Penal, ao tratar das questões relativas à prostituição a situa, genericamente, dentro do mundo dos maiores de idade. E, com ênfase à prostituição feminina, não dando a devida importância à prostituição masculina e, muito menos, à prostituição infantil. É certo que, quanto ao menor de 14 anos, em todas as hipóteses prescritas, a violência já se encontra presumida, na forma daquele artigo que eu já citei, o 224, com o conseqüente agravamento da pena. No entanto, as vítimas maiores de 14 e menores de 18 anos foram totalmente desconsideradas nesta leitura do Código Penal. Temos, dessa forma, ao contemplar o nosso Código Penal, um sistema punitivo que não pune, e sequer contramotiva a prática da prostituição infantil.

Um outro aspecto importantíssimo nesta reflexão em torno dos crimes sexuais infanto-juvenis, sobretudo, se considerarmos que a pessoa que está sendo manipulada e explorada é uma criança ou adolescente, refere-se à “peculiaridade” do nosso Código Penal, tê-los incluídos nos crimes contra os costumes e, portanto, tenta penalizar os que lesariam a moral sexual, os princípios familiares, etc., segundo a moral de 1940, não é? O Código é de 40. Ora, como se tem entendido, de fato ou na verdade, que a nossa moral tem sofrido grandes alterações, que a sociedade está mais livre das reprimendas sexuais do passado, esse tipo de argumento acaba por justificar a omissão da sociedade e do Estado nesse campo. No entanto, entendemos que, em se tratando de crianças e adolescentes, na realidade, tais condutas não seriam simplesmente contrárias à moralidade pública. Antes são condutas que atentam à integridade física e psíquica desses sujeitos, pois não é possível concebermos que o problema de meninos e meninas de sete, oito anos, que são sexualmente explorados, muitas vezes à força, seja uma questão simplesmente moral. É mais do que isso: é uma situação de horror, de barbárie. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1990, da qual o Brasil é um dos países signatários, determina, em seu artigo 19, que os Estados-partes adotarão medidas legislativas, administrativas, sociais e educacionais apropriadas para proteger a criança de todas as formas de violência, exploração, inclusive a sexual. No Brasil, como vocês sabem, a Convenção foi aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo número 28, de 14 setembro de 1990, sendo que, em 21 de novembro desse mesmo ano de 90, foi, finalmente, promulgada pelo Decreto número 99710. Portanto, a negligência de nosso País, no que tange à prostituição infantil é, na verdade, um desrespeito à Constituição Federal, um descaso à citada convenção, aos direitos proclamados no Estatuto da Criança e do Adolescente, em síntese, uma profunda negação aos direitos fundamentais da pessoa humana. Sobretudo, tendo-se em conta que esta negativa de cidadania atinge, justamente, aqueles que são merecedores de proteção especial e integral, por estarem num processo de desenvolvimento. E, o que mais nos indigna nessa abordagem, é que todo o sistema político é condescendente com tais abusos.

Por outro lado, ao tentar se elaborar uma leitura jurídica da prostituição infantil e, portanto, quais os mecanismos que o sistema penal teria para oferecer, a fim de se evitar a degradante exploração sexual infanto-juvenil, somos também levados a questionar se o mero advento de normas que dessem à questão um enfoque mais severo, no sentido, simplesmente, de impor penas mais drásticas, já seria suficiente. Parece óbvio que não, pois, como acuradamente coloca Garcia Pablos, a eficácia e prevenção do crime não depende tanto da maior efetividade do controle social formal da lei, se não da melhor integração, ou sincronização do controle social formal, o sistema jurídico, e informal, a

sociedade. E o que isso significa? Significa que a verdadeira prevenção de um problema tão sério como é a prostituição infantil se dará através de uma ação conjunta entre a sociedade e o Estado, se servindo de métodos e programas capazes de neutralizar o problema em sua origem. É lógico que a solução não se dará a curto prazo, mas isso não deve servir como argumento para o não agir. Além do que, também há que se considerar que a sociedade civil deve cobrar do Estado uma maior fiscalização em hotéis, motéis e congêneres. Inclusive, uma idéia, parece oportuno o estabelecimento de medidas que impliquem na imposição de multas significativas e, até mesmo, a interdição de estabelecimentos nos quais fosse flagrado o uso sexual de crianças e adolescentes, em detrimento, também, da responsabilidade penal. Certamente, temendo mais as multas ou o fechamento de suas atividades, do que propriamente a punição penal, ter-se-ia, acredito, uma diminuição dessa exploração. Pois, pensar em resolver estas questões com a mera prevenção pelo Direito Penal é uma ilusão. Porque, em primeiro lugar, a intervenção penal implica em elevados custos sociais e, em segundo, nem sempre o rigor das leis importa em sua efetividade. E esses dois fatores, custos sociais e não efetividade da lei, acabam por gerar esta questão da impunidade. E a este respeito já se pronunciara o jovem marquês de Beccaria, que escreveu um opúsculo dos delitos de Atenas, no ano de 1764, dois séculos atrás, com apenas 27 anos. Ele dizia que a perspectiva de um castigo moderado, mas inevitável, causará sempre uma impressão mais forte do que o vago temor de um suplício terrível, em relação ao qual se apresenta alguma esperança de impunidade.

Ella Wieco Volkmer de Castilho

Sub-Procuradora Geral da República

Vou reforçar alguns pontos que a Josiane levantou mas também vou introduzir alguns novos. Em primeiro lugar, acho que o título proposto para este debate (“A leitura jurídica da prostituição”) é muito interessante, porque evidencia de pronto a especificidade e a limitação da abordagem jurídica sobre o fenômeno da prostituição. Também é interessante porque insinua uma desconexão entre a visão do direito sobre o problema e a realidade deste, o que é um fato como nós veremos a seguir.

A leitura jurídica de que iremos tratar refere-se àquela que se faz no Brasil e que tem como base conceitual o Código Penal de 1940. O Código Penal não conceitua a prostituição nem pune a prostituição. Nos artigos 227 a 231, agrupados num capítulo que se intitula “Do lenocínio e do tráfico de mulheres”, encontramos os tipos penais que já foram aqui indicados, mas eu rememoro: mediação para servir à lascívia de outrem, favorecimento da prostituição, casa de prostituição, rufianismo e tráfico de mulheres. Em todos eles, o sujeito ativo do crime é a pessoa que promove a prostituição de alguém. Punível é o rufião, a rufiã, o cafetão, a cafetina. Quanto ao sujeito passivo, o título do capítulo e, especialmente, o tipo penal do artigo 231, de tráfico de mulheres, sugere ser a mulher. No contexto histórico-social em que foi editado o Código Penal de 40, a prostituição era vista como um fenômeno próprio da condição da mulher. Entretanto, como a redação daqueles tipos penais se refere ao sujeito passivo utilizando a palavra alguém, a lei pôde ser adaptar aos novos tempos, em que a prostituição masculina adquire relevância, ou talvez, apenas visibilidade. Assim, em conhecido manual de Direito Penal, na análise dos sujeitos passivos dos artigos 227 a 230, o autor afirma que, referindo-se a lei a alguém, não se pode excluir o homem, anotando que, nos maiores centros, a prostituição masculina já é atividade bastante desenvolvida. Com relação ao tráfico de pessoas para a prostituição, o Código Penal é restritivo. Só diz respeito ao tráfico de mulheres e ao tráfico internacional. O tráfico interno de mulheres e o tráfico de homens internacional e interno, para fins de prostituição, não são criminalizados. É possível, mas discutível, o seu enquadramento nos crimes de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional e de aliciamento para fins de emigração, em que o bem jurídico protegido é a organização do trabalho.

Portanto a prostituição no Direito Penal Brasileiro é, em primeiro lugar, a prostituição feminina. Em segundo lugar é prostituição de mulheres adolescentes ou adultas e não é de crianças. Este fato foi percebido pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil, e que, por isso, propôs mudanças na legislação penal. Nos crimes dos artigos 227 e 228, induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem e induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone, é prevista uma cláusula especial de aumento de pena se a vítima é maior de 14 anos e menor de 18, ou se o agente é seu ascendente, descendente, marido, irmão, tutor ou curador, ou pessoa a que esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda. Não há aumento de pena quando a vítima é menor de 14 anos, porque no sistema do Código, neste caso, há uma presunção de violência, ocorrendo crime diverso, como estupro, atentado violento ao pudor, etc. Ora, no que diz respeito aos meninos e meninas de rua, a situação de vulnerabilidade em que vivem torna improvável, se não impossível a persecução penal dos agentes de estupro e atentado violento ao pudor. Por outro lado, na jurisprudência é praticamente pacífico de que se trata de uma presunção relativa.

Entretanto, o que mais chama atenção nesta leitura jurídica da prostituição é a classificação dos crimes sob o título de “Crimes contra os costumes”, da mesma forma como os crimes de estupro, atentado violento ao pudor, posse sexual mediante fraude, atentado ao pudor mediante fraude, sedução, corrupção de menores, raptos violento ou mediante fraude, raptos consensuais, ato obsceno escrito, ou objeto obsceno. Tutela-se, todos os livros dizem isso, claramente, a disciplina da vida sexual, os bons costumes e a moralidade pública. Não me parece que a prostituição seja uma questão de costumes. A Convenção para Repressão do Tráfico de Pessoas e de Exploração da Prostituição de Outrem considera que a prostituição e o mal que a acompanha, ou seja, o tráfico de seres humanos para a prostituição, são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e colocam em perigo o bem-estar do indivíduo, da família e da comunidade. Por isso, acertadamente, na proposta da primeira subcomissão da Comissão incumbida de elaborar ante-projeto de lei de reforma da parte especial do Código Penal, os crimes em matéria de prostituição estão arrolados ao lado dos crimes relativos ao estado de escravidão em crimes contra a dignidade da pessoa humana. Essa proposta que, me parece, não foi veiculada suficientemente na imprensa, inclusive a Comissão Parlamentar de Inquérito parece que nem tomou conhecimento dela, é bastante interessante, e eu vou ler esses tipos penais que são propostos e para vocês perceberem que há uma mudança dessa leitura jurídica, da perspectiva do Direito, em relação à prostituição.

O crime de lenocínio passa a ser conceituado como “organizar, dirigir ou controlar a prostituição alheia, ou recrutar pessoas para encaminhá-las à prostituição”. Há um aumento de pena previsto se o recrutamento de pessoas for enganoso ou de pessoa menor de 12 anos. Tráfico de pessoas: promover ou facilitar, com o fim de obter vantagem econômica, a entrada no território nacional de quem venha exercer a prostituição ou sua saída, para exercê-la no estrangeiro. Então, amplia. Há um aumento de pena, também, em caso de violência ou grave ameaça. Rufianismo: tirar proveito, mediante a violência ou grave ameaça, da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça. Induzimento ou facilitação à prostituição. Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone. Aumento de pena: se o agente impede mediante violência ou grave ameaça, que alguém abandone a prostituição. Mediação para satisfazer a lascívia, induzir menor de 12 anos, ou alguém sujeito a sua autoridade, ou incapaz, por qualquer motivo, de consentir a satisfação da lascívia de outrem. E, finalmente, mediação com abuso do estado da vítima: induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem, abusando de seu estado de abandono ou de extrema necessidade econômica. Há um aumento de pena, se o crime é praticado com fim de lucro.

Nessa nova perspectiva, perderá a razão de ser a jurisprudência que eu trouxe aqui para vocês, onde vocês verificam que ela desqualifica as vítimas tendo em vista a sua experiência sexual. Quem foi vítima uma vez de abuso sexual nos crimes posteriores passa a ser julgado, passa na verdade a ser o réu. Para concluir, pode-se afirmar que o Direito brasileiro necessita fazer uma releitura do que é prostituição hoje, a fim de que as leis que a procuram evitar ou reprimir sejam mais adequadas. Entretanto a gente sabe que essas mudanças são muito demoradas. Então, ainda que não ocorram as mudanças legais, parece possível tornar mais eficiente a prevenção e a repressão como instrumental jurídico disponível, se os aplicadores do Direito passarem a contextualizar os casos individuais de prostituição, num âmbito macro-social. Penso que a repressão penal à prostituição infanto-juvenil deve estar inserida numa estratégia de enfrentamento global do problema. Isso exige uma articulação da administração criminal, polícia, ministério público, judiciário, com outras esferas da administração do poder público para definir a quem reprimir, quando, onde, e quanto.



Regina Santos
Brasília - DF

5º PAINEL

O PAPEL DO ESTADO E DA SOCIEDADE CIVIL NA QUESTÃO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENINAS E ADOLESCENTES

Vicente Faleiros

*Assistente Social - Doutor em Sociologia - Professor do
Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília*

Neide Castanha

Diretora Executiva da Fundação do Serviço Social-DF

Vicente Faleiros

*Assistente Social -- Doutor em Sociologia
- Professor do Departamento de Serviço
Social da Universidade de Brasília*

Quero expressar a satisfação pela realização deste encontro que está propiciando um aprofundamento de uma questão pouco debatida na sociedade. O tema que os organizadores colocaram hoje é bastante complexo, porque o papel da sociedade e do Estado envolve vários atores sociais. E nós não podemos falar do abstrato, temos que falar de uma maneira concreta do papel de cada ator. Mas, mesmo assim, eu vou desenvolver algumas grandes propostas que foram colocadas como política para a infância, para a criança e o adolescente no Brasil e, a partir dessas propostas, voltar hoje a apresentar na conjuntura quais seriam as alternativas.

O diagnóstico da situação já foi feito ontem e hoje. Vários expositores já mostraram a causa do problema da exploração sexual. No entanto, a gente se surpreende, cada vez que abre os jornais, diante da gravidade da situação. Aqui, no *Correio Braziliense* de domingo, numa página sobre Ceilândia, aparece: "Malas criam território livre das drogas." Infelizmente, a imagem de Ceilândia aparece vinculada à questão das drogas, e nós sabemos que Ceilândia, apesar de ser uma cidade onde mora uma parte dos excluídos, é uma cidade, e não pode ser identificada apenas como cidade das drogas, da Feira do Rolo, e isso vai estigmatizando, não só a população, mas a própria cidade. Mas nesta reportagem está um depoimento de uma menina, S.A.C. de 17 anos, que, segundo a reportagem, resolveu ir à luta para quebrar a monotonia criada pela falta de opção de lazer, tanto no local onde mora, como da própria vida. Por isso, calçou uma bota militar, vestiu uma jaqueta preta de gola alta, jogou um charme nos cabelos, e saiu sozinha para barbarizar, numa noite povoada de "noiados". E ela disse: "Taí, hoje topo qualquer parada, tô afinzona de uma merla." E diz assim: "A vida aqui é muito ruim. Você termina caindo nas mãos dos malas e dos maloqueiros. Todo mundo lá na escola se queixa disso."

Então, nós vemos, neste depoimento, o diagnóstico da ausência de política social. E, se nós analisarmos o contexto histórico brasileiro e o contexto político e familiar e relação à criança, nós podemos afirmar que a criança quase não existe, nesse contexto de políticas sociais. Ela passa a ser objeto de uma política maior. Eu vou enumerar aqui, quais são as grandes linhas políticas que tornaram a criança um objeto. Em primeiro lugar, foi a política de manutenção da ordem, a repressão. A criança era vista como ameaça. No início da Repú-

blica, temos vários depoimentos, e, atualmente, também, alguns, que mostram que a preocupação não era com a criança ao se formular juizados, instituições, reformatórios, mas era com a manutenção da ordem. Por isso que eu digo que a criança, enquanto sujeito de uma política, inexistia.

Essa proteção da ordem nós podemos ver, por exemplo, no depoimento do Franco Vaz, do início da República, quando ele diz que a questão da infância ainda está, no presente, num Estado embrionário. "Assiste-se o desfilar cotidiano de uma verdadeira legião de esquifes." Mas o que ele propõe é, ao mesmo tempo, medidas de combate às doenças, aos três monstros daquela época: tuberculose, sífilis e varíola, e também a repressão aos delinquentes, quando ele diz que a prisão, a cela, é o primeiro remédio eficaz contra o desregramento infantil, é a medicação de efeitos enérgicos e mais prontos, capaz de preparar o organismo da criança para receber os seus mais poderosos reconstituintes, a escola de reformas e a casa de preservação.

Esse depoimento faz parte de uma pesquisa que eu terminei sobre a história das políticas da infância. Eu não vou entrar em detalhes pela falta de tempo, mas essa preocupação com a ordem, que nós vimos desde o início da República, continuou com o Getúlio Vargas, quando implantou o SAM. O SAM é dos anos 40, o Serviço de Assistência a Menores, no sentido de manter a ordem social. A Funabem de certa maneira continuou com essa política, embora não fosse seu propósito inicial, com a política de internação de crianças. Então, nós temos, na história da República, toda uma preocupação em manter a ordem, usando a repressão, e isso faz com que a criança, na época chamada então de menor, era vista como objeto da política. Ela, como sujeito, não existia. A ordem é que predominava na proposta política.

E nós vemos a manifestação da ordem, principalmente através das instituições, do internamento, do isolamento, da contenção e da presença da polícia para reprimir a criança. As delegacias de menores foram criadas na época do Getúlio, nos anos 40. Essas delegacias prendiam as crianças não só porque eram autuadas em flagrante, mas por suspeita. Então, era o perigoso, considerado suspeito. Uma criança mal vestida, perambulando, na rua fora de hora, era, então, considerada já suspeita, pelo próprio fato das suas aparências. Então, o recolhimento da criança não era para protegê-la, era para proteger a ordem social.

A segunda proposta de política para a criança é a proteção, ou melhor, a proteção à indústria. É a proteção ao capital. Nesse sentido, a política em relação à criança pobre é de encaminhamento ao trabalho precoce e subalterno. Eu tenho aqui um depoimento de empresários, de 1930, quando eles dizem que o Código de Menores, de 1927, aplicado sem cautela, na expressão de sua letra, fatalmente lançará ao regaço da sociedade uma nova legião de candidatos à vagabundagem, ao vício e ao delito. O menor de seus males será a multiplicação de rufiões e meretrizes. Essa é a visão do empresariado, naquela época.

Nós precisamos é dar trabalho à criança, para evitar a vagabundagem, o mercialício, o vício e o delito. Então, quem não trabalha é vagabundo. Para a classe pobre, isso representa a inserção na sociedade, através do trabalho. E, na história das políticas sociais no Brasil durante a República, eu constatei a presença dessa política em todos os momentos, até na chamada Nova República, do Tancredo-Sarney, nós encontramos o programa “Bom Menino”, que é um programa típico de inserção da criança no trabalho.

E o discurso da maioria das elites brasileiras é o discurso do trabalho, e isso consta até da Constituição de 37, dizendo o seguinte: “O ensino pré-vocacional e profissional, destinado às classes menos favorecidas” — não é para a cidadania. A Constituição de 37 criou uma dupla cidadania: a cidadania dos ricos e a cidadania dos pobres. Então, o direito dos pobres em matéria de educação: o primeiro dever do Estado, é o ensino profissional. Cumpre-lhe dar execução a este dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados. Quer dizer, na própria Constituição de 37, a Constituição autoritária de Getúlio, nós vemos essa cidadania dos pobres, que é a cidadania do trabalho, a obrigação do trabalho. E, para os outros, era o direito ao estudo, mas, para o pobre, era a obrigação do trabalho. E a inserção no trabalho é, vamos dizer assim, a grande tendência de várias políticas. Então, a criança não existe, enquanto sujeito. Ela existe enquanto mão-de-obra. Ela existe enquanto objeto de trabalho. Então, essa segunda política, também, forçaria a hipótese ou a tese dessa minha exposição, que é: a criança não existe como sujeito de direito nas políticas sociais.

A terceira política é a preservação da raça, a preservação da higiene, a preservação da saúde pública. As políticas de saúde para a criança não estavam voltadas para proteger a criança, mas para proteger a raça. E isso foi bem claramente expresso, na criação do DNCR, o Departamento Nacional da Criança, no início dos anos 40. O diretor do DNCR, Clóvis Costa, disse que os órgãos da reprodução não pertencem ao seu portador, pertencem à espécie. Então, é um depoimento que mostra claramente que a chamada política de proteção à saúde era para impedir que se propagassem as doenças para as outras classes, ou para evitar degradação da raça. Então, a criança era inscrita na política social, não como sujeito, mas como objeto de controle, como se através dela se propagassem as doenças. E, no início da República, uma criança sífilítica era considerada um pequeno monstro, a criança era vista como um pequeno monstro. Como é que uma criança foi contrair sífilis? É porque ela é uma desregrada, manteve relações sexuais com adultos. Então, era considerada um monstrinho. Aliás, isso está muito comum no imaginário sobre a criança. Ou é monstro, bandido, mal-educado, perigoso, ou é um anjinho. Quando é bonzinho, é anjo, e quando é revoltado, é o diabo. Os jesuítas — não quis começar falando da Colônia — viam muito assim as crianças nas casas de muchachos, que eles criaram aqui, na época da Colônia ou como diabinhos ou como anji-

nhos. E isso passa, ainda, no imaginário da sociedade, na representação que a sociedade tem da criança. A criança não era sujeito nem na política de saúde nem na política do Departamento Nacional da Criança. No combate à tuberculose, à sífilis, a vacinação era para impedir que a raça se degenerasse. Então, é uma forma de fazer política em que a criança não é sujeito.

Não é para proteger a criança que se criam medidas. Para que se defenda vamos dizer assim, certas ações, certas estratégias da criança, mesmo a política de assistência, muitas vezes, se inscreve nesta visão de que o governo deve cuidar das crianças porque a nação está em jogo. Então, não é a criança como sujeito, mas o conjunto nacional, é o Brasil, é o povo brasileiro, é o bem do Brasil, é o bem da nação. A criança é o futuro da nação. Se fala muito nesse sentido. O atual presidente da República tem muito essa linguagem: “Se nós não fizermos isso, o Brasil vai ser prejudicado.” Confunde-se muito essa idéia de uma unidade nacional, com a visão nacionalista, escondendo a divisão da sociedade em classes, em grupos, em ricos e pobres. E, até, da parte de um sociólogo, é estranho ver como ele usa freqüentemente esse discurso de que o Brasil precisa, o Brasil está em jogo. E essa política está vinculada à idéia, na época da ditadura, à idéia da segurança nacional.

Então, esta é a sexta forma de incluir a criança na política. É para evitar perigos à segurança nacional. Toda política da Funabem esteve marcada pelo selo da segurança nacional. E o que era a segurança nacional? A segurança nacional era evitar as ameaças que o cidadão pudesse trazer à ordem estabelecida. Essas ameaças poderiam ser de caráter psicológico, político, moral, então, as políticas para a criança estavam voltadas para a segurança nacional. A própria Câmara dos Deputados, em 1976, quando criou a CPI, chamou-a de Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o problema da criança e do menor. Quer dizer, a própria CPI fez a distinção entre menor e criança. O menor, então, era o que ameaçava. E a conclusão a CPI da Câmara é a seguinte: “Se não forem tomadas medidas preventivas e de recuperação dos menores infratores, a vida se tornará insuportável para todos.” A política da criança era para tornar a vida das elites suportável, era para tirar os meninos da chamada marginalidade; era para tirar os meninos da rua; era para limpar, fazer uma limpeza nas ruas. Ou, tornar a vida das elites mais suportável.

Essas foram as grandes políticas em que a criança se tornava sujeito. Mas, atualmente, ainda é mais grave — depois, eu vou falar do Estatuto da Criança, rapidamente, mas porque a cultura dominante é ainda mais grave, no sentido dessa visão da criança. E para isso eu vou usar a tese do Christopher Lash, que escreveu o livro “O eu mínimo. O narcisismo. O eu narcísico” e, atualmente, “A rebelião das elites”. Porque até há pouco tempo, as elites tinham uma certa preocupação com a criança, uma certa dor de consciência que as levava a fazer alguma coisa. Mas, segundo Christopher Lash, hoje as elites descolaram completamente dos problemas sociais. Elas, o que ele chama de

analistas simbólicos, são aqueles que têm suas casas em Miami, suas grades nas portas, seus cachorros, suas escolas privadas, suas polícias. Eles não estão inscritos mais nas políticas públicas. As elites, hoje, estão num descaso total. Elas estão se lixando para a criança. Então, a criança pobre, mesmo inserida numa política global, ainda estava presente. Mas, para as elites, hoje, elas não devem nem ter... eles não estão mais incomodados com ela. E a frase do Delfim Neto, na época em que ele era ministro do Figueiredo, quando disse que ele se preocupava com o mercado, e os que estão fora do mercado que se avenham com Deus, mostra bem esse descaso das elites. O Christopher Lash mostra isso, que há, na realidade, um descolamento das elites. Para quem quiser aprofundar um pouco, a *Folha de S. Paulo*, no caderno Mais, de 8 de janeiro de 95, trouxe uma reportagem da tese do Christopher Lash, da rebelião das elites, que se opõe à tese do Ortega y Gasset, dos anos 30, falando da rebelião das massas. Nós vemos uma outra fase da globalização da economia. Na globalização da economia, não é só o problema de produtividade, de mercado, mas é o problema em que os Estados estão diminuindo, e as elites não precisam mais do Estado para viver. E, por isso, elas estão globalizadas. Hoje, elas podem comprar um produto em Miami; amanhã podem estar em Cingapura, depois em Hong Kong; aplicar seu dinheiro em minutos em Tóquio, retirar e mandar o dinheiro de Tóquio para Londres. Então, não há mais Estado para as elites. As elites mundiais. Os analistas simbólicos. E isso faz com que a visão que eles têm do Estado seja ainda muito mais secundária. Eles perderam a consciência da ação para a pobreza e da importância do Estado. Mas, justamente, nós não podemos pensar numa política social para a criança sem a presença do Estado. O Estado é a garantia de direitos. E sem, também, uma presença ativa da sociedade.

Ontem, discutiu-se aqui a questão da família, de reestruturação da família ou não. Existem muitas formas de famílias. Nós não podemos imaginar que a criança está inserida na família ideal de papai, mamãe, um menino e uma menina. A criança tem muitas formas de família. Pode ser com a tia, com a avó, com o irmão, com amigos. Há necessidade de nós pensarmos uma política com a família que existe, e com o reforço das políticas sociais do Estado. E eu vou fazer seis propostas para, então, podermos trabalhar com essa família que existe e com o reforço do Estado.

A primeira questão, que é uma questão cultural e social, é a política da negociação, do que os americanos chamam *bargain*. Porque essa política supõe a presença da criança, e não a sua ausência. Torná-la sujeito de direitos na prática. Negociar significa o respeito ao outro, ouvir a sua opinião, dialogar. Significa... não é negociata, não. Negociar... no Brasil, esta palavra tem muitos significados, mas eu estou usando a palavra negociação no sentido de concessão, de respeito, e que pode e que deve ser traduzida na prática do dia a dia. Em todas as situações em que nós trabalhamos com crianças, nós precisamos

ter esse campo de possíveis da negociação, para que a criança exprima seu desejo, e para que nós possamos reduzir o autoritarismo da nossa cultura. Nós, ainda, somos herdeiros da escravidão. Nós ainda não acabamos com a escravidão, nas nossas cabeças, no nosso coração e no nosso dia a dia. O Contardo Caligari, psiquiatra italiano que trabalha em Porto Alegre, disse uma frase que eu li num artigo que ele escreveu, que me impressionou muito. Que até na psicanálise ele descobriu que o brasileiro quer ser dono do outro no imaginário. Então, nós não podemos ser donos da criança. A criança não tem dono, não tem propriedade nem da família — essa família que existe — nem do Estado. Ela é um sujeito. E o ECA, o Estatuto da Criança e do Adolescente, trouxe para o bojo da sociedade essa proposta da proteção integral da criança como sujeito dos direitos e da negociação.

A segunda proposta, que estou chamado de “dar chances”, porque o menino da Ceilândia disse o seguinte: “Eu não tenho chances, por isso eu barbarizo.” Dar chances é o processo civilizatório, é criar possibilidades de lazer, de cultura, de expressão, de identidade. E não essa política do descaso das elites. A terceira proposta é prevenir. A grande ênfase é a prevenção. Prevenir com participação. E o que significa prevenir? Infelizmente, nós vamos ter que discutir isso um pouco depois. Talvez as pessoas aqui tenham mais experiência do que eu. Mas é tomar ações radicais. Prevenir é ser radical. Não é esperar que a coisa aconteça. É mudar as relações, antes que elas aconteçam.

A quarta proposta é vigiar e punir. Sim, mas não as crianças. Vigiar e punir os traficantes, os exploradores, o narcotráfico. O Estado tem que criar um sistema de vigilância, e o SOS criança, por exemplo, tem que se tornar um instrumento constante de acompanhamento das violações, da negligência em relação à criança. A quinta proposta é, realmente, proteger. Nós precisamos de proteção especial para a criança, como ser em desenvolvimento. E, finalmente, educar, escolarizar. Porque é a escola, na realidade, o local onde a criança tem a possibilidade de transformar o seu conhecimento e a sua relação com o mundo. É o lugar da aprendizagem. O Jürgen Habermas, no livro “O agir comunicativo” insiste muito nesse processo da aprendizagem. Esta é a característica do ser humano: o ser humano é um eterno aprendiz, como diz a música do Gonzaguinha. É preciso estar nesse processo permanentemente e a escola é esse instrumento.

Eu vou encerrar aqui, então, mostrando que essa discussão, esses movimentos de defesa da criança e o Estatuto podem abrir uma nova agenda para que a criança realmente se torne o sujeito e passe a existir.

Neide Castanha

*Diretora Executiva da Fundação
do Serviço Social-DF*

O primeiro balizador para que possamos pensar a situação da menina ou da adolescente em situação de exploração ou abuso sexual é o Estado como garantidor de direito. E ao pensar desta forma você tem que ampliar o que é que você está colocando de conceito à questão de direitos. É aquele direito que você pode quantificar ou qualificar numa forma processualmente executável ou é aquele direito que você entende que a garantia da cidadania se constrói nessa relação objetiva do Estado e da sociedade e na garantia do cidadão, na garantia da pessoa. Ou seja, que direito você pode estar construindo e legitimando.

Digo isso porque é muito presente, hoje, a nossa preocupação quando se discute a questão da família. Por isso disse que, talvez, ouvisse o professor Faleiros mais ealaria menos. Hoje nós temos algumas questões e é preciso ter algumas rupturas com elas. Então, normalmente, quando você está falando sobretudo da menina na situação de negligência, de exploração, a primeira referência que você tem é que o desamparo daquela menina advém de uma situação do não amparo familiar. E, quando você coloca a questão desse amparo familiar há, ainda hoje, apesar de toda a expansão que temos de mecanismos e instrumentos como o ECA, há uma tendência a reverter que essa família é aquela família, professor Faleiros, do papai, mamãe e dos irmãos, que estão todos morando em casa, e aquela menina quer apenas fugir. E, aí, tem um problema bastante sério: é que a própria intervenção do Estado, mesmo com as melhores das intenções das políticas públicas de saúde, de educação, pode ser uma intervenção de negação de direitos, de direito, inclusive, de não querer aquela família daquela forma e, ser uma pessoa que quer aos 14, aos 15, aos 16 anos, ter a sua família, fazer a sua vida, organizar a sua vida.

Eu acho que essa noção do Estado como garantidor de direitos, de chances, de oportunidades, atuante para diminuir a situação de carência, de miséria, de abandono, não significa negar energia, negar vida, negar possibilidade de reação, e eu penso que é o grande desafio que se coloca. Acho que, por exemplo, no nosso caso do DF, o que a gente tem observado é que existe, às vezes, dentro das políticas de educação, de saúde, de assistência, toda uma formulação de conceitos, e uma articulação operacional onde vamos dizer a questão da garantia dos direitos da criança e do adolescente, sobretudo, depois do Estatuto, aparece até como diretriz, muitas vezes até como prioridade.

Agora, a falta de visibilidade, a falta de transparência objetiva no enfrentamento de questões que são tabus, que são preconceituosas por ser, não de graça, mas advinda de toda uma situação cultural, é que, efetivamente, impede uma eficácia na aplicação de qualquer medida que, penso eu, não sei, com um pouco de pretensão, poderia estar abrangendo o conjunto de propostas que o professor Faleiros colocou. Juntando a questão da vigilância, mas a vigilância conseqüente, que pudesse ter o aspecto protetivo da vítima, não a vigilância da vítima quando ela fosse punida. A questão de estabelecer um tipo de relação com esse segmento — e, aí, estou falando no segmento feminino — que, realmente, garantisse sua identidade. Todos os trabalhos práticos de que tenho conhecimento, que se dizem de atendimento à menina, nós temos trabalho, às vezes, temos convênio que atende à mãe solteira, à menina que acabou de dar à luz... no entanto, essa questão não é colocada, é camuflada. Qual é o objetivo? Combater a miséria, combater a fome, integrar a família, proteger o filho via adoção, via guarda, enfim, a questão substancial colocada não é encarada. Quando você pega programas de prevenção de saúde, de pré-natal, várias adolescentes grávidas, várias adolescentes que vivem de rua, no entanto, você não tem nenhum programa específico que atenta para o fenômeno que, quando estamos num momento destes, é mais do que visível em sua dimensão, sua problemática e sua complexidade e o seu desafio para a própria sustentação do estado de direito anunciado como o grande objetivo daquela política.

Para nós, por último, eu entendo que, realmente, essa questão do dono da criança é fundamental. Ela perpassa por uma grande reflexão, um grande aprofundamento: o que queremos com o que estamos fazendo, ou realmente teremos pouca condição de saber onde vamos chegar na questão da cidadania. Porque, efetivamente, o que entendemos é que uma questão que é da sociedade, a posição do Estado deve ser viabilizadora e criadora de chances e garantidora de direitos. Ele não pode ser a intervenção autoritária, de garantia daquilo que ele entende que são as garantias da proteção, da assistência, enfim... só que, para isso... então, nesse caso, eu acho que é um processo de construção do Estado com a sociedade que, sem dúvida, terá que enfrentar diferentes aspectos para estabelecimento de um marco de ruptura, os aspectos culturais, que estarão envolvendo os aspectos morais, os conceitos tradicionais de família... mas, sobretudo, essa questão da garantia da identidade das diferentes maneiras de as pessoas surgirem e serem. Surgirem meninos de ruas, surgirem prostitutas. Aí, sim, enquanto nós, no momento, no Estado, não podemos conceber que o Estado seja ou demonstre a sua vontade, ou a sua proposição a partir de manifestação de uma vontade política consolidada em leis, decretos, programas. O Estado não é apenas essa coisa que se apresenta através das suas organizações formais ou objetivas. Nesse caso, o Estado é o conjunto das ações e intervenções que se fazem com diferentes interlocutores e intervenientes. E aí eu acho que nós, servidores públicos, que estamos dentro da operação, temos também um grande compromisso com essa questão. Esse compromisso não pode se

fazer apenas numa adesão de indignação, de lamentação ou da denúncia dentro de situações. Mas, eu acho que um enorme investimento na capacitação nossa de sermos executores de políticas públicas, mas que possamos efetivamente ter concepções claras do aspecto de que estamos executando política pública que promova cidadania, que garanta direitos e garanta identidades. Eu disse que nem traria proposições, nem traria avaliações mas, na verdade, preocupações que estão embasadas em compromissos enquanto Estado que possa, efetivamente, reconhecendo que não pode ser dono de identidades, ser dono de sujeitos, mas ser facilitador, propositor de medidas que envolva sociedade e Estado num desafio que é produto de toda uma sociedade, destacando o papel em que nós, executores dessa política, precisamos achar que o nosso momento é no momento apenas do espaço aberto, onde podemos fazer as nossas queixas ou as nossas lamentações. Mas que possamos trazer a nossa produção removendo tecnologias de posturas tradicionais que não mais representem o que a realidade nos aponta e construindo, a partir da nossa prática, a partir da nossa experiência, mas a partir do estudo, novas formas para que possamos vencer desafios colocados como dever do Estado também.



Pedro Moraes ©
Rio - Brasil

6º PAINEL

**A MÍDIA E A VIOLÊNCIA
SEXUAL**

Gilberto Dimenstein

Jornalista da Folha de São Paulo

Beto Almeida

*Vice-Presidente da Federação Nacional de
Jornalistas-FENAJ*

Gilberto Dimenstein

Jornalista da Folha de S. Paulo

Vou tentar ser o mais objetivo possível no sentido de tentar que a minha colocação aqui seja no sentido de uma reflexão sobre o encarar a mídia, como enfrentar a mídia, como lidar com a mídia. É muito comum eu ouvir uma galeria de reclamações sobre a imprensa, jornal, rádio e TV. Eu posso dizer que a maioria das reclamações tem fundamento, ou porque não cobrem o evento ou porque não cobrem a área ou porque a imprensa sabe mal o que a gente chama de Quarto Mundo, e aí está incluída a questão das meninas, das mulheres, das pessoas prostituídas e é verdade. Ou porque não cobrem, em absoluto, e aí também é verdade. Ou porque distorce, o que também é verdade.

O ponto central da discussão, no meu modo de ver, é um princípio óbvio de jornalismo que nós temos infelizmente que lidar com ele. A imprensa reflete, quase com perfeição, as prioridades e os preconceitos de uma sociedade. Então ela se municia dos preconceitos. Ela se municia de prioridades e ela se reforça de preconceitos e prioridades. Eu vou citar uma frase que me repetiam quando eu comecei a trabalhar como jornalista. E eu insistia muito em trazer para a redação matérias sobre favelas, crianças; enfim, aquilo que a gente instituiu chamar de Quarto Mundo. A explicação geralmente dada era a seguinte: pobre não lê jornal. Era essa a visão: pobre não lê jornal, então não insista muito em escrever sobre a pobreza. Porque o que interessa são assuntos que interessam à classe média. Se vocês forem ler os jornais hoje, vocês vão ver que essa norma em maior ou menor grau persiste: pobre não lê jornal, pobre não compra jornal, pobre não é consumidor dos produtos que o jornal pode anunciar. Resultado, jornais como a Folha e o Estado, o Globo, e o JB são capazes de cobrir com perfeição toda a evolução da bolsa de mercadorias de Chicago, ou então da bolsa de valores de Nova Iorque, ou então da bolsa de valores de Tóquio. Mas não cobrimos mortalidade infantil. E vocês que trabalham com a questão social têm uma confluência com jornalistas num certo ponto, que é a carência de dados. Raros dados na área social são confiáveis e todos somos vítimas desses dados e todos acabamos perpetrando também esses dados, o que também reflete uma falta de esforço e empenho tanto da imprensa, como dos órgãos governamentais de não tentar buscar mais precisão nos dados.

Quando eu falo em preconceitos e prioridades não estou falando de algo abstrato ou algo teórico, estou falando de algo muito cruel, qual seja: no mo-

mento em que a imprensa não percebe como um problema é importante, como é contundente, como é consistente, como é relevante, você acaba criando um ciclo vicioso do silêncio. Como você não fala, ninguém fala. Como ninguém fala, não é preocupação da sociedade. Se não é preocupação da sociedade, por que é que vou escrever se não vende jornal? Esse é o ponto.

Vou pegar um caso aqui que me parece mais sintomático disso tudo, que é a questão da tortura. No meu tempo de adolescente a questão da tortura era o ponto central que dividia o mundo das trevas do mundo dos homens dignos, o mundo da ditadura do mundo da democracia, o mundo do inferno do paraíso. Era a tortura que dava essa delimitação. Ou seja, quem estava favorável ou contra a tortura. Muito bem, passa o regime militar, é instituído o regime civil e a tortura permanece, como todos sabem, diariamente, nas delegacias policiais. Não é novidade para ninguém que a tortura é um método habitual, rotineiro, experimentado de se obter confissões dos presos. Raramente se vê notícias sobre torturas nos meios de comunicação. Vocês peguem jornal e vejam se tem notícias. O que tem por trás desse processo? Tem por trás que até nós, pessoas rotuladas como progressistas, liberais, socialmente preocupados achamos que, de alguma forma, existem duas categorias de pessoas. Existe uma categoria de pessoa habilitada a sentir dor. Existe uma categoria de pessoa não habilitada a sentir dor. Os não habilitados a sentir dor éramos nós, classe média, que eventualmente acabávamos na prisão, torturados. Isso parecia o máximo do inferno político. Os habilitados a sentir dor são as pessoas pobres que, de algum forma, absorveriam os paus de araras, os choques elétricos com maior facilidade. E por mais que a gente tente colocar no noticiário a questão da tortura, você vai e ele volta. Não há uma relação de consistência como tinha na época do regime militar. Está faltando o que é essencial no trabalho social, e que tem a ver com vocês, que é uma opinião pública qualificada em termos de pressão.

Eu descobri com uma repórter o seguinte: quanto mais desqualificada, em termos de pressão é a clientela, mais deteriorada e mais pobre é a mão-de-obra que trabalha para essa clientela. Eu vou dar um exemplo para vocês que me parece bastante acabado. Se hoje vocês pudessem parar um dia, dois dias, três dias o Banco do Brasil, iria ter uma semi-revolução no País, crédito agrícola, financiamento. Mas quando se parou o programa do leite, não aconteceu absolutamente nada. Porque as vozes não se ouviam, as reclamações não se ouviam. Área social. Por que a mão-de-obra da área social é uma mão-de-obra mais esmagada do serviço público? Eu posso até tomar um caso recente de S. Paulo, em que um professor primário, de primeiro grau, está ganhando 141 reais por mês, no Estado mais rico da Federação. Por que isso daí? Porque, de alguma forma, a classe que tinha força de opinião, que é a classe média, tirou seu filho da escola pública e, na escola pública, permaneceu o filho da empre-

gada, da arrumadeira, do operário. Então, tirou a força de opinião. Resultado, quanto mais carente, frágil a clientela, frágeis serão os outros recursos em volta dela. Isso é o que eu chamo da lei da covardia social. O Estado, em vez de agir compensando a fragilidade, age reforçando a fragilidade. Por que, qual a lógica para que as primeiras damas tenham monopólio da atividade assistencial nos Estados? Porque se imagina que caiba à mulher o dom da sensibilidade. E como criança é assunto da sensibilidade, você coloca uma pessoa sensível para cuidar de uma LBA, por exemplo. De uma ex-LBA, ou de órgãos assistenciais. Se eu propusesse o seguinte: olha, cada primeira-dama vai cuidar da Secretaria da Fazenda do seu Estado, ou do Banco Central, iam achar que eu estou maluco. Mas a primeira-dama, despreparada, que nunca estudou, nunca teve nenhuma preocupação com Sociologia, Assistência Social, pode, muito bem, cuidar de uma área em que um erro pode custar uma vida humana, como vocês estão muito bem conscientes disso.

Qual é a saída para esse tipo de situação, que eu acho vital? Um lado é, infelizmente, demorado, que é a mudança das prioridades de uma sociedade, o que é muito, muito complicado. É um trabalho de anos. Eu volto a citar São Paulo, que é o Estado mais rico, e com uma classe média gigantesca: foram assassinados, só pela Polícia Militar, nos últimos três meses, quase 300 pessoas. Só pela Polícia Militar. Na verdade, a conta é de 250. Você não vê nenhum movimento contra isso, em São Paulo. Ao contrário, o que você vê é um reforço tácito, ou até explícito a esse tipo de extermínio. Os esquadrões da morte com sustentação nas camadas mais pobres. Os radialistas, que têm uma força negativa muito grande para estimularem esse tipo de ciclo da violência, têm uma alta popularidade. Alguns deles até se elegem deputados, muito bem votados.

Existem duas lógicas para se tentar reverter isso. Primeira lógica é a dinâmica social que, como disse, fica muito complicado. É uma sociedade que tem que mudar de prioridades, de tempo a tempo. Tem uma frase de um aristocrata, no tempo do Império, que dizia o seguinte — ele estava na casa grande, vendo os escravos capinarem, naquele sol do meio-dia, e ele falou o seguinte: “Veja como Deus é sábio. Ele fez os homens de pele clara para ficarem na sombra, e os homens de pele escura mais resistentes para ficarem ao sol.” De alguma forma, esse tipo de visão vai se perdurando. E é em cima dela que nós vamos ter que trabalhar. É em cima dela que as pessoas envolvidas com a tentativa de rompimento do *apartheid* social vão trabalhar. Lamento muito, mas isso é coisa de 40, 50, 100 anos. E passa, fundamentalmente, por você mudar as gerações que estão vindo, trabalhando nas escolas.

O segundo ponto, que é o ponto conjuntural, é tentar mudar a relação que os operadores sociais têm com a imprensa. Isso, pela minha experiência, é

possível fazer, embora também seja difícil. É você tentar ir mudando, lentamente, a pauta da imprensa. Acho até que, no Brasil, houve um avanço muito grande, a duras penas, de você colocar a menina, a criança, a mulher no noticiário de jornal. Quando aparecia o tema menina, mulher, criança, aparecia lá embaixo, nas páginas mais recônditas, e, mesmo assim, sem significação. Hoje, você já começa a ver, apesar de toda a fragilidade, já tem um sentido político o tema da marginalidade. Hoje, você vê vários governadores, vários prefeitos, ou, até mesmo, presidente, ainda que retoricamente, colocando a questão da exclusão social como um ponto importante. Se estão fazendo coisas favoráveis a isso, no sentido de acabar, se há vontade política, que é o que a gente gostaria, já é outra discussão. Mas que houve uma mudança retórica, houve.

Também houve uma mudança na imprensa, muito pequena, mas houve. Eu me lembro que, em 89, comecei a fazer uma série de reportagens sobre assassinatos de crianças, que, até então, o que havia eram poucos indícios. E o que eu constatei, aterrorizado, é que já desde meados da década de 70, havia indícios de extermínio generalizado no Brasil, e, mais, não havia uma única reportagem nos jornais, sobre o assunto. Era como se os subterrâneos da sociedade pudessem conviver pacificamente com a elite do País. E o que é mais engraçado nesse processo (e, aí, eu acho que está o grande gancho para tentar mudar essa lógica) é uma relação absolutamente contraditória, entre exclusão social e democracia, na medida que democracia é o respeito a direitos e deveres. Mas, no Brasil, as coisas funcionam como se a democracia fosse em camadas que não se interligassem. Ninguém pode dizer que nós não vivemos hoje num nível de democracia muito avançado, mesmo. Inclusive, a Constituição é sofisticada. Você não encontra, na história mundial um exemplo do *impeachment* que o presidente viveu em 92. Eu me lembro até que, quando se começou a falar em *impeachment*, havia uma suspeita de que houvesse um golpe de Estado no Brasil. E, se vocês se lembram do processo, se derrubou o presidente sem que um único tapa fosse dado em ninguém, sem um único tiro. Isso num país latino-americano, com uma tradição democrática que em nada faz lembrar dos países... dos Estados Unidos, de uma Inglaterra, ou de outros países da Europa.

De um lado, você teve um avanço estrondoso na área política, com uma germinação fabulosa de ONG's, a forma mais sofisticada que você tem de participação política, que dá uma nova noção ao que é público. Mas, de outro lado, você foi para a barbárie. Você aumentou o nível de assassinatos de crianças; aumentou o nível de violência contra meninas; aumentou o nível de violência contra a mulher. E, quanto mais na ponta da cadeia social que você estava, mais você sofria. Para mim, ficou patente que, nessa lei da covardia social, o pobre é a grande vítima, dentro do pobre, a mulher, e, depois da mulher,

a menina. É, justamente, pela ordem. Então, vocês que estão trabalhando com esse material, vocês estão trabalhando com o lado mais frágil da cadeia social, em que todas as formas de opressão se sintetizam — a violência da família, a violência da falta de educação, da falta de saúde, a violência do policial, a violência do cliente de uma eventual prostituta.

O ponto para se mudar esse tipo de relação dos meios de comunicação e, logo, do poder, é uma pressão permanente. Acho que o Brasil, com todos os avanços, não aprendeu a fazer lobby, ou melhor, fazem lobby os grupos mais organizados. Então, uma Souza Cruz, uma FIESP, mas é um lobby que beira a delinquência. É você comprar um, dois, três deputados, financiar a candidatura de um ministro, de um governador, financiar a candidatura de um presidente, é você ir nos jantares com o secretário da Receita Federal, e assim por diante. Os lobbies que, realmente, deveriam acontecer são os dos grupos mais marginalizados, eles não acontecem. Eu acho estupendo, de um lado, que eu estou vendo ao contrário, a descoordenação desses grupos. É espantoso como grupos de ONG's brigam entre si. É espantoso como falta profissionalismo em muitas dessas ONG's. É espantoso como alguns setores da imprensa resolvem fazer campanhas contra entidades sérias de crianças, que eu já vi várias, e a reação é pequena, é ínfima. Eu tiro, como exemplo, uma entidade chamada Fórum da Criança e do Adolescente que fez um trabalho magistral para que se aprovasse o Estatuto da Criança e do Adolescente e se colocasse na Constituição a prioridade à infância como algo absoluto, de repente, o órgão vai se esfacelando. E você já não nota mais no noticiário, não nota mais a pressão política. É incrível como as verbas sociais no Brasil são mal usadas, mal distribuídas, e não se conseguem forças que possam segurar. É incrível que você tenha, hoje, 7000 entidades assistenciais sem receber os recursos do governo federal, e você não veja notícia no jornal, quase. Cada centavo que não vai no dia da entidade assistencial é, sei lá, uma criança morrendo, ou uma criança ficando doente, ou é um trabalho de anos e anos de recuperação do indivíduo, que está sendo jogado fora. E você não nota uma reação.

A conclusão disso: você tem que se organizar mais. Tem que pressionar mais, tem que conversar mais com jornalistas, tem que ir mais em redação, tem que fortalecer as ONG's, tem que profissionalizar as ONG's, tem que estar o tempo todo oferecendo alternativas de melhoria à sociedade. E eu acho, por outro lado, que apesar dessas dificuldades, há notícias positivas. A retórica brasileira hoje está mais favorável ao tema da exclusão social. Há uma preocupação de alguns grupos empresariais de que a exclusão social engolfe eles mesmos, porque o nível da violência na sociedade ficou muito alto, o nível de seqüestros, o nível de homicídios... essa intervenção no Rio de Janeiro mostrou até que ponto uma polícia pode se contaminar pelo crime organizado, o quanto

uma cidade pode ser sitiada pela violência, pelo que a gente chama, em Sociologia, de anomia, que é quando todas as regras se desfalecem.

Eu não queria me alongar muito, até para permitir que eu possa ver qual o nível de preocupação que vocês têm, mas é exatamente essa a colocação que eu faço. A mídia está mal em relação a vocês, muito além do que poderia fazer. Acho que a mídia é cúmplice de uma série de erros nessa área. Eu acho que a mídia é cúmplice de uma série de direitos humanos desrespeitados diariamente. Eu acho que a mídia é cúmplice de uma política social ruim, corrupta, clientelística. Mas esse caminho tem que ser de dois: tem que vir do nosso lado uma melhoria nisso, e tem que vir, do lado de vocês, uma maior pressão, para que a gente consiga colocar a questão da marginalidade não como um trabalho esporádico, ou como indignações esporádicas, como hoje acontece — de repente, tem uma matéria que todo mundo fica indignado, aí você faz uma ou outra coisa e você acaba, mas que seja um trabalho permanente de integração na cidadania. Obrigado.

Beto Almeida

*Vice-Presidente da Federação Nacional
de Jornalistas-FENAJ*

Acho que o debate está sendo muito produtivo. Vou tentar pegar apenas um ângulo da questão porque realmente o papel da mídia no que eu acho que seja o estímulo a uma consciência e uma atmosfera de violência generalizada, mas, em particular, a violência sexual contra crianças e adolescentes, é um papel muito amplo, não vai dar para abordar totalmente. Mas, um dos aspectos que eu gostaria de levantar precisa, primeiro, de um diagnóstico do que é hoje o conteúdo da mídia e, aí, enfocaria, principalmente, rádio e TV, em particular, alguns programas de televisão. Eu acho que esse conteúdo desumanizador, insensível, irresponsável e omissivo, frente a essas grandes questões humanas, para tratar de um problema como este de que estamos tratando, tem uma correspondência direta a forma como estão organizados, hoje, os meios de comunicação e pelo fato, também, de corresponderem à realidade social predominante no País, e da classe que domina este País ou outros países e que tem, realmente, uma atitude irresponsável frente ao problema social dessa gravidade.

Eu acho que, em particular, a programação destinada ao público infanto-juvenil, a gente poderia dizer que ela agride frontalmente alguns dos preceitos constitucionais, capítulo da Comunicação Social. Um deles, por exemplo, diz que é função dos meios de comunicação dar preferência a finalidades educativas, culturais, informativas ou que se deva, também, promover a cultura nacional, regional, estimular a produção independente. Nós vemos que isso é uma coisa praticamente vedada, proibida hoje nos meios de comunicação.

O terceiro preceito que está na Constituição também nesse capítulo diz respeito a promover o respeito a valores éticos, valores morais, sintonizados com aquilo que há de mais nobre da pessoa humana, da cidadania. Ou seja, isso é francamente agredido. Sequer esse capítulo da Comunicação Social da Constituição está regulamentado. E, principalmente, aqueles elementos que introduzem o que possibilitaria a participação da sociedade, como é o caso do Conselho de Comunicação Social, está há quatro anos sem ser regulamentado e implantado. Está parado no Congresso porque não há, obviamente, interesse de permitir uma participação da sociedade organizada na discussão do tema comunicação.

Mas vale a pena a gente tratar também alguns dos exemplos. Eu colocaria só, em função do tempo, os programas infantis basicamente da TV. O rádio é, basicamente adulto e ignora de maneira generalizada, com raríssimas exce-

ções, a questão infantil. Não tem uma programação infanto-juvenil acentuada na maioria dos programas e nós temos denúncias, recebidas na FENAJ — aliás tudo o que eu falo aqui é parte da reflexão que nós fazemos na FENAJ —, denúncias muito graves das cidades onde há uma vocação turística mais desenvolvida de que alguns programas, alguns radialistas estimulam, exatamente, essa prática do sexo-turismo, utilizam e se vangloriam dessa característica da cidade e buscam divulgar cada vez mais isso como um atrativo, um chamariz. Isso no rádio.

Mas, na televisão, nós poderíamos ver que há um padrão da maior parte dos programas infantis que começam com o formato das apresentadoras. Ou seja, as apresentadoras em geral tem um acento bastante desenvolvido, uma expressão corporal da sensualidade, vestidos muito curtos, enfim, uma expressão erotizada e um tipo de trejeito facial que estimula o duplo sentido, a malícia, uma forma inclusive de desenvolver brincadeiras que vão acentuar a competição, não a formação de uma consciência solidária, de um sentimento solidário, mas sim de práticas de destruição do outro. Tudo isso, essas mensagens como um todo, principalmente as brincadeiras de duplo sentido e a forma de estimular uma certa malícia, eu acho que cria uma atmosfera no público infantil, em primeiro lugar uma indução a uma sexualização precoce, que é uma erotização precoce num público que, por naturalidade, não está obviamente preparado, não tem a capacidade de discernimento para tratar desse tipo de mensagem de que é bombardeada. E nós temos dados que apontam uma frequência das crianças, de cerca de três horas em média por dia, diante de um televisor. Principalmente nesse tipo de programa. São os programas *Xou da Xuxa*, que agora mudou, a *Casa da Angélica*, geralmente são misses ou ex-misses que tenham uma preocupação muito grande pela exibição de formas sensuais e que não correspondem, exatamente, a brincadeiras normais que o público infantil tenderia a fazer por seu desenvolvimento natural. É nesse sentido que agride e desenvolve um outro tipo de atmosfera de banalização. Porque se fosse também um debate em relação a apontamentos de situações de sexualidade, tratadas com naturalidade, com base científica, com forma aberta, mas não. É tratado de uma forma que banaliza a questão sexual e que gera um espírito de malícia, de trapaça, não só nas brincadeiras e tem essa componente de erotismo também no restante das brincadeiras. São aqueles programas tipo *Sérgio Malandro*, *Clube da Criança*, *Casa da Angélica*. As exceções, a gente poderia apontar, são programas inteligentes como o *Castelo Ratinbum*, da TV Cultura de São Paulo, o *Bom Dia e Companhia*, o *Sítio do Picapau Amarelo*, embora um pouco já defasado, em termos de uma época, já são mensagens que, para um ritmo que nós vivemos hoje, em termos de linguagem televisiva, talvez um pouco já superado.

Mas o que eu acho interessante dizer também é que esse incentivo à malícia, ao duplo sentido, à sexualização precoce, à erotização forçada, numa mensagem deformada para o público infantil tem um resultado, uma conse-

quência sobre o conjunto da sociedade. E é aí que está o mais grave. Se fosse apenas ali, no público infantil, mas não, tem um efeito de legitimar, de convalidar uma tese como se fosse o seguinte: permissividade vale para qualquer idade ou safadeza em qualquer época; sexo com criança, por que não? Uma atmosfera tendente a favorecer a compreensão de que tudo pode valer, tudo pode ser aceito, que se aceita qualquer coisa, que se admite tudo e qualquer coisa. Esse é, a meu ver, o papel mais nefasto que a comunicação, no caso a TV, cumpre ao estimular, ao ser omissa diante de um problema como esse e acaba por ser, na sociedade, o reprodutor de uma atmosfera que vai dizer o seguinte: problema de sexo com criança, com adolescente, não é uma coisa tão aberrante. Cria-se a noção deformada de que se pode aceitar qualquer tipo de anomalia praticada com crianças e adolescentes. Isso é, que eu acho que é a consequência mais grave, mais nefasta desse tipo de programa, em especial porque não provocar, ao contrário, aquilo que eu acho que deveria ser o papel da mídia: levantar a indignação do cidadão, para que se forme uma consciência nacional de ruptura com esse tipo de mensagem que domina hoje os programas infantis.

Eu tenho três propostas de ação que correspondem também a uma discussão que, coletivamente, fazemos na FENAJ: Primeiro: a humanização dos meios de comunicação está completamente, radicalmente interligada com a democratização dos meios de comunicação, que é a nossa bandeira mais cara, conforme falou aqui o nosso presidente, o Américo, no dia da abertura. Inclusive que nos levou a abraçar, também, a promoção deste seminário. Nós vemos que jornalistas têm que cuidar também deste tema e também vemos que a questão da comunicação é muito séria para ser tratada apenas por jornalistas. Exatamente por isso que nós defendemos, como linha de ação, uma pressão dos vários organismos, entidades da sociedade civil sobre o Congresso Nacional para que seja instalado, imediatamente, aquilo que já é devido, que já é direito nosso, conquistado na Constituinte de 88, que é o Conselho de Comunicação Social. Para que os vários temas envolvendo a comunicação, resultado e conteúdo da comunicação, sejam tratados por diferentes atores, e não apenas pelos empresários, proprietários dos meios de comunicação que, hoje, podem fazer absolutamente tudo que quiserem e não têm que dar nenhuma explicação à sociedade, porque isso não lhes é cobrado.

Segundo: que a gente pudesse fazer uma pressão por uma reforma nos critérios de concessões e renovações das concessões de rádio e televisão, que é uma coisa que o ministro Sérgio Motta está colocando: ele disse que dentro de uma semana o presidente vai assinar um novo critério para a renovação dessas concessões. Esses novos critérios devem ser transparentes, devem privilegiar o não monopólio, devem abrir acesso à participação das entidades da sociedade civil, no meio, na forma e no processo da comunicação, e não apenas aquelas que estejam empresarialmente capacitadas para isso. Tratar a comunicação como um bem da sociedade é o sentido desta reivindicação. E por fim, para terminar, nós achamos que é possível fazer uma rede de comunicação alternati-

va, porque entendemos que a democratização verdadeira e radical dos meios de comunicação está associada a uma mudança global da sociedade. Mas parte disso, parte dos meios da caminhada para conseguir esse objetivo final é, por exemplo, construir, entre nós, organizações do movimento sindical, ONG's, igrejas, e essa rede de comunicação alternativa que é um dos projetos que nós vamos apresentar aqui hoje, na reunião que haverá depois com várias entidades, para que possamos fazer um programa radiofônico específico a esse problema de violência sexual contra meninas, meninos e adolescentes. E uma reivindicação, finalmente, aos partidos políticos para que cedam partes de seu horário gratuito para veiculação de vídeos e spots, onde essa questão da violência sexual seja tratada de forma digna, de forma indignada, de forma transformadora, como nós necessitamos. Esse é o objetivo da defesa que nós fazemos da humanização dos meios de comunicação.



Regina Santos
Brasília - DF

OFICINA

DESMISTIFICAÇÃO DO CORPO

Tuca Preguinolatto

*Professora de Dança e Arte do Movimento
e Dança Popular Brasileira*

Oficina de desmistificação do corpo

*Tuca Preguinolatto - Professora de Dança e Arte do Movimento
e Dança Popular Brasileira*

A intenção deste trabalho é o de resgatar, a partir da movimentação natural e espontânea da dança popular brasileira, a movimentação natural dos participantes da oficina.

Hoje em dia, principalmente nas grandes cidades, a população está cada vez mais distante da expressão primeira e original da cultura brasileira. Significa dizer que esta distância aparentemente inocente indica uma dissociação e dispersão de valores sociais e humanitários que se foram perdendo ao longo do desgastante caminho evolutivo da sociedade moderna.

Antigamente o convívio constante com a natureza tornava o aprendizado uma fonte rica de troca de experiências entre adultos e crianças, de respeito pelo ser humano e pelo meio ambiente.

A movimentação humana, de alguma maneira, imitava o mover-se sadio da natureza, não só nas danças ou comemorações, mas também no cotidiano do trabalho comunitário, tornando as pessoas mais íntegras e respeitadas, possibilitando relações humanas saudáveis.

Trabalhar o movimento das danças populares brasileiras recupera a movimentação espontânea das pessoas.

O Brasil é um país rico e privilegiado de manifestações culturais, principalmente devido à diversidade cultural dos povos que para cá se transferiram desde a época da descoberta.

A partir de profunda pesquisa e de minha permanência no Estado do Maranhão, local que preserva sobremaneira as manifestações populares de arte e cultura, selecionei uma destas manifestações que considero ideal para um trabalho com mulheres adolescentes. Trata-se da Dança do Cacurió ou Carimbó das Caixeiros, como é chamada no Maranhão. Caixeiros são denominadas as mulheres que tocam caixas, instrumento musical semelhante a um tambor coberto por pele de cabra de ambos os lados e tocado com um par de baquetas. Esta dança acontece no decorrer da Festa do Divino Espírito Santo, ocasião em que as mulheres (as caixeiros) são as responsáveis por toda a evolução da comemoração. São elas devotas do Divino, sérias na sua fé sem abandonar a brincadeira prazerosa e despreocupada que acontece ao final do festejo. É uma dança que evoca a feminilidade e sensualidade de uma maneira muito simples e brincalhona, fazendo sempre menção a algum movimento de trabalho ou da natureza.

Foi uma escolha acertada, pois as adolescentes que participaram da oficina durante o Seminário assimilaram o conteúdo muito espontânea e alegremente.

Junto a este trabalho realizamos uma cuidadosa vivência e conscientização corporal, onde se colocaram desde questões como a postura corporal mais adequada a uma saúde integral, até questões mais delicadas, como o fato de executar exercícios estando grávida e a importância desses exercícios, uma vez que três das adolescentes estavam grávidas.

Apesar de termos desenvolvido o trabalho em apenas dois dias acreditamos ter conseguido um resultado bastante satisfatório.

Como puderam perceber os participantes do Seminário o conteúdo do trabalho da oficina foi simples e por este mesmo motivo complexo, pois a experiência corporal vivida com simplicidade e verdade promove mudanças irrefutáveis, além de despertar grande prazer e respeito por si mesmo e consequentemente pelo próximo.



CONCLUSÃO

Conclusão

O Seminário sobre Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil, que inicialmente concebeu-se como um espaço de troca de conhecimentos, experiências e discussão de alternativas para o problema, fez emergir pontos relevantes e até então obscuros acerca do fenômeno na sociedade brasileira.

Acreditamos que demos início à construção de conteúdos teórico-metodológicos mais apropriados ao tratamento do fenômeno com a participação dos presentes ao evento.

A necessidade de luta em defesa dos direitos das crianças e adolescentes submetidos a este tipo de violência - a exploração sexual - foi reafirmada no painel sobre o “Panorama Nacional de Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes”. Esta foi também reafirmada a cada instante, a cada denúncia feita.

A multidisciplinariedade revelada nos temas e nos participantes, a articulação de instituições brasileiras e organismos internacionais, em especial a UNESCO, a ampla cobertura da mídia foram pontos positivos do evento.

Todos os painéis debatidos trouxeram contribuições importantes na luta pela defesa da criança e do adolescentes em situação de exploração sexual.

Quanto ao painel - Exploração sexual de meninas e adolescentes: aspectos históricos e conceituais, dada a complexidade que o envolve, o tema não apontou para uma definição consensual ao longo dos trabalhos. Alguns aspectos merecem ser aprofundados, como a questão da conceituação do objeto da nossa preocupação, ou seja: que tratamento utilizar, “prostituição” ou “exploração sexual”, que, apesar de um relativo consenso pela utilização do último termo, há questões a serem resolvidas, sendo no próprio Seminário levantada uma indagação: se quer diferenciar a exploração de meninas e adolescentes daquela relativa a de adultos, não é esta também um tipo de exploração? Outra indagação destacada na discussão refere-se ao lugar que a prostituição representa na exploração do trabalho infanto-juvenil.

No que tange ao objeto da exploração sexual de crianças e adolescentes ficou claro que embora a visibilidade seja maior de crianças e adolescentes do sexo feminino, as experiências relatadas no Seminário demonstraram que existe uma grande inserção de meninos nas redes de exploração sexual.

Quanto ao “Panorama Nacional da Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes”, o ponto de destaque é que este fenômeno é observado em todas as regiões do País, resguardando as suas peculiaridades. Em Recife-PE e For-

taleza-CE o sexo-turismo é bastante evidenciado enquanto rede de exploração sexual. No Norte do País, nas regiões de garimpo e fronteiras são destacadas outras relações de exploração sexual associadas ao cativo, ao extermínio e à escravidão.

Algumas estratégias estão sendo adotadas para o enfrentamento da prática da exploração sexual infanto-juvenil. Uma delas, e prioritária, é a construção de um novo paradigma de atenção e proteção à infância brasileira. Este novo paradigma está evidenciado no documento maior — O Estatuto da Criança e do Adolescente que preconiza a criança como um sujeito de direito.

Nesta direção, o ponto importante do Seminário foi ter destacado a questão da aplicabilidade deste Estatuto, de como a sociedade civil através de seus canais de intervenção e o Estado através de suas políticas básicas de Assistência e Proteção Especial podem intervir de forma articulada e integrada, tanto do ponto de vista nacional como internacional no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

Algumas experiências foram relatadas em nível da sociedade civil e neste campo destacam-se as ONG's com maior número de projetos e ações dirigidas às meninas e adolescentes submetidas à exploração. A perspectiva é desenvolver cada vez mais um esforço no sentido de articular as ações dessas ONG's com as ações das políticas básicas executadas no âmbito do Estado.

Nesta perspectiva, a inquietude dos profissionais presentes ao Seminário voltava-se para novas formas de intervenção e práticas institucionais, no enfrentamento do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil.

O Seminário trouxe também, oportunamente e a público, as dificuldades, a falta de apoio governamental e o estágio em que se encontram algumas pesquisas no país, denotando que as poucas existentes não parecem ser divulgadas adequadamente e, como no caso das ações das ONG's, constituem-se muitas vezes em verdadeiras ilhas. E isoladas não contribuem adequadamente para a partilha de um conhecimento tão importante para o enfrentamento da questão. No entanto, o seminário apontou alguns questionamentos que se seguem:

— Como intervir na realidade contraditória das redes de exploração sexual e das políticas públicas brasileiras e internacionais?

— Que estratégias adotar para desmitificar os guetos criados pelas diferentes entidades que trabalham com a infância no Brasil?

— Que caminhos seguir na direção da autonomia financeira das ONG's, atualmente dependentes de recursos internacionais e de recursos de subvenções sociais passadas pelo Estado?

— Quais as linhas prioritárias para o planejamento das ações contemplando o universo de ONG's de cada localidade e suas linhas de intervenção,

para superar a sobreposição de ações entre ONG's, organismos governamentais e internacionais?

O Seminário apontou que os resultados das CPI's em vários Estados brasileiros contribuíram para articular as esferas governamentais, não governamentais e as esferas jurídicas, o que levou a um diagnóstico descentralizado do fenômeno da exploração sexual de crianças e adolescentes. Nos Estados do Ceará e do Acre esta experiência teve como consequência uma mobilização e uma sensibilização eficaz da comunidade e suas instituições.

No que tange ao resultado das leituras jurídicas apresentadas nas CPI's e no próprio painel sobre o tema, a exploração sexual é um crime e existe uma legislação organizada para fazer face a essa realidade. A questão se esconde numa prática institucional vivida e corrupta que escamoteia a lei e, em sua maioria, defende e/ou esconde os autores do crime.

A convivência com o desrespeito às leis, os acordos que beneficiam os dominantes, os abusos e transgressões dos direitos fundamentais dos cidadãos, o trabalho escravo, a prostituição nos moldes em que acontece no País - muitas vezes por falta de opção —, a questão dos meninos e meninas em situação de rua, a situação dos presidiários e a dos doentes mentais medievalmente confinados em manicômios parecem apenas ser a ponta visível de um iceberg de autoritarismo de uma sociedade e de um Estado que se negam a debruçar com responsabilidade sobre os seus desacertos e tabus, no caso específico, o tabu da sexualidade.

Em depoimentos prestados no Seminário, os avanços no desmantelamento das redes de exploração sexual são bastantes ínfimos, uma vez que há envolvimento de representantes de instituições de linha direta de combate aos criminosos nestas redes. A lei existe, mas a aplicabilidade depende de uma organizada fiscalização, mobilização e sensibilização da sociedade civil e do Estado através de seus mecanismos de mediação.

No que tange à análise da tríade família/rua/instituição, diversas pesquisas apontam a situação de negligência no tratamento desta face do problema. A menina explorada pela rede familiar, muitas vezes, acaba por tornar presa fácil do abuso sexual na rede de rua, não encontrando amparo institucional no sentido de respostas adequadas ao problema, como previsto no ECA.

Uma leitura das propostas nos fornece uma visão da necessidade de aprofundar questões de organização e articulação de entidades que se ocupam desta problemática para, inclusive, poderem exercer pressão efetiva e estabelecer uma nova relação com o Estado para que as políticas e a aplicação das leis se transformem de fato em instrumento de conquista de cidadania.

Aliada às discussões macro e micro das diferentes leituras explicativas do fenômeno da exploração sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil, o Seminário debateu o papel da mídia e a violência, trazendo à tona algumas definições

não consensuais, a exemplo desta: se a mídia efetivamente contribui com sua programação e conteúdo para as práticas de violências, abuso sexual, erotização precoce da infância, dentre outros efeitos deseducativos da sociedade infanto-juvenil e da sociedade adulta. Embora não tenha sido definido que realmente a mídia provoque uma mudança substancial no comportamento da população, alguns pontos para reflexão e aprofundamento da questão foram levantados apontando a necessidade de se repensar a prática da mídia enquanto proposta de espaço de cidadania:

— A mídia tem se voltado para cobrir assuntos de interesses da classe economicamente dominante, em contrapartida daquelas notícias intituladas de Quarto Mundo.

— A mídia é cúmplice de uma série de direitos desrespeitados diariamente.

— A programação destinada ao público infanto-juvenil agride alguns preceitos constitucionais do Capítulo da Comunicação;

Diante desse quadro de reflexão temos a dizer que o papel da mídia deverá passar por uma mudança de mentalidade e prioridades; uma mudança dentro e fora da imprensa a partir de uma força de pressão organizada da sociedade e de seus operadores.²

O Seminário em seus debates denunciou, enfim, que a infância e a adolescência dependem de como a sociedade adulta se organiza em condições materiais, morais, culturais e econômicas frente à construção de princípios fundamentais para a formação de uma nova mentalidade que resgate esse sujeito coisificado.

Faz-se mister, portanto, a construção de uma nova concepção de sociedade, onde a criança e o adulto, independente do sexo, sejam sujeitos de direitos sobre todos os aspectos da vida humana.

CECRIA — Brasília

² A exibição de vídeos, a exposição de fotografias e as oficinas de desmistificação do corpo através da dança apresentada ao final do Seminário, e realizada com adolescentes da Casa Aberta do Distrito Federal, constituíram-se em espaços importantes da programação paralela do evento.

RECOMENDAÇÕES

**RECOMENDAÇÕES DA PLENÁRIA FINAL DO SEMINÁRIO
SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENINAS E
ADOLESCENTES NO BRASIL**

BRASÍLIA, 29, 30 e 31 de março de 1995.

1 — Recomendações Gerais

- a) Estabelecer uma nova relação entre sociedade civil e Estado no sentido da conquista do direito de formular e exercer fiscalização das políticas públicas que coibam a violência praticada contra crianças e adolescentes.
- b) Definir o que se quer com o trabalho contra a exploração sexual de crianças e adolescentes e os campos de atuação: trabalho educativo, saúde, emprego, planejamento familiar.
- c) Repensar o papel das ONG's que trabalham com crianças e adolescentes.
- d) Trabalhar a questão da exploração sexual não centrada somente na violência mas enfatizando o enfoque dos direitos humanos.
- e) Aprofundar a discussão sobre a “conspiração do silêncio”, ou seja, o “jogo” entre crianças e adultos em famílias de diferentes classes sociais que omite a exploração sexual.

2 — Recomendações Específicas

- a) Realizar um seminário sobre legislação com análise dos itens a serem alterados nos códigos civil e penal.
- b) Criar uma comissão para articulação com comissão de juristas que atualmente estuda pontos de reforma do código penal.
- c) Contactar o Itamaraty para intervir nas situações alvo de denúncias contra governos de outros países, assim como junto às secretarias de turismo dos Estados.

- d) Promover a articulação das entidades com as Embaixadas da Alemanha, Áustria, Itália e Suíça para que exerçam fiscalização e coíbam as viagens de estrangeiros ao Brasil que objetivam o exercício do sexo-turismo.
- e) Realizar campanhas e esclarecimentos através dos meios de comunicação sobre a exploração sexual e o sexo-turismo no Brasil e no Exterior. (O enfoque deve ser centrado no explorador e não na criança).
- f) Promover campanha para conscientização dos policiais sobre a questão da exploração sexual de crianças e adolescentes.
- g) Rever o papel dos Comissariados de Menores frente ao ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, pois os mesmos estão envolvidos na rede de exploração de crianças e adolescentes.
- h) Criar casas para meninas em todos os Estados e Municípios.
- i) Incentivar a realização de CPI's sobre exploração sexual de meninas e adolescentes em todos os Estados e Municípios e exigir a apuração dos resultados de CPI's anteriores.
- j) Ressaltar a necessidade da atuação de uma equipe interdisciplinar junto aos Juízes das Varas da Infância e da Juventude para subsidiar suas decisões e procedimentos, estendendo-se esta assessoria a todo o judiciário, principalmente no momento de decisões rápidas e provisórias, as chamadas liminares.
- l) Aprofundar a discussão não só da exploração sexual em nível internacional, mas principalmente em nível Nacional.
- m) Exigir a obrigatoriedade da inclusão de disciplina sobre educação sexual no currículo escolar.
- n) Trabalhar um projeto piloto de prevenção de DST/AIDS entre adolescentes.
- o) Realizar um levantamento nacional das iniciativas, grandes e pequenas, relacionadas a trabalhos sobre a questão da exploração infanto-juvenil e meninas de rua.

- p) estimular a criação de centro educativo que proporcione o desenvolvimento de um trabalho de valorização pessoal de alunos no sentido de prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes.
- q) Realização de seminários semestrais em cada Estado, com a participação de lideranças comunitárias, agências financiadoras, organismos governamentais e não governamentais, entidades religiosas e outros, finalizando com um grande seminário nacional anual sobre temas diversos, como: contexto feminino, educação, saúde, trabalho, orientação sexual e outros, com a produção de documentos a serem apresentados aos governos.
- r) Que a Delegacia da Criança e do Adolescente desenvolva um trabalho de proteção nos moldes da Delegacia de Atendimento à Mulher de Brasília.
- s) Que a competência do Juiz da VII seja também de proteção e não só de um juízo criminal especial que pune os adolescentes os quais segundo a Constituição Federal são inimputáveis.
- t) Que os organismos internacionais apoiem também pequenas iniciativas de entidades que ainda não possuem “Know how” evitando seu fechamento.
- u) Que as entidades presentes se articulem para encaminhar novos encontros com temas surgidos a partir deste Seminário e definam formas de articulação.
- v) Que as informações fiquem centralizadas em um entidade para facilitar articulações e viabilizar implementação das propostas formuladas.

3 — Recomendações ao Poder Judiciário

- a) Maior atenção em torno da formação/composição da magistratura. Para os juízes que atuam nas Varas da Infância e da Juventude ou que tiverem competência acumulada, sejam realizados cursos preparatórios com ênfase na multidisciplinariedade.
- b) Maior integração entre o judiciário e a sociedade; que as sentenças sejam contextualizadas.
- c) Maior preocupação com os crimes que desrespeitam os direitos fundamentais da pessoa humana, sobretudo em se tratando da exploração e do abuso sexual de crianças e adolescentes.

d) Pela Consolidação do controle externo do poder judiciário, tendo por objetivo que ele se agilize, se aproxime mais da sociedade, seja mais participativo e ainda, que haja maior facilitação do acesso à Justiça.

4 — Recomendações da FENAJ

Dentro do Projeto de HUMANIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO:

a) Pressionar o Congresso pela instalação do Conselho de Comunicação Social.

b) Pressionar o Governo pela aprovação de uma reforma no sistema de concessões e renovação de concessões de rádio e TV que inclua transparentes critérios que privilegiem a pluralidade, o não monopolismo e o acesso de instituições da sociedade civil aos meios de comunicação, não apenas de empresas.

c) Formação de uma rede de comunicação alternativa para ocupar espaços junto à mídia controlada por governos progressistas, universidades, rede católica.

d) Reivindicação de espaço no horário gratuito destinado aos partidos políticos para divulgação de vídeos e “spots” que estimulem a reação cidadã da sociedade contra a violência sexual infanto-juvenil.

**SEMINÁRIO SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENINAS
E ADOLESCENTES NO BRASIL
BRASÍLIA, 29, 30 E 31 DE MARÇO DE 1995**

Entidades realizadoras:

- Centro de Referência para Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes no CRECIA-DF.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO.
- Secretaria de Cultura e Esportes do Distrito Federal / Fundação Cultural do Distrito Federal / Espaço Cultural da 508 Sul
- Federação Nacional de Jornalismo — FENAJ

Entidades de apoio:

- Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID
- Comunidade Européia
- Embaixada dos Países Baixos.
- Fundação de Serviço Social — FSS-DF
- Instituto Goethe — ICBA
- Instrumental
- Leal Produções
- Projeto POMMAR — USAID
- Secretaria de Desenvolvimento e Ação Comunitária — SDAC
- Secretaria de Turismo — SETUR-DF
- Departamento de Serviço Social — SER — Universidade de Brasília
- Sindicato dos Bancários
- Organização Internacional do Trabalho — OIT
- Fundo das Nações Unidas para a Infância — UNICEF
- Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher — UNIFEM

Entidades Participantes:

- Associação de Amigos e Educadores de Rua — Casa Aberta AMER-DF
- Associação Mãe de Esperança — Cristalina-GO
- Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Federal

- Câmara Vereadora do Ceará
- Casa Rosa Mulher — Acre
- Centro de Defesa da Criança e do Adolescente — CEDECA—Salvador-BA
- Centro de Desenvolvimento Social da Ceilândia, Taguatinga, Sobradinho e Gama, CAS, CAJE, Casa Aberta, CRT, CIP/GO — FSSDF
- Centro da Mulher 8 de março — João Pessoa-PB
- Centro de Ensino Unificado de Brasília — CEUB-DF
- Coletivo Mulher Vida — PE
- Comunidade Européia
- Comitê de Educação Escolar Indígenas — MEC
- Delegacia de Mulheres de Brasília — DEAM
- Departamento de Serviço Social — UnB
- Divisão de Estudos — DIEST/CBIA
- Empresa de Correios e Telegrafos — ECT
- Embaixada do Alemanha
- Embaixada do Canadá
- Embaixada da Itália
- Embaixada dos Países Baixos
- Federação Nacional de Jornalismo — FENAJ
- Fundação da Criança da Cidade — Fortaleza-CE
- Fundação da Criança e do Adolescente — AP
- Fundação de Serviço Social — DF
- Fundação Educacional — DF
- Fundação Hospitalar — DF
- Fundo Cristão para Criança — Brasília-DF
- Hospital de Base — HBDF/FHDF
- Hospital Regional da Asa Norte — HRAN-DF
- Instituto Nacional de Estudos Sócio-Econômico — INES-DF
- Ministério do Trabalho
- Ministério das Relações Exteriores — ABC
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua — MNMMR
- Movimento de Promoção da Mulher de Belém — MOPROM-PA
- Ordem dos Advogados do Brasil — OAB
- Projeto Educativo do Menor — PROEM-FEDF
- Projeto “Ser menina-mulher nesse contexto de violência” São Luís-MA
- SEMAC-AP
- Secretaria de Saúde — SES
- SOS — Criança-DF
- Sub-Procuradoria Geral da República
- UNI — União Nacional do Índio — DF

-
- Partners Of The Americas / USAID / Projeto Pommar
 - Universidade de Brasília — UnB
 - Unidade de Proteção Especial — UPE - DF - FSS - DF
 - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher — UNIFEM

SEMINÁRIO:

ORGANIZADORES E PARTICIPANTES

Equipe do Seminário

Coordenação Geral:

Américo Cezar Nunes — Presidente de FENAJ
Enza Franca Bosetti — Assessora de Ciências Sociais e Humanas — UNESCO
Maria Lúcia Pinto Leal — Presidente do CRECRIA-DF
Wagner Barja — Coordenador Técnico do Espaço Cultural — 508 Sul - SEC

Coordenação Técnica:

Beto Almeida — FENAJ
Denise Bontempo — CECRIA-DF, Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília-SER/UnB
Maria Auxiliadora Cesar — CECRIA-DF, NEPPS/CEAM, Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília — SER/UnB
Maria Lucia Pinto Leal — CECRIA - DF, Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília / UnB
Paulino Motter — FENAJ
Vera Lopez dos Santos — CECRIA/DF
Vera Maria Guimarães Sá — CECRIA/DF

Produção:

Fátima Leal
Kim Andrade
Simone de Souza Cavalcante
Suely de Paula Dias
Vera Lopes dos Santos

Apoio:

Chaylon Leal
Lilian de Paula
Marilena Cunha
Raymundo de Carvalho
Revia Lima
Tarsila de Castro

Projeto Gráfico:

Arte Associada (Célia Matsunaga)

Agradecimentos:

Berê Bahia — Curadora da Mostra de Filmes e Vídeos

Eva Faleiros — Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente-DF

Dalva Lúcia — Fotógrafa — Organizadora da mostra de fotografias

Geraldo Bentes — Coordenador de Eventos — Setur-DF

Neide Castanha — Diretora Executiva da FSS-DF

Agradecimento especial

A todos os parlamentares presentes ao evento



Crianças e adolescentes Patrimônio a ser protegido

O turismo, praticado com seriedade e dedicação, se reverte em uma gama de benefícios para a sociedade. Propicia maior distribuição de renda, contribui para melhorar a qualidade de vida da população e ajuda a fixar as pessoas em suas cidades de origem. Além disso, valoriza o que o ser humano possui de mais nobre, como sua cultura, sua arte, sua tradição e hospitalidade.

Pos isso, o turismo, como a segunda maior indústria do mundo, capaz de proporcionar a redenção econômica e social de um país, não precisa se valer de crianças e de adolescentes como agentes de ofertas promíscuas e indignas. Precisa delas, sim, como futuros integrantes de uma mão-de-obra sadia e verdadeiramente qualificada.

Afinal, elas são o nosso maior patrimônio.



BBTUR
Viagens e Turismo

Composto e Impresso nas oficinas da gráfica
EDITERRA EDITORIAL LTDA.
SIG Q. 08 - Lote 2356 - 70610-400 - Brasília-DF
Fone: (061) 344-3738 - Fax: (061) 344-2353

CECRIA — DF — Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes do Distrito Federal — organização não governamental fundada em novembro de 1993. Tem como objetivo principal o desenvolvimento de estudos e ações que contribuam efetivamente para mudar as situações de carência e violência impostas às crianças e aos adolescentes em situação de risco. Tem especialmente realizado pesquisas e seminários sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes.

UNESCO — Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 4 de novembro de 1946 contando atualmente com 184 países membros. Tem como objetivos contribuir para a manutenção da paz e para a segurança no mundo e reforçar a colaboração intelectual entre as nações, através da Educação Ciências da Natureza, Ciências Sociais e Humanas, Cultura, Comunicação, Informação e Informática.

Nas Ciências Sociais e Humanas, os objetivos específicos são: reforçar o ensino e a pesquisa, promover os direitos humanos e a democracia, combater todas as formas de discriminação e fomentar ações baseadas nos problemas ligados à condição feminina, à juventude, à urbanização e ao desenvolvimento dos países menos avançados.



O Seminário sobre Exploração Sexual de Meninas e Adolescentes no Brasil indicou que para a compreensão do fenômeno é necessária a análise de vários fatores sociais, entre os quais destacam-se os estruturais e os culturais. Revelou também que o problema de exploração sexual de meninas e adolescentes, em especial o sexo turismo, não é exclusivo do Brasil, mas é sobretudo uma questão internacional. Neste sentido, foi proposta a realização de um Seminário Internacional sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na América Latina, que realizar-se-á no período de 16 a 20 de abril/96.